



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO – PRPG
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL – PPGHB

JOSÉ DE JESUS REDUSINO

NO CAMINHO DE *O APÓSTOLO*:
IMPrensa CATÓLICA, HISTÓRIA, IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES
CULTURAIS DO CATOLICISMO NO PIAUÍ
(1907 – 1912)

TERESINA – PI
2019

JOSÉ DE JESUS REDUSINO

NO CAMINHO DE *O APÓSTOLO*:
IMPrensa CATÓLICA, HISTÓRIA, IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES
CULTURAIS DO CATOLICISMO NO PIAUÍ
(1907 – 1912)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí (UFPI), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História do Brasil.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco

TERESINA – PI
2019

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Serviço de Processamento Técnico

R321n Redusino, José de Jesus.

No caminho de *O Apóstolo* : imprensa católica, história, identidades e representações culturais do catolicismo no Piauí (1907 – 1912) / José de Jesus Redusino. – 2019.
130 f.

Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

“Orientador: Prof. Dr. Pedro Vilarinho Castello Branco”.

1. Identidades. 2. Representações. 3. Romanização.
4. Anticlericalismo. I. Título.

CDD 981.22

JOSÉ DE JESUS REDUSINO

**NO CAMINHO DE O APÓSTOLO:
IMPrensa CATÓLICA, HISTÓRIA, IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES
CULTURAIS DO CATOLICISMO NO PIAUÍ
(1907 – 1912)**

Dissertação aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco (Orientador)
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Profª. Dra. Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz (Examinadora interna)
Universidade Federal do Piauí - UFPI

Prof. Dr. Jakson dos Santos Ribeiro (Examinador externo)
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Prof. Dr. Antônio Fonseca dos Santos Neto (Examinador externo)
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Prof. Dr. Marcelo de Sousa Neto (Suplente)
Universidade Federal do Piauí - UFPI

DEDICATÓRIA:

À minha esposa, Claudete Maria Cavalcante;
Aos meus filhos e filhas;
À minha mãe, irmãos e irmã.

AGRADECIMENTOS

Existem sonhos que são sonhados e compartilhados. Um sonho realizado de uma dissertação de Mestrado não poderia ser efetivado sem a presença e participação constante de pessoas que foram explicitamente importantes para esta efetivação.

Inicialmente, eternos agradecimentos a Deus Pai por todos os dons a mim concedidos. Nada se concretiza sem a sua presença em nossas mentes, em nossos lábios em toda a nossa vida.

Agradecer à minha querida esposa, companheira, pela paciência em suportar meus momentos de cansaço e desassossego muitas vezes transformados em angústia.

Aos meus filhos e filhas, sempre alegres e descontraídos, colaborando para aliviar as horas de tensões.

À minha mãe, guerreira, que nos momentos mais difíceis da minha vida, soube, como ninguém, suportar as dores e “vencer o bom combate”.

Ao Programa de Pós-graduação em História da UFPI, representado pelo Prof. Dr. Francisco Nascimento e sua equipe, Dona Eliete e Rairana, pela valorosa e honrosa oportunidade concedida a mim na efetivação de um sonho possível

Aos meus colegas de mestrado, que sempre estiverem comigo, apoiando, sugerindo, amigos e amigas que agora fazem parte de meu sonho.

Aos professores do PPGHB, doutores e doutoras, homens e mulheres, dignos de serem proclamados Mestres que me ajudaram na aquisição de conhecimentos necessários para consolidação deste trabalho.

Em especial, agradecer ao Prof. Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco, por ser um guia no meu percurso, orientando, aconselhando, reclamando, criteriosamente dando vasão aos detalhes, mas sempre com a mansidão própria dos sábios.

Ao Prof. Denílson Botelho e Johny Santana, meus primeiros professores no PARFOR que, com poucas palavras, me incentivaram a participar da seleção do Mestrado.

Por fim, a todos e a todas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

"Os jornais são aparelhos ideológicos cuja função é transformar uma verdade de classe num senso comum, assimilado pelas demais classes como verdade coletiva - isto é, exerce o papel cultural de propagador de ideologia. Ela embute uma ética, mas a ética não é inocente. Ela é uma ética de classe."

Antonio Gramsci

RESUMO

A temática que permeia a problemática da pesquisa aqui proposta é uma análise do catolicismo piauiense a partir da História, das identidades e das representações culturais construídas desde a institucionalização do primeiro bispado no Piauí, tendo como fonte principal o jornal *O Apóstolo* no período correspondente à criação, circulação e término do periódico (1907-1912), intitulado órgão de divulgação da diocese do Piauí. Os objetivos desta pesquisa são: compreender como o hebdomadário se tornou um instrumento de romanização da Igreja Católica piauiense a partir da criação da Diocese; entender o papel do periódico nas reformas implementadas pelo primeiro bispo diocesano, Dom Joaquim Antônio de Almeida até o desfecho final do jornal em 1912; perceber como se deu o estabelecimento de um processo educacional dirigido aos jovens como forma de implementar um catolicismo ultramontano; investigar a criação e organização das associações e irmandades religiosas como fiéis colaboradoras das reformas; e analisar o envolvimento do jornal nas questões políticas e as “guerras” de palavras travadas no jornal entre os articulistas católicos e os livre pensadores desembocando para divergências anticlericais. Apropriamo-nos de 280 edições do jornal *O Apóstolo* digitalizadas na hemeroteca da Biblioteca Nacional, catalogando por número de edição, ano e data de publicação relacionando às temáticas relacionadas à pesquisa. Além do jornal *O Apóstolo* como fonte primária, utilizamos livros tombos da Arquidiocese de Teresina, Cartas Pastorais do primeiro bispo do Piauí, o livro do centenário da Parnaíba e os jornais: *A Cruz* (1891), *A Luz* (1911), *Amarante* (1908), *Gazeta* (1908, 1910, 1911), *O Monitor* (1910, 1910), *O Piauí* (1904, 1908, 1909, 1910, 1911), *Pátria* (1902, 1903) e *República* (1908). Como forma de possibilitar um diálogo teórico referencial, utilizamos, como base conceitual relativa ao recorte proposto, os textos de QUEIROZ (2011); PINHEIRO (2001); CERTEAU (1998) e CHARTIER (1991). Esta pesquisa está situada dentro do campo de estudo da história do catolicismo no Piauí, especificamente na província de Teresina, buscando entender como um meio de comunicação influenciou culturalmente a sociedade em busca de um projeto cristão pós-república.

PALAVRAS CHAVES: Reformas ultramontanas. Identidades. Representações. Romanização. Anticlericalismo.

ABSTRACT

The thematic that permeates the research problem proposed here is an analysis of Piauí Catholicism from history, of identities and cultural representations built since the institutionalization of the first bishopric in Piauí, having, as main source, the newspaper *The Apostle* in the period corresponding to the creation, circulation and end of the periodical (1907-1912), entitled the publication of the Piauí Diocese. The objectives of this research are: to understand how the hebdomadal became an instrument of Romanization of the Piauí Catholic Church from the creation of the Diocese; to understand the role of the newspaper in the reforms implemented by the first diocesan bishop, Dom Joaquim Antônio de Almeida until the final outcome of the newspaper in 1912; to perceive how the establishment of an educational process directed to young people was given as a way of implementing an ultramontane Catholicism; to investigate the creation and organization of religious associations and brotherhoods as faithful collaborators of the reforms; and analyze the newspaper's involvement in political issues and the "wars" of words waged in the newspaper between Catholic writers and free thinkers leading to anticlerical divergences. We used 280 editions of the newspaper *The Apostle* scanned in the National Library hemeroteca, cataloging by issue number, year and date of publication relating to the topics connected to the research. In addition to the newspaper *The Apostle* as a primary source, we used tomo books from the Archdiocese of Teresina, Pastoral Letters of the first bishop of Piauí, the book of the centennial of Parnaíba and the newspapers: *A Cruz* (1891), *A Luz* (1911), *Amarante* (1908), *Gazeta* (1908, 1910, 1911), *The Monitor* (1910, 1910), *The Piauí* (1904, 1908, 1909, 1910, 1911), *Homeland* (1902, 1903) and *Republic* (1908). As a way to enable a referential theoretical dialogue, we used, as a conceptual basis related to the proposed period, the texts of QUEIROZ (2011); PINHEIRO (2001); CERTEAU (1998) and CHARTIER (1991). This research is located within the field of study of the history of Catholicism in Piauí, specifically in the province of Teresina, seeking to understand how a medium of communication culturally influenced society in search of a post-republic Christian project.

KEYWORDS: Reforms. Ultramontane. Identities. Representations. Romanization. Anticlericalism.

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| 1.INTRODUÇÃO..... | 11 |
| 2.OS CAMINHOS DO CATOLICISMO ULTRAMONTANO NO BRASIL E NO PIAUÍ..... | 20 |
| 2.1 Uma Igreja em busca de uma identidade..... | 20 |
| 2.2 Nasce uma Diocese..... | 30 |
| 2.3.O ultramontanismo e o contexto regional piauiense..... | 36 |
| 2.3.1 A tradição católica e a formação da neocrisandade em Teresina..... | 36 |
| 2.3.2 Religião, ciência e a regeneração do clero..... | 41 |
| | |
| 3. AS PRÁTICAS CATÓLICAS ULTRAMONTANAS DO BISPO DOM JOAQUIM ANTONIO DE ALMEIDA NO PIAUÍ..... | 47 |
| 3.1 A educação como instrumento de romanização..... | 47 |
| 3.2 A implantação do Espírito Católico Ultramontano: as novas Associações de Leigos | 56 |
| 3.2.1 Pia Sociedade Filhas de Maria..... | 59 |
| 3.2.2 Sociedade São Vicente de Paulo: homens de fé a serviço dos pobres..... | 62 |
| 3.2.3 O Apostolado da Oração: as zeladoras do Sagrado Coração de Jesus..... | 66 |
| 3.3 O jornal <i>O Apóstolo</i> como instrumento romanizador do catolicismo piauiense..... | 70 |
| | |
| 4.A IMPRENSA CATÓLICA E A DIVULGAÇÃO DOS PRINCÍPIOS ULTRAMONTANOS..... | 77 |
| 4.1 Imprensa clerical ultramontana..... | 77 |
| 4.2 Jornal <i>O Apóstolo</i> : uma estratégia ultramontana..... | 83 |
| 4.3 Uma Igreja Clerical de polêmicas clericais..... | 88 |
| 4.4 Levante dos vencidos: protagonismo do jornal <i>O Apóstolo</i> e os embates do tempo... | 93 |
| 4.5 <i>O Apóstolo</i> : dogma, moral e política em guerras de palavras..... | 110 |
| 4.6 Uma queda anunciada..... | 113 |
| 4.7 A mão negra se abate sobre o catolicismo..... | 119 |
| | |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 122 |
| Fontes..... | 124 |
| Referências bibliográficas..... | 126 |

1. INTRODUÇÃO

A perspectiva de realização de uma pesquisa, tendo como fonte e objeto o jornal *O Apóstolo*, tornando possível um estudo sobre a história do catolicismo piauiense, sua identidade e representações culturais, surgiu a partir da leitura das obras *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as Tiraniias do tempo*, da Professora Teresinha Queiroz, e *As ciladas do inimigo: as tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX*, de Áurea da Paz Pinheiro, quando, na graduação em História realizada na UFPI através do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, estudamos sobre a Historiografia Piauiense.

A possibilidade de compreensão dos novos rumos que conduziram as diretrizes do catolicismo no Piauí a partir da institucionalização da República, contada a partir do jornal *O Apóstolo* durante os cinco anos em que este existiu (1907-1912), constitui o objetivo principal da pesquisa aqui proposta, enquadrando-se dentro de um arcabouço historiográfico específico, objetivando entender um determinado momento histórico, possibilitando a formação de uma memória histórica do catolicismo piauiense pós-república que algumas pesquisas tentam explorar. Dentro de uma quantidade de 280 exemplares do jornal *O Apóstolo* digitalizadas na hemeroteca da Biblioteca Nacional, a partir de editoriais, artigos e mensagens do bispo, além de textos de outros jornais que circularam na época, foi possível identificar aspectos históricos da formação da Igreja Católica no Piauí desde o fim do padroado à criação do seu primeiro bispado, cuja sede veio ser estabelecida na cidade de Teresina.

Através dos estudos de Teresinha Queiroz, no capítulo “*Do céu à terra: o destronamento dos deuses*”, de *Os Literatos e a República*, sobretudo os dois capítulos iniciais, percebemos como a História do Piauí está ligada à religião, à Igreja e ao anticlericalismo em diversas formas conjunturais. Embora o trabalho de Queiroz (2011) esteja voltado para as discussões acerca dos literatos Higino Cunha e Clodoaldo Freitas no contexto da vida social e política do Piauí, as polêmicas anticlericais estiveram constantemente presentes na sua obra, utilizando-se como um dos objetos informativos o próprio periódico *O Apóstolo*. Já no trabalho dissertativo da Professora Áurea da Paz Pinheiro, é perceptível o uso do jornal católico como fonte de pesquisa. Lembramos o que nos diz Maria Helena Capelato,

A imprensa oferece amplas possibilidades para isso. A vida cotidiana nela registrada em seus múltiplos aspectos, permite compreender como viveram nossos antepassados – não só os “ilustres”, mas também os sujeitos anônimos. O Jornal, como afirma Wilhelm Bauer, é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de ideias e depósito de cultura. Nele encontramos dados

sobre a sociedade, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas e políticas.¹

Os jornais, desde que se ampliou o conceito de fonte, tornaram-se amplamente usados como fonte e objeto de pesquisa, e passaram a configurar-se como suportes indispensáveis nos estudos históricos. Frente a estes novos desafios, tornou-se necessário a implementação de novas metodologias que viessem a atender estas necessidades. Os jornais podem e devem ser considerados pelo pesquisador como fonte e objeto de pesquisa, sem esquecer o que nos diz Jacques Le Goff,

No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. [...] porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumento.²

Desta forma, a apropriação e o uso que fazemos do periódico *O Apóstolo* como fonte e objeto de pesquisa está condicionado a um olhar “desconfiado”, próprio do historiador. Para Teresinha Queiroz, “As crônicas de jornais constituem corpo documental muito valioso. A motivação de sua feitura pode ser um acontecimento nacional, mas, na maior parte das vezes, elas derivam de eventos internacionais relacionados à Igreja e à sua crítica”.³

A História de modernização dos padrões do catolicismo, no Brasil, começa a ganhar corpo desde a Questão Religiosa em 1872. Kátia Mattoso, que escreveu *Bahia: uma província no império*, afirma que, “A Questão Religiosa, no entanto, marcou uma ruptura entre os destinos da Igreja católica e da monarquia no Brasil, pois enfraqueceu esta última e contribuiu para desacreditar, até mesmo entre os católicos, a união das duas instituições”⁴. O desalinhamento entre Estado e Igreja, consolidado pelo sistema do padroado, começava a ruir, e suas matrizes agora apresentavam-se ultrapassadas diante de novos desafios que se impusera com os novos tempos.

A história do catolicismo no Brasil vem frequentemente sendo estudada por historiadores que se aventuram em diferentes rumos temáticos e recortes temporais diversos. Pesquisadores como Kátia Mattoso, Thales de Azevedo, Oscar de Figueiredo Lustosa, Ítalo Santirocchi, Germano Moreira Campos, Augustin Wernet e muitos outros, tem contribuído

¹ CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988, p. 21.

² LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994, p. 548.

³ QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os Literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo**. 3ª ed. Teresina: EDUFPI, 2011, p. 228.

⁴ MATTOSO, Kátia M. De Queiroz. **Bahia século XIX, uma província no Império**. Rio em 1992, de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p.321.

fundamentalmente na construção de uma historiografia sobre a Igreja e a religião católica em diferentes contextos históricos brasileiro.

O Trabalho de Kátia Mattoso, *Bahia, século XIX: uma província no império*, publicado em 1992, no seu *Livro V*, constitui uma obra significativa sobre a História da Igreja no período imperial. *O catolicismo no Brasil: um campo para a pesquisa social* ainda hoje é uma referência quando a nós, pesquisadores, nos é dado o “fardo” de nos aventurarmos nos estudos sobre o catolicismo a partir de uma visão sociológica. No contexto da separação dos laços que uniam Igreja e Estado, pelo regime do padroado, as considerações de Oscar de Figueiredo Lustosa na sua obra *Separação da Igreja e do Estado no Brasil (1890); uma passagem para a libertação*, tornam-se preponderantes para a compreensão de desconhecimento da maioria dos bispos e do clero diante do levante republicano. Ítalo Santirocchi, por sua vez, nos proporciona um estudo mais detalhado sobre a formação do Estado Imperial, tendo como suporte a estrutura de um Estado confessional, existindo a união entre os poderes secular e espiritual. Mas foi com Germano Moreira Campos e Augustin Wernet, respectivamente, nas suas obras, *Ultramontanismo na diocese de Mariana: o governo de D. Antonio Ferreira Viçoso (1844 – 1875)* e *A Igreja Paulista no século XIX. A reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851 – 1861)*, que iniciaram as reformas do catolicismo brasileiro, tendo estes bispos iniciado uma série de profundas alterações na vida eclesiástica promulgando através de portarias e decretos, regulamentações sobre a forma de vida de todo o povo católico, tendo fundamentalmente as características ultramontanas.

Sinteticamente, as produções históricas relacionadas ao processo histórico de renovação do catolicismo, no contexto geral, associam a Questão Religiosa como o início de uma reestruturação da Igreja Católica aos padrões do romanismo tridentino. Inicialmente, apresentada pela historiografia tradicional como apenas um conflito entre bispos brasileiros e a maçonaria, acreditamos que esta versão historiográfica atualmente tenha sido abandonada por muitos pesquisadores. Para Kátia Mattoso, “A Questão Religiosa decorreu de uma união imperfeita entre uma Igreja que se tornara gradativamente ultramontana e um Estado que permanecera regalista e preocupado em manter antigas prerrogativas, transformadas em direitos indiscutíveis”.⁵

O conflito envolvendo bispos das dioceses de Olinda e do Pará, Dom Vital e Dom Macedo Costa, não somente repercutiram nas cidades onde estavam localizados os bispados, mas ganharam notoriedade e importância devido ao encarceramento dos envolvidos. Algumas

⁵ Ibid., p. 324.

interpretações historiográficas parecem corroborar que a Questão Religiosa intensificou o processo reformista da Igreja Católica, inicialmente potencializando a divisão entre as duas instituições, Estado e Igreja, e definindo as responsabilidades que cabiam a cada uma. O conflito fez alavancar o processo reformista da Igreja católica capitaneado por bispos ultramontanos, que tinham no liberalismo e na maçonaria os seus piores temores.

A proposta do nosso trabalho é contribuir para a compreensão historiográfica do processo reformista do catolicismo piauiense, suas identidades e representações culturais, desde a instalação do primeiro bispado no período de 1906 a 1912, utilizando-se como fonte e objeto o periódico católico, *O Apóstolo*, visando compreender como se deu este processo de institucionalização de uma Igreja ultramontana desde a chegada do primeiro bispo diocesano, Dom Joaquim Antonio de Almeida, suas iniciativas de restabelecimento do catolicismo romanizador, e os conflitos entre clericais e anticlericais que permearam todo o período em que este permaneceu como bispo diocesano. Neste período, intensificaram-se as publicações literárias de cunho anticlerical em jornais locais, com articulistas defensores do liberalismo Republicano. Em outra frente, a Igreja Católica organizava-se em torno de um projeto de modernização de suas diretrizes através de diversas ações articuladas em prol de um processo de romanização.⁶

O jornal *O Apóstolo*, desde que foi introduzido como “*Órgão Oficial da Diocese*” a partir de seu primeiro exemplar em circulação em 19 de maio de 1907, passou a implementar uma proposta de divulgação e disseminação dos valores cristãos ultramontanos sob a tutela de seu criador, Dom Joaquim. Em um primeiro momento, a consolidação do projeto reformista alcançou os objetivos desejados, sobretudo através de ações do bispo, como: a criação de colégios católicos, seminário para a formação de novos sacerdotes, organização das irmandades e associações religiosas aos padrões romanizadores e formação do clero através das assembleias pastorais.

Posteriormente, com a crescente notoriedade do bispo e suas diretrizes ultramontanas, os grupos liberais, formados na sua maioria por bacharéis, que viam nas ações do bispo uma crescente hegemonia e consolidação de uma Igreja fundamentalmente romana, iniciaram uma série de investidas opositoras ao bispo e sua atuação através de publicações de cunho anticlerical, o que acendeu uma cisma entre membros da hierarquia da Igreja ligados ao bispo

⁶ A romanização é, pois, um processo através do qual o aparelho eclesiástico – o corpo de agentes religiosos institucionalmente qualificado para a direção dos fiéis católicos – assume o controle efetivo do aparelho religiosos no seu todo.” (OLIVEIRA, 1985, p. 291).

e grupos de literatos, destacando-se Abdias Neves⁷ e Miguel Rosa.⁸ Numa investida de tornar evidente a condição histórica centenária da Igreja Católica no Piauí, abrindo possibilidades para um vigoroso estudo de fontes, surgiu fundamentalmente a necessidade de análise do jornal *O Apóstolo* como fonte e objeto de pesquisa, procurando-se interpretar os desdobramentos históricos locais do catolicismo, das ideias reformistas contidas no hebdomadário, geradas a partir da instalação do bispado piauiense.

Quais os meios utilizados pela Igreja Católica Piauiense para instituir uma nova configuração ultramontana fundada nos princípios romanos? Como o discurso católico doutrinário do jornal *O Apóstolo* impôs um formato católico ultramontano junto aos fiéis cristãos no Piauí?⁹ Quais as consequências provocadas pelas “inovações” implementadas por Dom Joaquim junto à sociedade piauiense? O discurso católico ultramontano de Dom Joaquim teve ressonância junto às famílias piauienses? Como foram intensificadas as novas devoções e valorização dos sacramentos através do jornal? Qual seu público leitor? Quem eram seus redatores e colunistas? O jornal estava subordinado aos princípios religiosos da Diocese ou se tornou um meio de divulgação dos interesses políticos? Quais foram as principais disputas

⁷ Abdias da Costa Neves nasceu em Teresina no dia 19 de novembro de 1876, filho de João da Costa Neves e de Delfina Maria de Oliveira Neves. Foi cofundador, juntamente com Miguel Rosa e Antonino Freire, do jornal *A Pátria*. Como jornalista, colaborou nos jornais *A Crisálida*, *A Notícia*, *O Dia*, *O Redator*, *A Luz*, *O Norte*, *O Estafeta* e *Jornal de Notícias*. Foi também chefe de polícia e advogado da Fazenda do estado do Piauí. Em 1915, elegeu-se senador pelo Piauí, na legenda do Partido Republicano Conservador, com mandato de nove anos. Fez ampla oposição às ações de Dom Joaquim Antonio de Almeida, através de publicações de cunho anticlerical publicadas em jornais sob sua edição. (ABRANCHES, J. Governos; CHAVES, J. Apontamentos; GONÇALVES, W. Grande; LEITE NETO, L. Catálogo biográfico).

⁸ Miguel de Paiva Rosa nasceu em Teresina no dia 15 de dezembro de 1876, filho de João Augusto Rosa e de Júlia Emília de Paiva Rosa. Em 1904, no governo de Álvaro de Assis Osório Mendes (1904-1907), foi nomeado diretor de Instrução Pública. Ocupou o cargo até 1909, já no governo de Anísio Auto de Abreu (1908-1909). Foi também juiz distrital de Floriano, professor de história do Brasil no Liceu Piauiense e professor e primeiro diretor da Escola Normal do Piauí. Na eleição para governador do estado em 1912, foi lançado candidato com o apoio do então governador Antonino Freire da Silva, contra as candidaturas de Odilon Costa e do ex-governador Coriolano de Carvalho e Silva. Vencendo a disputa, tomou posse em 1º de julho do mesmo ano. Foi um ferrenho opositor das ações do bispo Joaquim e da hierarquia eclesiástica piauiense. (BASTOS, C. Dicionário; CHAVES, J. Apontamentos; REGO NETO, H. Fatos).

⁹ Empregamos os conceitos de Marcela de Sá Brandão que, a partir de David Gueiros relata, “é difícil estabelecer em que data o pensamento chamado “ultramontano” entrou no Brasil. De acordo com esse autor mostra, o termo foi usado desde o século XI, para descrever cristãos que buscavam a liderança de Roma ou que defendiam o ponto de vista dos papas, ou davam apoio à política dos mesmos. Já no século XIX, o termo reapareceu para designar uma série de conceitos e atitudes do lado conservador da Igreja Católica. Podemos entender ainda, que o ultramontanismo desse século colocou-se, não apenas numa posição a favor da uma maior concentração do poder eclesiástico nas mãos do papado, mas também contra uma série de coisas que eram consideradas erradas e perigosas para a Igreja. Acredita-se que parte da influência ultramontana chegou ao Brasil principalmente através das encíclicas *Quanta Cura* e *Syllabus Errorum*, formuladas pelo então Papa Pio IX, que pregava a moralização de toda sociedade e visava o combate aos chamados “erros modernos”. Ver: VIEIRA, Davi Gueiros **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil**. Brasília: editora da UNB, 2ª edição, s/d. p.32-33.

anticlericais evidenciadas no jornal? Com a criação e veiculação do *Apóstolo*, pode-se dizer que surgiu no cenário piauiense uma imprensa com características estritamente ultramontanas?

As fontes complementares que utilizamos foram os jornais: *A Cruz* (1891), *A Luz* (1911), *Amarante* (1908), *Gazeta* (1908, 1910, 1911), *O Monitor* (1910, 1910), *O Piauí* (1904, 1908, 1909, 1910, 1911), *Pátria* (1902, 1903) e *República* (1908), além das mensagens e cartas pastorais de Dom Joaquim. Os 280 exemplares do jornal *O Apóstolo*, como já reafirmamos no início desta introdução, estão disponíveis na hemeroteca da Biblioteca Nacional e possibilitaram o desenvolvimento da pesquisa no recorte temporal de 1907 a 1912 a que nos propomos, justamente pelo fato de o jornal circular durante este período. Os cronistas, do jornal *O Apóstolo*, constituíram-se em nossa principal fonte de informação, destacando personagens que fazem parte integrante do nosso texto, como: Elias Martins¹⁰, Monsenhor Joaquim de Oliveira Lopes¹¹ e Cônego Raimundo Gil.¹²

Metodologicamente, dividimos e mapeamos o estudo em três momentos do jornal: a) Criação e circulação do hebdomadário, período que vai do dia 19 de maio de 1907 a edição 108 de 04 de julho de 1909; b) Da edição 109 a 118 de 1909, quando o jornal passa a ser denominado provisoriamente de *Órgão Popular Católico*, tendo, como redatores e articulistas, Monsenhor Joaquim de Oliveira Lopes, os seminaristas Manoel Otaviano, Jeferson Urbano e Cícero Portela e, c) última etapa, quando *O Apóstolo*, agora sob a égide dos redatores Collect Antonio da Fonseca, Augusto Ewerton e Silva, Padre Alfredo Pegado, Conego Fernando Lopes e Silva e a

¹⁰ Elias Firmino de Sousa Martins nasceu em Picos (PI) em 1869. Concluiu o curso de direito em 1890, na Faculdade de Direito do Recife. Depois de formado, passou a exercer a advocacia em Teresina. Iniciou sua vida política pouco depois da proclamação da República (15/11/1889). Elias Firmino elegeu-se deputado federal pelo Piauí em 1897 e exerceu o mandato até 1899, quando tentou, sem êxito, a reeleição. Deu continuidade à sua atuação política, paralelamente ao exercício da advocacia, participando ativamente da oposição ao governo de Antonino Freire da Silva, que governou o Piauí entre 1910 e 1912. Fundou o jornal República e colaborou nos periódicos A Atualidade, O Estado, O Diário, O Apóstolo e Jornal de Notícias. Publicou O poder das trevas (1913), Frei Serafim de Catânia (1917), Operário da boa vinha (1920), O devaneio da ambição, Apelo aos homens de bem e Fitas. Faleceu em Teresina, em 1936. (ABRANCHES, J. Governos; BASTOS, C. Dicionário; CÂM. DEP. Deputados brasileiros; GONÇALVES, W. Grande; REGO NETO, H. Fatos).

¹¹ Monsenhor Joaquim, de Oliveira Lopes. Nasceu em Picos (PI) em 24 de fevereiro de 1870 e faleceu na cidade de Inhumas (PI) em 24 de setembro de 1925. Sacerdote, professor e jornalista. Ordenou-se em 19 de maio de 1894. Vigário de Itamarati, hoje, Pedro II (1897). Posteriormente passou a ser o vigário da Igreja de Nossa Senhora do Amparo. Foi um dos maiores idealizadores e batalhador incansável pela criação da Diocese do Piauí e um dos colaboradores do jornal *O Apóstolo*. Juntamente com Elias Martins, liderou o debate político-religioso em prol da Igreja Católica no Piauí. (NUNES, Monsenhor Cícero. História religiosa do Piauí. **Almanaque da Parnaíba**, 1937)

¹² Cônego Raimundo Gil da Silva Brito. Vigário da Catedral de Nossa Senhora das Dores. Foi escolhido pelo bispo diocesano Dom Joaquim Antonio de Almeida para exercer o cargo de Vigário Geral da Diocese do Piauí. Assumiu o governo diocesano logo depois da transferência do bispo para Natal. Era considerado homem de posses, doando para a Diocese a Chácara que foi a residência oficial do primeiro bispo (Hoje, local onde está localizado o Colégio Diocesano). (MELO, Cláudio. **Piauí, Diocese e Província Eclesiástica**. 1993)

acidez redacional de Elias Martins, o hebdomadário assume o nome de *Órgão da União Popular*.

Mencionamos que, do número 119 de 19 de setembro de 1909, o grupo de redatores coordenam editorialmente o jornal *O Apóstolo* até a edição 146 de 03 de abril de 1910 e, a partir da publicação do número 147 de 13 de abril de 1910, o jornal passa a ter “redatores e colaboradores diversos”¹³, tendo, mais tarde, Elias Martins como seu redator-chefe, um dos representantes mais ilustres do “Partido Católico” que assim se refere ao mesmo, “o grandioso partido que está destinado a salvar o Piauí das garras do “maçonismo manhoso”¹⁴ e defender os interesses do povo – desse povo soberano – difunde-se a passos largos pelo coração de toda uma população que anseia o surgir de uma nova era”¹⁵.

É necessário discutir as representações culturais contidas nos discursos no periódico, que se tornou o órgão de comunicação oficial do bispado piauiense para com os fiéis, atentando para os fatos que nortearam a imprensa católica piauiense no período em que este circulou, nos cinco primeiros anos do século XX, não somente buscando entender as rupturas e permanências relativas ao catolicismo brasileiro no período imperial, mas buscar compreender como se deu a reconstrução do ideário de uma Igreja Católica ultramontana na província do Piauí, são premissas que norteiam o percurso narrativo do texto.

Conforme Roger Chartier,

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (...). As percepções do social não são de forma alguns discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social – como julgou uma história de vistas demasiado curtas -,

¹³ **O APÓSTOLO**, 1910, nº 147, p.1.

¹⁴ Para Teresinha Queiroz, Abdias Neves, Matias Olímpio e Higino Cunha, eram maçons de expressão e por várias vezes foi Venerável da Loja Caridade 2ª, de Teresina, que conduziu a oposição ao primeiro Bispo do Piauí, Dom Joaquim Antônio de Almeida. Foi por meio das polêmicas maçônicas que se retornou e expandiu-se fortemente o ideário iluminista da claridade contra as trevas.

¹⁵ **O APÓSTOLO**. Op. Cit. nº 169, p.2.

muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de afrontamento tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais¹⁶

A ideia de representação, em Chartier é um instrumento metodológico capaz de comandar os atos, mantendo-se decisivamente para a construção cultural das estruturas das relações de dominação dos grupos ou das instituições socialmente e efetivamente constituídas, de classificar e de nomear o grau de aceitação ou de resistência que cada comunidade produz de si mesma; os lugares sociais são objetos de disputas identitárias e representativas.

A construção de uma identidade própria e específica sempre esteve presente nos planos da Igreja Católica, desde os primórdios do século XIX. O desmoronamento do Antigo Regime teve como consequência a debilidade geral das regalias do tipo galicano ou josefista. Havia necessidade de fortalecimento do poder papal e, por consequência, enfraquecimento do poder temporal, mas durante o pontificado de Pio IX (1846-1878) a Igreja se viu investida de poderes ilimitados no plano doutrinário.

Reforça-se a necessidade da Igreja de ter uma imprensa católica estritamente voltada para os interesses na formação da sociedade piauiense. A imprensa católica, mais do que meios de comunicação social da Igreja, são meios estratégicos de difusão de objetivos, proposições e representações de poder, como forma de enraizamento dos dogmas ou princípios morais desta instituição. Assim, afirma Lustosa no seu trabalho, *Os bispos do Brasil e a Imprensa*,

[...] A imprensa católica é uma espécie de termômetro da vitalidade da comunidade eclesial em cada uma das épocas históricas significativas. Através de uma leitura crítica dos periódicos se toma o pulso da atuação da Igreja, de suas posições e se pode se contar com dados preciosos e diversificados para uma interpretação objetiva da participação dos católicos na vida da sociedade brasileira¹⁷

É bom ressaltar que os jornais católicos, impressos no recorte temporal proposto, não devem ser configurados apenas como propagadores da doutrina cristãs ou dos atributos da fé cristã, mas, antes de tudo, trazem no seu bojo diversas manifestações de cunho ideológico político manifestado por interesses específicos, procurando estabelecer um “lugar de poder” no contexto da sociedade piauiense. O catolicismo, em certo momento, tornou-se um pretexto para intensificação das lutas políticas de acordo com seu próprio tempo e lugar. A atuação política do jornal católico esteve profundamente ligada ao momento experimentado pela Igreja no período de busca pela reconstrução de sua relevância social. Foi neste contexto, usualmente

¹⁶ A perspectiva de relação entre Roger Chartier e a obra de Pierre Bourdieu se estabeleceu a partir da própria confissão que esse historiador fez de sua ligação com o trabalho do sociólogo. CHARTIER, Roger. **A história Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, s/d, p. 17.

¹⁷ LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **Igreja e política no Brasil: do Partido Católico à L.E.C. (1874/1945)**. São Paulo: Loyola/Cepehib, 1983, p. 72.

conhecido como Restauração Católica, que as proposições do jornal *O Apóstolo* estavam inseridas.

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, fazemos um percurso histórico da relação entre a Igreja e o Estado num regime regalista, no contexto do padroado, colocando em “xeque” a autoridade do poder imperial e a alta hierarquia da Igreja católica em busca da autoafirmação ultramontana; ressaltamos as primeiras iniciativas para a criação do bispado piauiense e as ações iniciais do primeiro bispo piauiense, entre elas a criação do jornal católico, *O Apóstolo*, como instrumento de romanização na diocese do piauiense, numa tentativa de impor um catolicismo ultramontano.

O segundo capítulo, “As práticas católicas ultramontanas do Bispo D. Joaquim no Piauí”, será dedicado ao processo de romanização do catolicismo piauiense através dos empreendimentos modernizadores lançados por Dom Joaquim como forma de construir uma identidade específica da Igreja católica no Piauí a partir da instalação do bispado em terras mafrenses, entre as quais podemos citar a criação de colégios católicos, a organização e formação do clero e a (re) estruturação das associações e organizações religiosas católicas.

No terceiro e último capítulo ressaltamos a necessidade imposta à Igreja de novas iniciativas reformistas de formação e divulgação do catolicismo ultramontano, com ações educativas que combatessem a imprensa “infame”, e consagrasse a vida familiar-cristã-católica, como necessidade emergente de combate aos ímpios, significando, em si, o máximo de esforço ultramontano de se constituir em novas representações da (na) Igreja Católica piauiense. Trata das diversas manifestações da Igreja na diocese do Piauí na busca de construção de um projeto de cristandade católica inserida no contexto romano e suas divergências ideológicas entre maçons, o que se constitui embate permanente de palavras a partir dos escritos do jornal *O Apóstolo*.

2. OS CAMINHOS DO CATOLICISMO ULTRAMONTANO NO BRASIL E NO PIAUI

No presente capítulo, analisamos o percurso histórico de constituição da Igreja Católica, enfatizando os momentos que antecederam a ruptura da instituição com o Estado nacional brasileiro, com o conseqüente fim do sistema de padroado que havia vigorado durante a colônia e o período imperial. A separação entre Igreja e Estado, ratificada pela Constituição de 1891, trouxe, no seu bojo, a necessidade de reconstrução do lugar social desta instituição no seio da sociedade civil. O catolicismo precisava se reinventar na sociedade de forma autônoma, com nova identidade depois de séculos vinculada ao Estado. Um segundo ponto tratado no capítulo são os encaminhamentos da reconfiguração da Igreja católica e seus impactos no Piauí, pois entendemos que a criação da Diocese do Piauí, e mesmo as ações do primeiro bispo, estão diretamente ligadas à reconfiguração da instituição no Brasil república. Como forma de efetivação da proposta do argumento, utilizaremos textos que abordam historiograficamente a temática e que possibilitem entender os caminhos percorridos pela Igreja Católica no Brasil, e particularmente no Piauí, diante do fim do padroado. Usaremos ainda jornais que circularam no final do século XIX e início do século XX, particularmente alguns exemplares dos jornais *A cruz e O Apóstolo*, jornais católicos publicados no Piauí, que tratam privilegiadamente de questões relacionadas aos interesses católicos.

2.1 Uma Igreja em busca de identidade.

A igreja Católica se fez presente na América portuguesa desde os momentos iniciais da descoberta e ocupação dos territórios, visto que a colonização, para além de um empreendimento mercantil, era também um empreendimento religioso. O catolicismo era o responsável pelo aparato moral e ideológico capaz de criar um ambiente social propício ao domínio do Estado colonial e depois do Estado imperial, sendo assim parte fundamental do aparato estatal de dominação e controle da sociedade. “A religião católica sempre se impôs como domínio sócio-cultural da fé” e, através dela, as pessoas “manifestam suas aspirações, necessidades, desejos e esperanças permanentes”¹⁸.

Os reis de Portugal tinham, por concessão papal, o direito de padroado sobre a Igreja católica em seus territórios. Proclamada a Independência, a Coroa brasileira procurou dar

¹⁸ WERNET, Augustin. *A Igreja Paulista no século XIX. A reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851 – 1861)*. São Paulo: Ática, 1987, p.4

continuidade a esse privilégio, por entender a importância da religião nas estratégias de controle social. Desta forma, a Constituição Política do Império do Brasil, outorgada em 25 de março de 1824, no seu artigo 5º, forjou as prerrogativas de interdependência da Igreja: “A religião católica, continuará a ser a religião do império. Todas as outras religiões eram permitidas com seu culto doméstico ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo¹⁹. Esse “*continuará*” é pleno de força significativa da presença estruturante da Igreja na formação do Estado Nacional brasileiro.²⁰

O atestado de dependência, porém, não estava subscrito da mesma forma que na colônia; havia um corte profundo, que anunciava que esta Igreja não teria mais os mesmos ditames que antes. Se a colônia foi estritamente católica, o império tendia a ser influenciado pelas ideias liberais iluministas. A implementação do Padroado civil²¹, principalmente nos artigos 5 e 102 da Constituição de 1824²², e a manutenção do regalismo²³, utilizados para adequar a estrutura eclesiástica a tal situação, foram ações implementadas pelo novo império, que definiam a atuação da Igreja nos assuntos civis, sobretudo com o chamamento dos clérigos, dando-lhes atribuições políticas e administrativas, o que interferia no perfil existencial dos sacerdotes brasileiros.

Parte do clero brasileiro foi seduzido pelo ideário iluminista de matriz francesa, o que pode ser percebido na adesão e participação de padres em diversos movimentos pré e pós-independência, o que colocava em risco a integridade da união entre o Estado imperial e a Igreja; além disso, o envolvimento dos sacerdotes, com as elites regionais e potentados locais, ajudou a disseminar querelas. Os clérigos também tiveram ampla participação nos debates emancipatórios no Brasil, de forma que “o regime imperial, a nova ordem estabelecida, a nova estrutura de governo, instaurava-se sobre a inspiração de um confuso amálgama de doutrinas e teorias também partilhada pelos clérigos”.²⁴ A situação ganhou maior grau de complexidade,

¹⁹ Brasil. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em 09 de março de 2019.

²⁰ NETO, Antônio Fonseca dos Santos; LIBÓRIO, Paulo de tarso Batista. **Joaquim**. Arquidiocese de Teresina, Teresina, 2016, p. 48.

²¹ Desta forma foi delegada aos párocos uma série de funções civis que praticamente os integraram ao funcionalismo público, ao mesmo tempo em que lhes dava uma considerável influência política sobre as comunidades em que atuavam, devido, principalmente, à importante função que passaram a desempenhar no processo eleitoral.

²² Para uma compreensão maior desta temática, ver, SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **A Igreja e a construção do Estado no Brasil imperial**. XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal. Anais...Natal, p. 1

²³ Segundo Zília Osório de Castro, em artigo intitulado, “Antecedentes do Regalismo Pombalino”, entende-se por regalismo: “a supremacia do poder civil sobre o poder eclesiástico, decorrente da alteração de uma prática jurisdicional comumente seguida ou de princípios geralmente aceitos, sem que haja uma uniformidade na argumentação com que se pretende legitimá-lo”.

²⁴ AZEVEDO, Thales de. **Igreja e Estado em tensão e crise: a conquista espiritual e o padroado na Bahia**. São Paulo: Ática, 1978. AZEVEDO, 1978, p. 122-123.

na segunda metade do século XIX, quando parcela do episcopado brasileiro adotou um perfil ultramontano, que manifestava profundo descontentamento com a vigência do padroado e ainda com a orientação iluminista de muitos sacerdotes. Era inevitável o surgimento de desentendimentos e disputas, que atingiriam um “clímax” de insatisfação no decorrer da década de 1870.

Todas estas questões geravam incertezas e dificuldades entre o poder estatal imperial e o poder espiritual, que se agravaram no decorrer do século XIX, “graças ao fortalecimento da Monarquia, à conseqüente secularização de sua burocracia e o predomínio do episcopado ultramontano a partir de meados da década de 1860”.²⁵ As problemáticas de caráter eclesiástico sempre permearam as disputas do parlamento no primeiro império, agravando-se no período regencial, em grande parte, devido à imposição do Padroado Civil à Igreja, no tocante à integração do Clero à burocracia estatal, “como um setor da administração pública, atingindo até mesmo os templos católicos, com um decreto de 26/03/1824, designados para local de realização dos pleitos eleitorais, que deveriam ocorrer após a celebração de uma missa com homilia apropriada para a ocasião”.²⁶ Tal situação ficou ainda mais evidente após a abolição da Mesa de Consciência²⁷ e Ordem em 1828, “sendo as questões eclesiásticas colocadas sob a dependência do Ministério dos Negócios da Justiça e do Supremo Tribunal de Justiça”.²⁸

Em virtude do sistema de padroado, havia uma “simbiose”²⁹ impositiva da administração estatal nos negócios eclesiásticos, em que estes eram tratados como quaisquer outros assuntos da administração pública. Os padres e os bispos eram meramente funcionários públicos que deviam obrigações ao estado nacional brasileiro, de forma mais imperativa do que na coroa portuguesa. O Padroado Civil, criado pela Constituição de 1824, juntamente com o regalismo, impôs ao clero uma dupla lealdade: ao Estado e à Igreja. “Este sistema de dupla lealdade começou a ser questionado a partir dos anos de 1840/50 com o início de uma

²⁵ Bispos que defendiam a centralização romana, a afirmação da soberania absoluta do papa, a “suprema” autoridade da Igreja e de seus representantes institucionais, O nome ultramontano foi utilizado pelos galicanos franceses, que pretendiam manter uma igreja separada do poder papal.

²⁶ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **A Igreja e a construção do Estado no Brasil imperial**. XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal. Anais...Natal, p. 3.

²⁷ Criada por D. João III de Portugal em 1532 para a resolução das matérias que tocassem a "obrigação de sua consciência", foi um dos mecanismos utilizados para a centralização do poder efetuada pelo monarca. Este conselho régio passou a ter a maior importância dada a extensão das suas competências.

²⁸ NEVES, Guilherme P. das. **E receberá mercê: a mesa de consciência e ordens e o clero secular no Brasil. 1808-1828**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997

²⁹ Para entendimento do termo aqui usado, recomendamos a leitura do trabalho de Maria Wellitania de Oliveira, **A FÉ, O IMPÉRIO E A RELAÇÃO DE SIMBIOSE**, publicado na Revista CEREUS, v. 4, n. 1, jan-abr/2012, UnirG, Gurupi, TO, Brasil. Pode ser encontrado em <http://ojs.unirg.edu.br/index.php/1/article/view/File/228/97>

sistemática reforma da Igreja no Brasil, levada a cabo pelos bispos ultramontanos”.³⁰ Thales de Azevedo, ressalta que:

Os clérigos possuíam uma religiosidade epidérmica e formal, apegada a certas regalias e acostumados a vantagens incômodas, porém aliciantes, que o Estado oferecia.,entre elas pode-se citar a estabilidade nos cargos, as cômmodas (mesmo baixas e sempre atrasadas), a subvenção ao culto, jurisdição sobre vários atos mistos como registro de nascimentos, matrimônios e óbitos, administração dos cemitérios, interpretação dos testamentos, inscrição dos eleitores e participação ativa nas mesas eleitorais (estes dois últimos até 1842/46), e a partir de 1850 o registro de terras³¹

As ações do governo imperial acabaram por tolher a participação do setor eclesiástico nas decisões governamentais, sem, no entanto, afastar-se dos preceitos regalistas, como sistema político que atendia aos interesses do estado, mantendo o controle sobre os “súditos” religiosos, aumentando sua autoridade e seu domínio, como forma de prevalecer sua legitimidade. No período que vai do Regresso ao “renascer liberal” dos anos 1860, “também conhecido como Tempo Saquarema”³², foram implementadas ações de combate ao clero com tendências “politizadas” ou que aderiam voluntariamente a algum “partido”, que, sob o olhar da administração imperial, ajudava a desestabilizar o sistema.

Outra medida, adotada pelo governo imperial, foi a nomeação de bispos de inclinação ultramontana, que se opunham à participação dos clérigos na política partidária. Esta medida, acabou por incentivar a reforma eclesiástica desejada pelos bispos romanizados, que passaram a assumir as dioceses brasileiras a partir de 1844.³³ Os bispos nomeados logo assumiram a tônica do discurso religioso inspirado nos interesses da cúria romana, fundamentado no Concílio de Trento³⁴, tendo, como objetivo da atuação episcopal, frear o protagonismo político do clero que a ideologia liberal havia incentivado.

Durante o Primeiro reinado foram nomeados três bispos, sendo eles: D. Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade, D. Marcos Antônio de Sousa e D. Romualdo Antonio de Seixas, este

³⁰ Segundo Ítalo Domingos Santirocchi: “O ultramontanismo, no século XIX, se caracterizou por uma série de ideias e atitudes da Igreja Católica num movimento de reação às novas tendências políticas desenvolvidas após a Revolução Francesa e à secularização da sociedade moderna. As suas principais características podem ser assim resumidas: esforço pelo fortalecimento da autoridade pontifícia sobre as igrejas locais; reafirmação da escolástica; restabelecimento da Companhia de Jesus (1814); e definição dos «perigos» que assolavam a Igreja (galicismo, jansenismo, regalismo, todos os tipos de liberalismo, protestantismo, maçonaria, deísmo, racionalismo, socialismo, casamento civil, liberdade de imprensa e outras mais), culminando na condenação destes por meio da Encíclica Quanta cura e o «Sílabo dos Erros», anexo à mesma, publicados em 1864”. (SANTIROCCHI, 2010:195)

³¹ AZEVEDO, Thales de. **Igreja e Estado em tensão e crise: a conquista espiritual e o padroado na Bahia**. São Paulo: Ática, 1978. AZEVEDO, 1978: 122-123

³² MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema: a formação do Estado imperial**. São Paulo: HUCITEC, 1987, 285.

³³ Ibid.,2010b

³⁴ Em 08 de abril de 1546, o Concílio de Trento reconfirmou os ritos, sacramentos, ministérios, magistério e governo da Igreja.

último Arcebispo da Bahia e primaz do Brasil entre 1827 e 1860. Todos foram designados a assumir suas respectivas dioceses, assumindo suas cadeiras episcopais em 1827 nas seguintes dioceses: São Paulo, Bahia e Maranhão.

Os Bispos de orientação ultramontana sempre se posicionaram contra os padrões de uma Igreja regalista, submissa ao poder secular, com clérigos ligados ao liberalismo, pois acreditavam que esse perfil minava os preceitos de uma instituição guiada pelas orientações da Santa Sé. A postura ultramontana esboçava ainda preocupação com a formação do clero e com a evangelização dos fiéis, tendo como fundamento os valores e as diretrizes tridentinas (1545-1563). Era preciso forjar um novo perfil de sacerdotes, pois, para os ultramontanos, somente com a formação de clérigos de vida santa, voltados estritamente às práticas e vivências espirituais, a Igreja poderia exigir de seus fiéis semelhança com seus guias. Logo, essas ações encontraram respaldo político junto ao episcopado.

O movimento ultramontano ganhou folego também com a nomeação do lazarista, Antonio Ferreira Viçoso, no cargo de bispo de Mariana em 1844. Dom Viçoso implementa, na sua diocese, ampla reforma que servirá de modelo para outros bispos, alguns deles formados sob sua orientação e doutrina, como D. Luís Antônio dos Santos, que assumiu a Diocese do Ceará (1861-1881) e D. Pedro Maria de Lacerda, Bispo do Rio de Janeiro (1869-1890). O representante pontifício afirmava que Dom Viçoso era um dos melhores do clero brasileiro³⁵. Ultramontano, Dom Viçoso, combateu o que considerava abusos da religiosidade popular, sobretudo as festas que resultavam em licenciosidades e pecados. Foi grande incentivador da devoção à Virgem Maria, introduzindo o mês de Maria nas paróquias de sua diocese.

No final do período imperial entram em cena dois personagens: D. Antônio de Macedo Costa, Bispo do Pará (1861-1890) e D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, Bispo de Olinda (1872-1876), que serão expoentes de uma das maiores contendas religiosas ocorridas na história da Igreja no Brasil, envolvendo de um lado o poder civil e do outro o “espírito” católico ultramontano. A querela ocorreu entre 1872 e 1875, envolveu os católicos brasileiros e mobilizou a imprensa, passando para a história como “A questão religiosa”.

No dia 03 de março de 1872, na cidade do Rio de Janeiro, o padre Almeida Martins, durante o sermão, utilizando-se da linguagem maçônica, fez uma saudação à Lei do Ventre Livre, proposta pelo Visconde do Rio Branco, que, à época, era presidente do Conselho de Ministros e grão-mestre da ordem maçônica. O bispo do Rio de Janeiro, Dom Pedro Maria de

³⁵ ASV Nunciatura do Brasil, Despacho 2273, fascículo 2, ff, 94-95

Lacerda (1830-1890), afastou o padre. No mês de maio do mesmo ano, Dom Vital de Oliveira (1844-1878), Bispo de Olinda, afastou de sua diocese dois padres que, depois de repreendidos, recusaram-se a abandonar os princípios maçônicos, e ainda impediu que outro sacerdote, Monsenhor Campos, celebrasse o casamento de um senhor pertencente à ordem maçônica.

No Pará, Dom Antônio de Macedo Costa seguiu o exemplo de Dom Vital e aplicou a censura eclesiástica a padres que costumavam frequentar as reuniões maçônicas. Em *A Questão Religiosa no Brasil*³⁶, livro publicado em 1886³⁷, Dom Macedo Costa, na introdução de seu livro, ressalta, com suas palavras, o que significou para o governo imperial e para a Igreja romana as contendas que se sucederam entre 1872 a 1875. Para ele, nunca houve crime a ser penalizado, e muito menos a Constituição foi subvertida ou contrariada,

Sobrevém desgraçadamente na prática um conflito. Cada qual mantém o que julga ser seu direito. Aonde está aqui o crime? Que código há neste mundo que puna com o encarceramento e outras penas gravíssimas uma autoridade, só porque ela defende a sua jurisdição contra a invasão, real ou presumida, de outras autoridades?³⁸

Dom Macedo estava se referindo ao fato de os bispos de Olinda e do Pará terem seu aprisionamento deferido pela corte imperial, fato que teve ampla repercussão não somente nos dois bispados dos quais os réus eram titulares, mas evidenciou descontentamentos em outros setores eclesiásticos da Igreja. Estava consolidada uma crise no consórcio entre a Igreja e o Estado Imperial, abrindo-se um processo de redefinição de suas identidades no século XIX.

A Questão Religiosa não pode ser interpretada como alheia ao regime do padroado; já na metade do século XIX houve tentativas de aproximação do episcopado brasileiro com as orientações de Roma. O ultramontanismo, impetrado pela bula papal "Syllabus"³⁹, e o Concílio

³⁶ AEAM. *O Bom Ladrão*. Mariana, outubro de 1873.

³⁷ AZEVEDO, F. "Os antecedentes históricos do conflito entre D. Vital e o regalismo brasileiro e a sua resolução ineficaz", in REB 247 (2008) pp. 91-126; BARROS, R. S. M de. "A questão religiosa", in HOLANDA, S. B. de. *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil monárquico*. Tomo II vol. 6, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, pp. 392-423. No Brasil, nem tampouco sem fazer menção ao posicionamento da Santa Sé ou da Cúria Romana.

³⁸ O título original da obra de Dom Macedo é *A Questão Religiosa no Brasil perante a Santa Sé ou a Missão Especial a Roma em 1873 à Luz de Documentos publicados e inéditos pelo Bispo do Pará*. A publicação é uma coletânea de documentos (correspondências) civis e religiosas sobre o conflito iniciado em 1872 entre Igreja e Estado. O próprio Dom Macedo narra os acontecimentos e comenta os documentos

³⁹ O Syllabus, publicado em 1864, contém 80 proposições, divididas em 10 capítulos, que podemos resumir em 4 pontos fundamentais: O primeiro grupo de erros (1-18): Diz respeito ao panteísmo, ao naturalismo, ao racionalismo absoluto e mitigado, ao indiferentismo, a incompatibilidade entre razão e fé; O segundo grupo (56-74): Reúne os erros sobre a ética natural e sobrenatural, especialmente em relação ao matrimônio; A terceira série (19-55 e 75-76): Diz respeito aos erros sobre a natureza da Igreja e do Estado e sobre as relações entre os dois poderes; Teses 77-80: As mais graves, ao menos pelas relações suscitadas na opinião pública, é a última classe, de apenas 4 proposições. A Religião Católica deve ser também em nossos dias considerada religião do estado, com exclusão dos outros cultos; condena-se a liberdade de culto e a plena liberdade de pensamento e imprensa. Em síntese, rejeitam-se algumas das teses fundamentais da sociedade moderna, os "princípios imortais" de 1789. A última proposição afirma categoricamente ser falsa a afirmativa segundo a qual "o Romano Pontífice pode e deve se reconciliar com o progresso, com o liberalismo e com a civilização moderna".

Vaticano I (1869-1870), deram as bases para as divergências ideológicas entre o poder secular do Estado e o poder Espiritual da Igreja Católica. “Presenciando o início de uma oposição entre ‘liberais regalistas’ e ‘conservadores ultramontanos’, dificilmente podia se esperar que estes últimos já tivessem estabelecido seu controle sobre a Igreja Brasileira”.⁴⁰

No dia 9 de julho de 1865, o hebdomadário, *O Missionário Católico*, do Rio de Janeiro, já afirmava publicamente, aos seus fiéis, todas as premissas firmadas no Concílio Vaticano I,

A um edifício eterno, era preciso um fundamento eterno: a uma sociedade que deve durar em todos os tempos, é preciso sempre um poder vivo para governar. Que se diga embora, exclama Bossuet, que o ministério de São Pedro acabasse com ele, porque o que deve servir de sustentáculo a uma Igreja eterna, não poderia jamais ter fim. Pedro viverá em seus sucessores e falará sempre em sua cadeira. [...] Todos os concílios são unânimes em reconhecer no bispo de Roma o sucessor de São Pedro e o herdeiro de seu primado. Morreu como bispo e seu sucesso está identificado como ele a tal ponto, que Pedro parece reviver e se perpetuar em sua pessoa. [...] À soberaneidade espiritual e a infalibilidade doutrinária do Pontífice romano, formalmente proclamadas pela Escritura, não tem necessidade rigorosamente falando de ser estabelecida por outras provas históricas⁴¹

As palavras impressas no jornal carioca foram, pouco tempo depois, expressas de forma dogmática nas decisões do Concílio Vaticano I. A Igreja, ao reafirmar sua *ex cathedra*, confirma também a infalibilidade do episcopado católico, o que provocaria uma disseminação de discordância entre o poder civil (temporal) e o poder religioso (Igreja). Os novos territórios de poder e identidades começavam a desconstruir o que, antes, era uma unidade, e que, agora, tornam-se espaços fragmentados, cada um tentando manter-se independente, determinando suas especificidades e seu aparato de autoafirmação social. David Gueiros Vieira entende o conflito como “de um lado, uma colisão entre galicanismo, jansenismo, liberalismo, maçonaria, protestantismo, deísmo e racionalismo⁴², todos vagamente aliados contra o conservadorismo e ultramontanismo da Igreja Católica do século XIX”.⁴³

⁴⁰ WERNET, Augustin. **A Igreja Paulista no século XIX. A reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851 – 1861)**. São Paulo: Ática, 1987, p.85.

⁴¹ **O MISSIONÁRIO CATHÓLICO**. Ano I, domingo, Rio de Janeiro: 9 de janeiro de 1865.

⁴² Segundo David Gueiros Vieira, “liberalismo”, como ideologia, cobre um sem-número de conceitos. Sob essa expressão genérica aparecem vários grupos defensores do livre-arbítrio em todas as esferas, unidos ao redor do conceito de “progresso” e emancipação do homem. O termo “liberal” significava uma crença difusa no valor do indivíduo, e na convicção de que a base de todo o progresso era a liberdade individual. A reação, ou “reforma”, maçônica se formaria ao redor de um grupo de filósofos, entre os quais Isaac Newton e seus protetores, os duques de Montague de Wharton, que seriam os primeiros Grão-Mestres dessa nova maçonaria. O protestantismo, surgiu no início do século XVI, como divergência contra as doutrinas e práticas do catolicismo de Roma. O Deísmo, é considerado uma doutrina filosófica de base naturalista, cujo único princípio é a razão, como única via que pode nos assegurar sobre a existência de Deus, rejeitando qualquer prática religiosa que contrarie tal fim. O racionalismo, espécie de doutrina cujo fundamento está baseado no raciocínio, como forma de explicação da realidade.

⁴³ VIEIRA, David Gueiros. **O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil**. Brasília: UNB, 1980, p. 27.

Podemos afirmar que, durante o Segundo Império, as orientações romanas tiveram crescente aceitação, tomando corpo e expandindo-se no Brasil. A alta hierarquia católica, progressivamente, se organizava de forma a atender os ditames de Roma em detrimento das diretrizes liberais do regime secular. Não eram somente os interesses religiosos que estavam em voga, mas toda a concepção que envolvia a prática religiosa católica no império, contribuindo decisivamente para abalar as bases da monarquia brasileira.

Essas divergências acabaram por desencadear conflitos entre os paladinos da maçonaria e os eclesiásticos adeptos da romanização, processo que culminou na *Questão Religiosa*. Embora este não tenha sido o mais vigoroso embate entre católicos e liberais, foi aquele que mais impulsionou os interesses para o fim do padroado. Em sua dissertação, Germano Moreira Campos afirma que “no interior do estado *cesaropapista*, a Igreja ultramontana, não raramente, encontrou dificuldades para agir conforme suas próprias determinações, o que resultava em constantes choques entre as duas esferas de poder”.⁴⁴ Segundo alguns historiadores, a Questão religiosa foi um fator de fragilização do Estado imperial e mesmo impulsionador da Proclamação da República no Brasil. Sobre a relação entre a Questão religiosa e a Proclamação da República em novembro de 1889, a historiadora Emília Viotti faz a seguinte afirmação que julgamos pertinente

Não há unanimidade entre os historiadores de se interpretar a *Questão Religiosa* como fator preponderante para a queda do império, resvalando na República e pondo fim ao regime do padroado. Viotti ressalta que não se pode dar atribuições a Questão Religiosa que não condizem com sua realidade histórica. Seria, por exemplo, um “exagero supor que a contenda, que indispôs momentaneamente o trono com a Igreja foi dos fatores primordiais na proclamação da República”⁴⁵

Creditamos ao acontecimento, em análise, relevante importância histórica, afirmando mesmo que o fato acendeu as chamas da separação entre Igreja e Estado. No entanto, fiados na afirmação de Emília Viotti, acreditamos que a Questão Religiosa não foi o fator primordial que alavancou a ruptura entre a Igreja e o Estado. A República se contorcia a espera de ventos que favorecessem sua chegada. “Era inevitável, já galgava espaços desde a independência do Brasil, restava apenas aguardar”.⁴⁶

Mais que os estragos políticos que provocaram fissuras nas relações entre Igreja e Estado, acreditamos que a Questão religiosa pode ser percebida como sintoma de problema

⁴⁴ CAMPOS, Germano Moreira. **Ultramontanismo na diocese de Mariana: o governo de D. Antonio Ferreira Viçoso (1844 – 1875)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais/Departamento de História, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, p. 133.

⁴⁵ COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República. Momentos Decisivos**. 7ed. Rev. São Paulo, Brasiliense, 1995

⁴⁶ Ibid., p.244.

mais compelxo, como fruto do processo de secularização da sociedade brasileira que já estava em curso, flagelando as relações entre o Estado e a igreja católica, considerado uma das maiores disputas em torno da supremacia do poder temporal sobre o poder espiritual. As discussões fundamentadas no iluminismo apareciam nas ruas, nas academias e até mesmo nas reuniões nos salões dos palacetes privados. Não demorou muito para que estas ideias proliferassem, acentuando divergências e diferenças ideológicas entre Igreja e Estado. Para Teresinha Queiroz,

O denominador comum a todos esses movimentos era a inserção no processo de secularização da sociedade ocidental. Ao nível das relações entre o Estado e as Igrejas instituídas, esse processo se consubstanciava em forte disputa em torno da prevalência do poder temporal sobre a influência espiritual e vice-versa. Ao nível dos discursos, colidiram diferentes concepções de mundo, de um lado explicações do universo centradas em um plano divino e, do outro, explicações científicas e laicizadoras que datavam do renascimento⁴⁷

Nos anos 1880, ganhou força a propaganda republicana que se alastrava pelas cidades, provocando incertezas sobre os rumos que o Brasil deveria ou poderia seguir. Os estigmas de um regime, que beirava o ocaso, começavam a aparecer do subterrâneo, e a macular o Império brasileiro. Os questionamentos sobre a conveniência das relações entre Igreja e Estado ficaram frequentes. O regime do padroado definhava, e, moribundo, tentava a todo custo sustentar-se. As chances não eram boas.

Embora tudo se encaminhasse para um fim próximo da relação simbiótica entre Igreja e Estado, com a revogação do padroado, haviam resistências e mesmo a defesa de interesses de ambos os lados. O próprio Dom Macedo afirma, com plena convicção, em sua carta a Rui Barbosa, no dia 22 de dezembro de 1889: "Não desejo a separação, não dou um passo, não faço um aceno para que se decrete no nosso Brasil o divórcio entre o Estado e a Igreja"⁴⁸. No entanto, mesmo com alguma resistência, a separação foi efetivada, pouco tempo depois de o Império ruir, e no seu lugar nasce uma República de orientação positivista e liberal, e a relação entre Estado e Igreja chegou ao fim, pois não havia mais espaço para a continuidade dessa união.

A Igreja, agora sem a tutela do Estado, encontrava-se livre para reinventar sua estrutura administrativa, e incrementar sua necessária inserção na sociedade brasileira. Ao seu favor, tinha a força da tradição, a histórica relação e envolvimento da sociedade brasileira com a fé católica, o caminho estava aberto e era desafiador.

⁴⁷ QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. Os Literatos e a República, Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 3ª ed. Teresina: EDUFPI, 2011, p. 218

⁴⁸ COSTA, Macedo (Dom). **A questão religiosa no Brasil perante a Santa Sé ou a missão especial a Roma em 1873 à Luz de Documentos publicados e inéditos**. Lisboa: Lallemand Frères, 1886, p. 16

Com a instalação do Regime republicano em novembro de 1889, e com a publicação em 07 de janeiro de 1890 do decreto de separação entre Igreja e Estado no Brasil⁴⁹, abolindo, no seu art. 4º, o padroado com todas as suas instituições e prerrogativas, concedendo à Igreja a liberdade de organização e autodeterminação. A Igreja se via, assim, diante do desafio de se posicionar na sociedade, de se relacionar com os fiéis sem os vínculos insitucionais do Estado, sem a sua tutela e proteção.

Diante desse ato do Governo repúblicano, a resposta da Igreja veio por meio da *Pastoral Coletiva*, documento recomendativo de 1890 encabeçado por Dom Macedo Costa, bispo do Pará, assinado por todos os bispos do Brasil reunidos em março em assembleia como iniciativa à Proclamação da República. Segundo Lustosa (1975), a ssembleia e o documento marcam o início da construção de um diagnóstico, que pensava a situação da instituição religiosa do país, ao tempo em que apontava para a construção de uma unidade de ação pastoral mais esclarecida e mais próxima da realidade, lançando as bases para uma visão estratégica que objetivasse delinear o futuro das ações da Igreja no Brasil.⁵⁰

A *Pastoral Coletiva* não apenas se tornou um documento referencial para toda a Igreja, mas fez emergir novas perspectivas de organização dos princípios gerais do catolicismo que, agora, deveria sobreviver sem o apoio do Estado. Nesse momento, o processo de romanização do catolicismo no Brasil vai, significativamente, ganhando força hegemônica, como podemos perceber na reflexão de Pedro Ribeiro:

A romanização é, pois, um processo através do qual o aparelho eclesiástico – o corpo de agentes religiosos institucionalmente qualificado para a direção dos fiéis católicos – assume o controle efetivo do aparelho religioso no seu todo. Não é mais um aparelho religioso segmentado em suas bases, como prevalece na formação social senhorial, mas um aparelho religioso fortemente hierarquizado cujas bases locais são verticalmente integradas nas instituições eclesiásticas: associações religiosas, capelas, paróquias, dioceses e Santa Sé.⁵¹

Apesar da ruptura entre o aparelho eclesiástico e a tutela do estado, o episcopado brasileiro logo encontrou formas eficazes de reafirmação do catolicismo como religião preponderante mesmo em um estado laico. A relação entre clero e a grande massa de fiéis não sofreu solução de continuidade diante da ruptura entre Estado e Igreja com o consequente fim do sistema de padroado, pois a Igreja encontrou formas de interagir, influenciar e reestruturar

⁴⁹ DECRETO Nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D119-A.htm Acesso em: 17 abr. 2014.

⁵⁰ LUSTOSA, 1975. p. 645

⁵¹ RIBEIRO, Pedro A. de Oliveira. **Religião e dominação de classe. Gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil.** Vozes. Rio de Janeiro, 1985, p.291/292.

as bases de sua articulação e a confiança com os fiéis, em alicerces puramente fundamentados na espiritualidade, nos rituais e nos sacramentos.

A doutrina para a reestruturação estava posta pelo ideário católico ultramontano, os métodos de trabalho já haviam sido experimentados nas dioceses onde o ultramontanismo havia se enraizado desde os meados do século XIX, um passo que precisava ser dado de forma urgente era o planejamento e execução da reestruturação administrativa da Igreja por todo o Brasil, e isso passaria necessariamente pela criação de novas dioceses, multiplicando os pastores católicos pelo vasto território, a messe era grande e os pastores poucos. É dentro desse contexto que o ultramontanismo, que já se insinuava no Piauí, desde as décadas finais do século XIX, irá ganhar folêgo com a criação de uma diocese nos anos iniciais do século XX.

2.2 Nasce uma diocese

Em várias oportunidades, no século XIX, as autoridades constituídas da Província do Piauí encaminharam solicitações, ora reivindicando maiores poderes ao Vigário geral do Piauí, ora demandando a criação de um bispado na Província, que teria como sede a cidade de Oeiras, então capital do Piauí. Se alguns acréscimos nos poderes do Vigário geral da Província foram concedidos, invariavelmente todas as reivindicações de criação de uma diocese foram negadas. As justificativas para a negativa sempre apontavam para o mesmo ponto: a não concordância do Bispo do Maranhão ou, ainda, as dificuldades financeiras que envolveriam a divisão da Diocese do Maranhão e a consequente criação da Diocese do Piauí.

Nas narrativas, contidas no jornal *O Apóstolo*, encontramos diversas pistas, não somente sobre a gênese do bispado no Piauí, mas, também, sobre a própria história das pessoas que sofridamente ingressaram nas fileiras dos defensores do bispado piauiense. Nos relatos que tratam dos encaminhamentos desencadeados nos últimos e decisivos anos do século XIX, ganha relevância para a vitória da causa o Padre Joaquim de Oliveira Lopes, então vigário de Itamarati (Pedro II), que, convidado, em janeiro de 1897, pelo então Monsenhor João Tolentino Gadelha Mourão, assumiu a cadeira de professor no Seminário de São Luís.

A estada em São Luís fez surgir em Monsenhor Lopes o interesse de reacender a chama da campanha em prol da Diocese do Piauí. As dificuldades não foram poucas, mas empenhou-se, quase que se anulando em vista da realização do sonho piauiense. “Com tal disposição, o padre lançou a semente, primeiro entre os sacerdotes piauienses ali residentes. Conquistou para

a causa, o Cônego Leopoldo Damasceno Ferreira e, por meio dele sacudiu o clero no Piauí”.⁵² Mas um fato, narrado nas linhas escritas pelo Padre. Luiz Gonzaga de Sousa, merece ser mencionado, pois serviu de impulso a Padre Joaquim Lopes

No mês de junho de 1900, o Apostolado da Oração, convocou, na Bahia, um congresso católico, a que deviam comparecer todos os diretores diocesanos e se representar todas as dioceses do Brasil. Comissionado pelo Monsenhor Mourão, vigário capitular do Maranhão, para representar a diocese, partiu o proibido sacerdote para a Bahia, chegando à metrópole na véspera da primeira reunião do congresso que se contraio de 3 até 10 de junho. Hospedado no palácio de D. Jerônimo, arcebispo da Bahia, não desperdiçou um só instante para comprovar a necessidade da criação do Bispado do Piauí, pôr em evidencia os recursos para a sua manutenção e tornar bem patente a circunstância da prosperidade do Maranhão que podia subsistir sem o óbolo do Piauí. O Arcebispo incitou o padre Lopes a prosseguir na conquista deste bem inestimável para uma população cristã, votada ao abandono, assegurando-lhe que iria pessoalmente propugnar, diante do Vaticano, a causa religiosa dos piauienses, a esplendida vitória dos sentimentos católicos.⁵³

Animado pelas palavras do reverendíssimo Bispo da Bahia, padre Lopes deixou aquele local no dia 12 de junho, tomando passagem na via férrea em direção à cidade de Juazeiro, margeando o rio São Francisco vizinha à Petrolina. Passou a noite em Alagoinhas, na cidade Queimadas, chegando o trem ao Juazeiro às seis horas do dia 14. Embarcando no dia 15 na cidade de Barras e, depois de transitar por diversos portos, entre eles, Pilão, Remanso e Xiquexique, alugou uma condução, tomando a estrada de Santa Rita do Rio Preto, onde se demorou dois dias; partiu, em seguida, para a florescente Vila do Corrente, a primeira localidade piauiense do extremo sul, visitada pelo nosso clérigo viajante, onde se demorou dez dias; assistiu a festividade do Espirito Santo e organizou um grupo do Apostolado da Oração na capela de S. José, filial à matriz e edificada pelo falecido pai do então vigário, padre Eliseu César Cavalcante. Seguiu para Paranaguá, distante 18 a 20 léguas, onde ali permaneceu por cinco dias, levantando a subscrição e organizando um outro grupo do Apostolado da Oração.

Era comum a acolhida, por parte das famílias, aos padres que faziam desobrigas ou visitas pastorais⁵⁴. Para estas, era um privilégio contar com a presença do clérigo por algumas horas na sua casa, sendo sinônimo de “santificação” familiar. Padre Lopes, na sua empreitada, ao continuar sua viagem, indo para a localidade de Santo Antônio de Gilbués, agradeceu ao senhor Dr. José Mariano Lustosa do Amaral, homem católico, a hospitalidade que este lhe

⁵² CHAVES, Joaquim (Mons.). **Obra completa**. 1ª ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2005, p. 15

⁵³ Esforço histórico da Diocese do Piauí. **O Apóstolo**. Ano I, n 27, 17 de novembro de 1907, p,4

⁵⁴ Incursão da igreja católica a regiões de difícil acesso, praticando a catequese e oferecendo os sacramentos a pagãos. No caso, específico do Padre Lopes, seu “projeto” era disseminar o catolicismo por todas as regiões inóspitas e pouco frequentadas pelos líderes religiosos das paróquias.

ofereceu. A caminho de Oeiras, esteve alguns dias com seus parentes no sítio Santa Cruz do Forte, onde, de setembro a outubro, construiu uma capela dedicada ao Sagrado Coração de Jesus. Despedindo-se do lar de seu nascimento, prosseguiu, esperançoso, sua excursão pelo norte, percorrendo, nessa longa e penosa jornada, os seguintes municípios: Valença, Castelo, Iatamarati, Piripiri, Piracuruca, Batalha, Barras, Campo Maior e Livramento.

Chegando a Teresina em 28 de dezembro, para tomar parte nos festejos do advento da passagem de ano, ali permaneceu até o fim de abril de 1901, em companhia do venerando cônego Gil, que, em relação ao bispado do Piauí, não foi um agitador impertinente, mas provou, com sua adesão franca e sincera, que a causa do bispado lhe era simpática, era seu partidário e, agindo, defendeu o projeto no campo das discussões e dos fatos.

Tendo empregado todos os meios de que é capaz o homem superior, de convicção profunda e inabalável, Padre Lopes recebeu a cópia de um ofício da Nunciatura, datado do dia 21 de junho de 1901, que lhe foi mostrado pelo próprio bispo, em que a Santa Sé, pelo seu delegado, exortava o novo bispo do Maranhão a fundar um seminário menor no Piauí, a residir dois anos naquele Estado e dois neste e a nomear, quando se ausentasse, um Vigário Geral, “visto que por muitos motivos não seria possível efetuar então tal criação do bispado do Piauí”⁵⁵

Padre Lopes não se deixou esmorecer; resolveu ir pessoalmente falar com o Bispo Metropolitano e o Núncio Apostólico. Um fato, em especial, veio avivar as esperanças do incansável clérigo. Naquele ano, reuniram-se, na Bahia, diversos bispos para a primeira conferência prescrita pelo Plenário, com os quais o Padre Lopes já havia tido contato largamente; de sorte que a petição dos piauienses foi tão bem acolhida pelos pares que os bispos a consideraram como um objeto de suas deliberações particulares, fazendo chegar às mãos do representante da Santa Sé o pedido de criação da Diocese do Piauí.

No dia 20 de abril de 1901, o Núncio Apostólico entendeu, erroneamente, que o novo episcopado deveria ter como sede a cidade de Parnaíba, o que fez Padre Lopes, mais uma vez, empreitar ida à cidade do Rio de Janeiro, para mostrar ao Núncio as dificuldades e inconveniências desta possibilidade. Retornando ao Maranhão, mas ficando pouco tempo na capital vizinha, seguiu para Teresina no final de novembro de 1901, permanecendo ali aguardando a decisão da Santa Sé. No dia dois de janeiro de 1903, ao receber um telegrama do Exmo. Senhor Arcebispo da Bahia, alegrou-se, visto que havia sido decidido que a Bula Papal estava chegando, dando por definitivo a instalação da Diocese do Piauí, em Teresina. Assim se

⁵⁵ Esforço histórico da Diocese do Piauí. Id. Ibid.

expressou o “cronista” Padre Luiz Gonzaga,

O padre Lopes, que já apresentava sinais bem visíveis de uma mania religiosa sobre a criação deste bispado, cuja fisionomia macilenta exprimia os muitos sofrimentos morais e as torturantes preocupações que lhe minavam a existência, reanimou-se, quando ao anunciar a boa nova da criação do bispado do Piauí, desapressado o peito do enorme compromisso de honra celebrado com seus coestadanos, ouviu o alegre repicar dos sinos, o apitar das fabricas e dos vapores, o estrugir dos foguetes, o executar de belas peças musicais, o vozear do povo que num entusiasmo delirante e ensurdecedor aclamava o Santo Padre, o Piauí e o padre Lopes.⁵⁶

A criação da Diocese do Piauí tornou-se fato consumado, agora era anunciado pelo telégrafo. Os boletins do Piauí e da Republica eram sofregamente lidos pelo povo. Todos festejavam a vitória dessa santa cruzada, o progresso e a autonomia religiosa da terra piauiense. Realizados os anelos dos católicos, seguiu Padre Lopes para Santa Cruz do Forte, onde concluiu a capela iniciada em 1903. Em maio do 1903, o cônego Lopes voltou à Teresina, onde encontrou a Bula da criação do bispado, o decreto de seu desmembramento e uma carta do Núncio. A bula de criação da Diocese, que começa por estas palavras “Supremum Catholicam Ecclesiam Regendi Múnus”, foi passada em Roma no dia 10 do março de 1901. Anexo a tal documento, acha-se o decreto de 11 de agosto de 1903, determinando que fosse cumprida pelo representante da Santa Sé aqui no Brasil, Núncio D. Júlio Tonti, visto que D. José Machi, que era o legítimo representante de Roma, tinha sido transferido para Bavier.

Por determinação subscrita no documento, foi determinado, como sede do bispado, a cidade de Teresina, e a Igreja de Nossa Senhora das Dores como matriz. O “divórcio” com o Maranhão foi concretizado, nos limites do direito, incluindo-se os fiéis e até mesmo os cônegos que transitavam entre as regiões, recomendando-se a organização de seu cabido⁵⁷ para maior estruturação do culto e o bem geral do governo da diocese.

O decreto de desmembramento, expedido em 6 de janeiro do 1903 e assignado por D. Júlio Tonti, reproduziu as determinações da Bula, estabelecendo como limites da nova diocese os mesmos do Estado do Piauí, ordenando que fosse organizado o seminário para formação do clero, e exortou o governo e o povo a respeitarem e auxiliarem o novo bispo e às instituições por ele criadas, decretando que todos os papéis eclesiásticos, relativos ao Piauí, arquivados na chancelaria do Maranhão, fossem entregues ao arcebispo da nova diocese e que o bispo do Estado vizinho continuasse a administrá-la, enquanto não estivesse estruturada

⁵⁶ Esforço histórico da Diocese do Piauí. *Op. Cit.*, Ano I, nº 29. Teresina 1 de outubro de 1907, p. 4

⁵⁷ A origem deste nome reside nos «capítulos» das regras monásticas ou canônicas que eram lidos perante a assembleia reunida para tal fim. Mais tarde, a palavra estendeu-se à reunião em que tal leitura era feita e ao conjunto dos membros da comunidade, acabando por abranger todas as suas reuniões solenes (Acesso em 12/05/2018: file:///C:/Users/gabri/Downloads/DHRP-AC-pp278-496.pdf)

administrativamente.

O bispado, inicialmente, foi administrado pelo bispo do Maranhão, D. Xisto Albano, que concedeu aos cônegos Gil e ao Padre Lopes a responsabilidade para dispensarem impedimentos matrimoniais. Feita a nomeação, pela Santa Sé, de Monsenhor Antônio Fabrício para Bispo do Piauí, fez estremecer de júbilo a nova diocese; o povo piauiense esperava ver realizadas, brevemente, as aspirações de todos os católicos, que viam, na pessoa daquele sacerdote, um apóstolo, uma ilustração e um caráter, mas o brilho da esperança foi desfeito por um telegrama anunciando que o Bispo indicado para assumir a Diocese do Piauí havia renunciado antes de tomar posse.⁵⁸

Posteriormente, a Bula papal *Cunctis ubique pateat*, assinada em 19 de janeiro de 1905, legalmente conferiu ao Mons. Joaquim Antônio de Almeida, conceituado reitor do seminário da Paraíba, a dignidade episcopal. Sagrado no dia 14 de fevereiro de 1905, na Catedral de Nossa Senhora das Neves pelo Exmo. Dom Júlio Tonti, Arcebispo de Aneyra e o Núncio Apostólico. À solenidade de investidura do primeiro bispo do Piauí assistiram Dom Luiz Raimundo da Silva Britto, bispo do Pernambuco, Dom Antônio Manoel Castilho Brandão, bispo de Alagoas e Dom Audato Aurélio de Miranda Henriques, da Paraíba do Norte.

Depois da investidura no cargo, Dom Joaquim Antônio de Almeida despediu-se dos amigos e iniciou viagem para tomar posse na Diocese do Piauí; na viagem permaneceu alguns dias em São Luis do Maranhão, onde teve a gentileza da hospedagem de Dom Xisto Albano, com todas as cerimônias e conveniências que cabe a um eclesiástico. Sempre acompanhado dos clérigos Alfredo Pegado, Bianor Aranha, Francisco Ernesto e Moysés dos Santos, e alguns aspirantes ao sacerdócio, partiu para Caxias, onde foi recebido por três comissões que vieram recepcioná-lo: a do Governo do Estado do Piauí, composta pelos senhores Deputados Federais, Dr. Arlindo Nogueira, João Gayoso e Dr. Agrícola Castelo Branco, a do comércio e a do clero, chegando em solo piauiense no dia 11 de março de 1905. A segunda companhia de trens do Maranhão ofereceu-lhe trens especiais que o conduziram, ele e a sua comitiva, com muitas pessoas da alta sociedade, à Vila das Flores⁵⁹, onde já se achavam os padres da recém-criada Diocese, e o Vice- Governador, Dr. Areolino de Abreu, e membros da mais alta cúpula administrativa do Estado do Piauí.

As ovações fizeram-se ouvir, o povo aclamava dando graças e saudando o seu mais novo morador,

O estalar dos foguetes, os silvos dos vapores das fabricas, o estrepito do povo

⁵⁸ Id. Ibid., p.4

⁵⁹ Atualmente, cidade de Timon - MA

que explodia numa ovação continua, tudo fazia crer que a alma piauiense estava dominada, nesse momento, pelo impulso de uma paixão justamente irresistível - a da grandeza e progresso da sua terra e do amor sincero à Religião implantada por Jesus, para abrigo e salvação da humanidade sofredora. O Apostolado, os colégios, as irmandades, o povo, em burburinho, apinhados em redor da gerência de vapores, contemplou-os o antistite piauiense com o peito ardentemente acendido na caridade apostólica, porque via, nessa página eloquente da sublimidade piauiense, a estética do amor filial e a representação nítida e fiel dos sentimentos religiosos de seus amados diocesanos.⁶⁰

Todos, ao olharem para a porta do prédio da companhia, viram Higino Cunha, que fez as vezes de orador e mestre de cerimônia, atraindo a atenção da grande “massa” presente no auditório e entoando verbalmente o discurso de acolhida ao Bispo Diocesano e, nas palavras do Padre Luiz Gonzaga de Sousa, ”arrebata-o e convencendo aos mais indiferentes que o catolicismo é um facto, que seu prestígio moralizador e benéfico, coopera para nosso evoluir e progressivo caminhar na senda da virtude e do dever”⁶¹.

Já paramentado, seguiu Dom Joaquim sob o palio⁶² entre o povo, tendo à sua direita o vice-governador do Estado, à esquerda o benemérito padre Lopes, formando em alas pelas ruas Ruy Barbosa, Bela, Quintino Bocaiuva, praça Saraiva, que, segundo descreve *o Republica*, “se achavam belamente ornamentadas de patys e bandeirolas, fendendo os ares com o trajeto enorme girândolas de foguetes em suave harmonia com o repicar dos sinos das igrejas”.

No dia 12 de março do mesmo ano, às 7 da manhã, Dom Joaquim entrou na catedral, onde foi lido, pelo padre Alfredo Pegado, secretário do bispado, o Breve Apostólico de sua nomeação, empossando-o no cargo a que fora investido. Coube ao padre Benedito Portella, vigário de Campo Maior, fazer as honras do discurso, nessa ocasião, em estilo correto e de grande alcance para o auditório, descrevendo a dignidade e os deveres episcopais. Em um local reservado, no salão da biblioteca do seminário, estava ali um livro aberto, para que as pessoas presentes pudessem deixar sua assinatura, atestando a posse do Prelado Dom Joaquim Antônio d'Almeida.

Em pouco tempo de sua administração, o bispo já organizara o seminário e o colégio diocesano, e construiu o prédio onde, mais tarde, seria instalado o Colégio Sagrado Coração de Jesus, especificamente para acolher moças da elite piauiense, além de adquirir terreno para a construção de outro colégio, agora na cidade de Parnaíba, para o mesmo fim. Trouxe, para Teresina, uma congregação religiosa que assumiria a administração dos colégios femininos - Irmãs Catarinas-; comprou outro prédio para instalar a topografia do bispado; criou o

⁶⁰ Esforço histórico da Diocese do Piauí. Id. Ibid.

⁶¹ Idem, p. 4

⁶² O pálio - derivado do latim *pallium*, manto de lã - é uma vestimenta litúrgica usada na Igreja Católica, consistindo de uma faixa de pano de lã branca que é colocada sobre ombros dos Arcebispos.

hebdomadário católico, *O Apóstolo*; publicou os estatutos diocesanos; a tabeliã das freguesias; instituiu, em caráter de urgência, o retiro espiritual do clero, algo tão reclamado pelos próprios clérigos; institucionalizou o regulamento do patrimônio das paróquias e irmandades revogando os antigos.

2.3 O ultramontanismo e o contexto regional piauiense

Durante o advento da República Velha, a Igreja procurou implantar reformas religiosas que tivessem influência direta na sociedade brasileira; essas iniciativas tinham ações bem definidas e estavam centradas na busca de uma autoafirmação, diante dos entraves de um novo regime liberal positivista, que contrastava com a política ideológica religiosa do catolicismo romano. No percurso historiográfico do nosso estudo, podemos perceber que o processo de romanização, implementado na Diocese do Piauí, teve, como característica inicial, ações avassaladoras e deterministas, que implantaram um perfil hegemônico, provocando a ira daqueles adeptos do novo regime, e tendo, como consequência direta, os embates entre os signatários da República e a Igreja Católica.

Com a instalação do bispado piauiense, as ações do prelado seguiram um padrão de organização estrutural da Igreja, que já mencionamos anteriormente. A Igreja, livre de certas tarefas impostas pelo padroado, perdeu certas funções, como as de responsável pelos registros civis: registro de nascimentos, casamentos e óbitos; e ainda a responsabilidade de enviar dados populacionais ao poder público, bem como as funções vinculadas às atividades eleitorais. Diante dessa nova situação, a instituição se viu obrigada a construir novas formas administrativas e mesmo enfatizar práticas relacionadas à administração espiritual dos fiéis e da sociedade, assim como promover práticas de vivência da espiritualidade e dos sacramentos.

Com a instalação do bispado piauiense, tem início um projeto reformista, implementado por Dom Joaquim Antonio de Almeida, fincado em pilares ultramontanos, cujos fundamentos estavam lastreados em áreas específicas de atuação, como a educação, a formação católica das crianças e dos jovens, a organização das associações religiosas e a formação dos padres diocesanos. A religião católica constituiu-se a matriz de condução de todas as atividades e iniciativas do bispo.

2.3.1 A tradição católica e a formação da neocristandade em Teresina

Para entendermos o impacto da criação do Bispado do Piauí e as mudanças que propôs

e implementou na sociedade piauiense, é preciso contextualizar as práticas católicas no Piauí, nas últimas décadas do século XIX, período que antecede a criação da referida diocese.

Teresinha Queiroz, ao contextualizar o debate sobre a religião no contexto piauiense, assim se refere

No contexto regional, a discussão dos temas de conteúdos religiosos ou afins está inserida no tratamento de questões as mais distintas, como as relacionadas aos costumes, à ocorrência (ou não) de milagres, às atitudes políticas assumidas pelo clero local, à função social das maçonarias, ao feminismo, à família. Além, é claro, das questões de cunho exegético e filosófico acerca da existência de Deus, da natureza das crenças, do sentimento religioso enquanto tal. [...]. No período em estudo, em virtude do avanço e da consolidação do catolicismo de molde ultramontano, parcela da intelectualidade regional propõe uma laicização cada vez maior da sociedade e coloca-se na perspectiva de que ganhos da razão implicam recuos da religião.⁶³

Tersina, cidade capital criada em 1852, teve, nos primeiros cinquenta anos de existência, a prática de um ccatolicismo fundamentado na tradição. Havia poucos padres, e estes dedicavam quase todo o seu tempo às atividades pessoais e à política. Às vezes, a falta de assistência religiosa era tanta, que alguns clérigos rejeitavam o “fardo” da responsabilidade, alegando que, por serem funcionários públicos, não lhes cabia a responsabilidade de atender aos doentes ou moribundos. Assim, o povo vivia sem os sacramentos, sem missa e sem pregação. Monsenhor Chaves, justifica, no entanto, que,

Para julgar os nossos padres daquela época, é preciso levar em conta as circunstâncias em que eles viveram. Sua formação eclesiástica era quase nula. Limitava-se às vezes a um estágio de alguns meses nos seminários para uma aprendizagem da celebração da santa missa e a aquisição de ligeiras noções de Teologia Moral, da Liturgia, da Sagrada Escritura e do direito da Igreja. Os conhecimentos humanísticos já se supunham adquiridos e os outros conhecimentos eclesiásticos viriam depois pelo esforço pessoal nas leituras e no estudo particular. [...]. Os bispos passavam de vinte em vinte anos. Nesse intervalo, tinham notícias dos padres ou por correspondência particular destes ou por cartas de denúncias que lhes chegavam às mãos versando quase sempre sobre acusações de ordem política.⁶⁴

Temos que lembrar que, como historiadores, não nos cabe fazer julgamentos dos fatos ou das circunstâncias que se sucederam no pretérito, posto que trabalhamos, no caso específico, com as “representações do passado propostas pela literatura”.⁶⁵ O que nos interessa é nos apropriarmos das informações contidas nas fontes, que nos ajudarão a fazer uma “breve” interpretação do ocorrido, sem atentar para juízos de valores ou noções equivocadas que, muitas

⁶³ QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os Literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo**. 3ª ed. Teresina: EDUFPI, 2011, p. 218.

⁶⁴ CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. **Obra completa**. 2ª ed. Teresina: FMC, 2013, p.5

⁶⁵ CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Trad. Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 25.

vezes, permeiam nosso campo “visionário” sem objetividade, uma “história” inventada, portanto.⁶⁶

No tocante aos fatos que norteiam o nosso discurso, especificamente, a realidade da forma que foi subscrita, as transformações nos costumes religiosos do povo piauiense começaram a se modificar a partir de 1890, com a vinda de clérigos com sólida formação e com a instalação da vigararia forânea do Piauí, em Teresina, agora capital da Província. O povo de Teresina vivia sobre os costumes do batismo de seus filhos, sobre as santas bênçãos do matrimônio, na guarda constante de sua fé, no respeito pela religião Católica, no trato digno com as irmandades, enfim, sob as magnitudes e graças da Igreja. Em Teresina, segundo Monsenhor Chaves, existiam três irmandades:

A do Santíssimo Sacramento, provavelmente erigida logo após a transladação da sede da paróquia do Poti Velho para Teresina. Encarregava-se do esplendor do culto. A de São Benedito, criada no dia 06 de janeiro de 1861 e instalada no mesmo dia sob os auspícios do mui reverendo arcipreste, vigário Mamede Antônio de Lima, na igreja matriz. Tinha por finalidade honrar e festejar São Benedito todos os anos no dia de Reis. A de Nossa Senhora das Dores, que se encarregava da manutenção da Santa Casa de Misericórdia até o ano de 1890, quando o governo civil tomou conta da administração do hospital. Não encontramos a data de sua ereção.⁶⁷

As irmandades formavam uma Igreja à parte, constituíam a “nobreza” do culto católico, pois tinham, como característica, a inserção no meio da elite social leiga, formada na sua grande maioria por membros da elite e de alta burguesia, mas também por pessoas comuns, que possuíam carisma de benfeitoras sociais e intimamente ligadas às camadas sociais da cidade mais abastadas economicamente. Tinham, como princípios, a promoção da devoção a algum santo.

Segundo Riolando Azzi⁶⁸, existem dois tipos principais de confrarias: as *irmandades* e as *ordens terceiras*. Ambas surgiram na Idade Média. As irmandades derivam das antigas corporações de artes e ofícios. As ordens terceiras são vinculadas a ordens religiosas medievais, como as franciscanas, as carmelitas e aos dominicanos, organizadas de forma autônoma em relação ao clero.

O jornal “*A Cruz*”, de 1891, informativo do *Partido Católico do Piauí*, na coluna “NOTICIARIO”, estampava o caráter leigo e civil que distinguem as irmandades no Piauí,

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA

No dia 28 do mês próximo passado, procedeu-se a eleição para provedor e membros da mesa que, de acordo com seu regulamento, têm de reger durante este ano, esta pia

⁶⁶ Ibid., p. 31.

⁶⁷ CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. **Obra completa**. 2ª ed. Teresina: FMC, 2013, p.5

⁶⁸ AZZI, Rioldando. **A instituição eclesiástica durante a primeira época colonial: História da Igreja no Brasil**. 3ª edição. Edições Paulinas/Vozes, 1983. Petrópolis, Brasil.

instituição, que tanto precisa da dedicação e desvelo dos seus novos zeladores, recaindo a votação nos cidadãos abaixo nomeados: PROVIDOR, Raimundo Antônio Lopes. VICE PROVIDOR, Alfredo G. de Albuquerque Rosa. MODOMOS, Manoel Raimundo da Paz, João Augusto Rosa, Arthur Pedreira, José de Castro Lima, Dr. Gentil Pedreira, José Francisco de Paula, Jeremias José da Silva e Melo, Joaquim Dias de Santana, Raimundo Antônio de Farias, Raimundo Antônio Marques.⁶⁹

Todos eram homens da mais alta estirpe, zelosos e dedicados à causa, escolhidos pela sua reputação e, principalmente, pela íntima ligação à devoção do culto católico. O período de maior prosperidade das irmandades foi durante a colônia, permanecendo fortes no império e definhando durante a República devido ao divórcio entre a Igreja e o Estado. Neste período, devido à *romanização* do catolicismo no Brasil, foram disseminadas novas associações religiosas, instituições leigas ligadas diretamente ao clero. Como exemplo dos novos modelos associativos de leigos no catolicismo podemos citar: as conferências de São Vicente de Paulo (vicentinos), o Apostolado da Oração, também conhecido como Apostolado do Sagrado Coração de Jesus e a Pia Associação das Filhas de Maria.

As irmandades não foram proibidas mas, de certa forma, o bispado de orientação ultramontana foi prestigiando e dando mais visibilidade às novas formas de organização de leigos católicos, ao tempo em que as velhas irmandades foram lenta e progressivamente perdendo espaço e adeptos, até sucumbirem no esquecimento. Quanto às novas formas de organização de leigos passavam a ganhar visibilidade e atenção, como podemos perceber nos anúncios das páginas do Apóstolo, ao tratar da movimentação do Apostolado do Sagrado Coração de Jesus na cidade de Amarante:

SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS EM AMARANTE

Maio

Celebrou-se, com toda a pompa, o novenário da festividade do Sagrado Coração de Jesus na cidade de Amarante, havendo sempre benção com o S.S. Sacramento, quase todas às noites instrução religiosa, sobre os atos da Visita pastoral, a dignidade episcopal e os deveres dos fiéis. A missa solene, celebrada no dia 7, foi assistida por crescido número de crentes, que fez regurgitar o templo. Devido aos esforços da presidente do Apostolado, dona Silvina Cónrado, em união de vistas com o Revmo. Vigário, fizeram sua primeira comunhão as seguintes meninas: Maria Moura de Carvalho, Maria Cândida Ribeiro, Maria Gonçalves Silveira, Anna Maria do Carmo, Raimunda Maria Leal, Francisca Galdina da Silva, Justina da Silva Ramos e Maria Soares. Depois da primeira comunhão, terminada a missa às 11 horas, o S. Sacramento permaneceu exposto até as 7 da noite, depois da benção, notando-se em todos esses atos, máximo da exposição solene, o profundo respeito e os sentimentos de adoração do povo diante do Sacramento da Eucaristia. Graças a Deus, a fé do povo zomba dos remoques da ignorância presumida. A imagem do Sagrado Coração de Jesus conservar-se-á no altar mor até depois da visita do Exmo. Senhor Bispo. Esta é a vontade do Revmo. Vigário e do Apostolado.

⁶⁹ Noticiário. Santa Casa de Misericórdia. **A CRUZ**. Ano II, 1891, p. 4.

A patriótica comissão reivindicadora.⁷⁰

No catolicismo, de perfil ultramontano, as devoções as festas eram consideradas como momentos privilegiados para a vivência da fé. No entanto, essas atividades assumiam perfil diferenciado quando comparado com as festividades religiosas tradicionais promovidas pelas irmandades e confrarias. Enquanto as Irmandades primavam pelo brilho do culto externo, permitindo mesmo a presença de elementos profanos em alguns rituais, as novas associações ultramontanas, como o Sagrado Coração de Jesus e a Pia Associação das Filhas de Maria, terão como característica marcante, em suas ações, a espiritualidade, a vivência da fé, a mortificação, a devoção piedosa, o constante estado de oração. Os fiéis deverão ainda estar atentos às demandas das autoridades eclesísticas, pois as novas organizações de leigos, diferentemente das irmandades tradicionais, deveriam se submeter a orientação da hierarquia eclesística, empreender esforços para que a causa da Igreja católica, enquanto instituição, se propague de forma efetiva pela sociedade. Assim, podemos compreender o apelo do Bispo às zeladoras do Apostolado da Oração, no sentido de envidarem esforços para que o jornal *O Apóstolo* se torne maximamente presente na sociedade, para que, dessa forma, cumpra, de forma eficaz, seu papel de evangelizar:

CIRCULAR que S. Exma. Revmo. O Sr. Bispo Diocesano, dirigiu ao Apostolado da Oração desta Diocese as nossas virtuosas Filhas em Jesus, Zeladoras do Apostolado da Oração, Centro de bênção e paz em nosso Divino Redentor. O nosso coração de Pastor sente o ardente desejo de propagar a fé e a doutrina que nosso Divino Jesus nos legou pelo Evangelho, em cuja prática se salvam as almas, se consolidam, os espíritos se animam, os fiéis a imitar as suas virtudes. [...]. Um pequeno esforço ou mesmo um pequeno sacrificio dos católicos que compreendem a grandeza e a nobreza do valor de uma folha cristã, mantida e dirigida por sacerdotes que visam o bem da sociedade e da humanidade em geral, basta para levarmos a efeito o que desejamos com a criação e aprovação do *O Apóstolo* em nossa amada Diocese. Confiado em vosso espírito de virtuosas e dedicadas Zeladoras do S. Coração de Jesus, por cujo reino vos debateis, é que vos viemos pedir e recomendar, em nome de Deus: 1º A propagação de assinaturas e leitura, entre os fiéis, do jornal «Apóstolo», que se publica nesta cidade episcopal de Teresina; 2º Angariar meios para a manutenção de dito jornal; 3º Orar pela sua permanência; 4º combinar com Revmo. Pároco o modo de realizar tão meritória empresa que colocamos sob o vosso zelo e interesse das filhas em N. Senhor. Demo-nos, pois, as mãos; sustentemo-nos; ajudemo-nos mutuamente, e seremos invencíveis. » Os fiéis, unidos, sob a voz do seu Pastor, constituem a milícia do Senhor, em defesa da fé, dos costumes e de Jesus e sua Esposa, a Igreja. Eis, pois, caríssimas filhas em Jesus, o apelo que, confiante, faz o vosso humilde Bispo aos vossos santos e puros sentimentos de propagadoras do reinado de nosso Divino Mestre entre nós, mediante a boa leitura que a todos se oferece nas páginas do "O Apóstolo" que ora circula por esta Diocese. Assinai-o auxilia-o, auxiliá-lo é mantê-lo e mantê-lo é nutrir o meio pelo qual todos poderão ter a instrução cristã e cívica, presa a seus olhos e coração. Obra

⁷⁰ Sagrado Coração de Jesus. Maio. **O APÓSTOLO**. Ano I, nº 6, Teresina, 23 de junho de 1907, p. 1

de alto alcance, o vosso trabalho, na propaganda da leitura sã, por meio do jornal «Apóstolos vos dará o direito de mais um prêmio no céu, pelos extraordinários benefícios para que ides concorrer. Antecipando os nossos agradecimentos pelo grande e dedicado interesse que haveis de tomar em tudo o que aqui vos pedimos o recomendamos, de coração vos enviamos a nossa bênção afetuosa e paternal de Servo em Jesus Cristo. JOAQUIM, BISPO DIOCESANO. Teresina, 19 de maio de 1907.⁷¹

No fragmento do jornal podemos perceber como a Igreja Piauiense usou de estratégias “modernas” “e inovadoras como a imprensa,” para promover a fé católica. Outra distinção claramente perceptível, nesse novo momento da Igreja, é a intensa presença das mulheres, nos rituais católicos, e, mesmo, nas novas associações religiosas. Se levarmos em consideração o fato que duas das instituições escolares que D. Joaquim funda no Piauí são especificamente voltadas ao público feminino, podemos afirmar que, nesse momento, as mulheres são alçadas à condição de parceiras privilegiadas da Igreja e dos padres na construção das novas formas de vivência da fé católica.

2.3.2 Religião, ciência e a regeneração do clero

A religião exige “sacrifícios” de seus adeptos, e a estes são impostas determinadas atitudes inerentes à sua condição de fé que, de forma alguma, podem ser abaladas pela razão ou mesmo pela inquietude dos “novos tempos”. Embora a ciência não seja partidária da religião, “não pretendemos patentear a harmonia da fé com a ciência, o nosso ideal foi dizer que, com aquela podemos gozar a paz, a ordem, a felicidade, seja na prática da virtude, seja na resolução de qualquer verdade religiosa ou científica”⁷².

Segundo Pedro Pio Fontineles Filho (2010), a sociedade piauiense, naquele momento, convivia com as angústias das tradições frente às transformações técnicas e tecnológicas dos espaços urbanos e, principalmente, das ideias e dos comportamentos, sobretudo no que tange às práticas religiosas. Essa realidade transmitia medos, angústias e por vezes, decepções. O tempo asseverava-se às transformações e as inquietações vindas com o pensar iluminista francês. A sociedade não era mais a mesma, as pessoas estavam incomodadas, por vezes, pela própria situação de desorganização da Igreja local; o clero estava manifestadamente “infectado” pela desordem social e política. Havia necessidade de ações transformadoras.

A atitude dos bispos romanizadores mostra que seu discurso se assenta sobre a noção de “purificação” do catolicismo. Para eles, trata-se, antes de tudo, de purificar o catolicismo

⁷¹ Circular. **O APÓSTOLO**.Id. Ibid. p. 1

⁷² A verdadeira paz. **O APÓSTOLO**, 1907. Ano I, nº 7, p.1

através de diversas ações, entre elas, a formação e organização do clero. A lógica que norteia as ações está, agora, centrada sobre a própria sobrevivência do catolicismo em um novo contexto social e político. Já que o Estado não sustentará mais o aparelho eclesiástico, este deverá reorganizar-se para buscar as novas bases sociais de sustentação. E estas bases somente virão na medida em que reflorescerem a fé”, a piedade e os bons costumes entre os fiéis, tarefa diretamente dada ao clero, pois só assim a Igreja piauiense desempenhará o papel de mantenedor da vida de fé, do culto e da moral da população. “O novo regime, a nova ordem, a nova estrutura governativa e política instauraram-se sob a inspiração de um confuso amálgama de doutrinas e teorias de que partilhavam não poucos clérigos”⁷³ (AZEVEDO, 1978: 122-123). Era inevitável o surgimento de desentendimentos e disputas que atingiriam um “clímax” de insatisfação, seja com o governo civil, seja com a organização eclesiástica, alguns manifestadamente adeptos das ideias liberais iluministas, o que desagradava a alta hierarquia da Igreja e dos bispos ultramontanos.

A função dos padres já vinha sendo bem definida pela Igreja diocesana. O jornal *O Apóstolo*, em três edições, já vinha alertando para o perigo que a ciência, nos moldes maçônicos, representava para a boa conduta dos padres e, ao mesmo tempo, por orientação do bispo Joaquim, trazia orientações de como estes deveriam se portar no meio do povo e sobre sua importância para o direcionamento dos fiéis no caminho da fé, “O padre é um homem de Deus, é o redentor das almas, é o ministro de Cristo é o paralelo aos outros homens, é para os indivíduos o agente necessário da santificação, da família e da sociedade”⁷⁴.

A intensificação das ações objetivas, na formação e organização do clero, trouxe alguns problemas bem pontuais, mas que podem ter potencializado as divergências entre igreja e maçonaria. A instituição de um controle mais rígido em relação à postura dos padres acendeu um sinal de alerta entre algumas paróquias, sobretudo em relação às organizações religiosas que vinham a algum tempo gozando de plena liberdade e que, agora, viam-se submissas ao aparato hierárquico da Igreja. Sabemos que as irmandades usufruíam de grande prestígio popular, sobretudo porque estas representavam a religiosidade mais próxima do povo, realizada nos terreiros, numa sala de uma casa, nos quintais e no meio da rua. Embora a relação entre o bispo diocesano e as lideranças das irmandades fosse, a princípio, de aceitação das novas diretrizes, não podemos deixar de mencionar que esta relação foi sendo minada aos poucos.

⁷³ AZEVEDO, Thales de. **Igreja e Estado em tensão e crise: a conquista espiritual e o padroado na Bahia**. São Paulo: Ática, 1978. AZEVEDO, 1978: 122-123

⁷⁴ A missão do padre na sociedade. **O Apóstolo**. Ano I, nº 15, Teresina, 25 de agosto de 1907, p.1

A relação conflitante, entre o clero e o Estado, tornou quase inevitável, por parte da Igreja, o estabelecimento de diversas iniciativas ultramontanas que viesse a facilitar o processo romanizador. O papel da Santa Sé – o Papa e Cúria Romana – nesse processo de transformação é importantíssimo; no fundo, os bispos não fazem mais do que incorporar ao catolicismo brasileiro os modelos de organização eclesiástica, de diversas ações que a própria Santa Sé lhes fornece. Tal desenvolvimento do aparelho eclesiástico, que ninguém poderia imaginar no momento da separação entre Igreja e Estado, deve-se, sem dúvida, ao apoio da Santa Sé. Se o aparelho eclesiástico se desenvolveu criando bases próprias, é porque ele desempenhava uma função social na formação do povo piauiense.

Os padres constituíam-se num dos pilares deste empreendimento e, como tal, deveriam ser membros atuantes nas suas paróquias, consideradas como centros de irradiação do catolicismo popular, considerado pela própria Igreja como manifestações do fanatismo e das superstições. Esse rígido controle sobre a religiosidade criou conflitos que alcançariam maior proporção na primeira metade do século XX. O que podemos perceber, em relação às ações de Dom Joaquim diante das manifestações populares, é que foi feita uma espécie de coalizão entre a Igreja e estes grupos, cada um defendendo seus próprios interesses, mas tendo consciência de que um precisa do outro. Percebemos, aqui, como a racionalidade não intencional dos indivíduos pode aliar-se à racionalidade intencional das instituições. Seria fora de propósito supor que os bispos reformadores, ao instituírem o processo de romanização, tivessem a intenção de reestruturar de forma totalitária o aparelho religioso para colocá-lo a serviço da hegemonia do Estado, pois sua intenção era a purificação do catolicismo brasileiro, conformando-o ao modelo romano.

A missão dos sacerdotes, nesta engrenagem, está bem definida: administrar os sacramentos, propagar os valores morais da família e dos bons costumes, disseminar o catolicismo sob as bênçãos da Igreja, e abdicar de todas as mazelas da ciência e da maçonaria. Fazendo assim, o clero tornar-se-ia digno de sua posição na sociedade perfeitíssima que é a Igreja. Cabe ao clero, portanto, ensinar aos leigos os seus deveres, exortando-os e corrigindo-os, a fim de extirpar seus vícios.

Desde os primeiros momentos do Brasil independente as reações do bispado ultramontano foram contra os padrões de uma Igreja regalista, submissa ao poder secular, com clérigos de tendência a favorecer o liberalismo adjacente que “minava” os preceitos de uma instituição guiada pelas orientações da Santa Sé. A postura ultramontana esboçava preocupação com a formação do clero e com a evangelização dos fiéis, tendo como fundamento os valores e as diretrizes tridentinas (1545-1563):

O jornal O Apóstolo esteve como uma “frente” na divulgação dos valores do sacerdócio. Na edição de nº 25 do dia 25 de agosto de 1907, já havia o prenúncio de estratégias⁷⁵ intencionais com propósitos bem definidos em relação “*a missão do padre na sociedade*” que nas linhas do editorial iriam percorrer o jornal seguidamente, Começamos hoje a dar publicidade a um longo e bem pensado artigo, sabido da pena que um nosso ilustro amigo que, pela primeira vez, vem honrar as nossas colunas. A missão do padre na sociedade é título do importante trabalho, escrito por uma das principais mentalidades do Piauí, que modestamente se oculta sob o pseudônimo de Urbano⁷⁶

Os homens são insensatos e algumas vezes hipócritas; sacerdotes são homens, por vezes maculados pelos desejos, pelo poder e, sinonimamente, pela política; deixam-se seduzir na miséria de suas vidas, pois procuram abrigo no manto do “novo” regime liberal republicano. Os interesses individuais dos padres se sobrepõem aos da Igreja, e Roma necessita de clérigos que estejam permanentemente agregados aos mandos de suas autoridades eclesiásticas. Estes comportamentos, desalinhados com os novos rumos da Igreja, são aproveitados por todos aqueles que enxergam, na Igreja, uma “peça” tradicional, com valores e interesses voltados para o *ancien régime*, que precisa ser afastada dos novos anseios da sociedade “iluminista”.

O solo onde pisava o povo do Piauí era estritamente religioso e propício para a instauração de ações inovadoras, organizadas sob o prisma romano. O momento era esse; era urgente que se implantasse na diocese do Piauí novos rumos que aproximassem a Igreja Católica de seu povo. O próprio Higino Cunha, nas linhas de “História das Religiões no Piauí” (1924), no seu discurso de acolhimento, por ocasião da chegada do primeiro Bispo Diocesano, Dom Joaquim Antonio de Almeida, em 12 de março de 1906, reafirma que o fim do padroado trouxe no seu bojo muitos ganhos para a Igreja:

A separação da Igreja e do Estado, com seus consectários legais, garantindo a liberdade de todas as confissões religiosas, contanto que respeitem as leis e os bons costumes foi a princípio, mal recebida pela maioria dos fiéis e dos altos representantes do clero católico. Poucos anos depois verificou-se que a Igreja, em vez de perder, ganhou extraordinariamente com aquela medida liberal. Houve um movimento geral por toda a parte, um entusiasmo crescente, uma atividade maior, um zelo mais ardente, manifestações na influência aos atos do culto, na conservação da legação junto à Santa Sé, no argumento do número dos bispados, nas honras prestadas aos dignitários da Igreja e ultimamente na nomeação de um cardeal brasileiro. E esse movimento nacional tinha fatalmente de se estender até o Piauí.⁷⁷

As palavras, daquele que fez as vezes de anfitrião, são reafirmadas nas páginas do jornal *O Apóstolo*:

⁷⁵ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 13. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

⁷⁶ **O APÓSTOLO**, 1907. Ano 1. Nº15, p.1

⁷⁷ CUNHA, Higino. **História das Religiões no Piauí**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015, p.114. (Coleção Centenário,38)

O Congresso Constituinte separando a Igreja do Estado, proibindo entre os dois poderes relações de aliança ou dependência, deu ao catolicismo garantias para ele se expandir livre e completamente, tirando aos seus inimigos todo e qualquer pretexto para o perseguirem ou lhe coarctarem os movimentos. As leis, os decretos e os atos do governo, que tenderem a tolher a expansão da religião católica, serão manifestamente infringentes do espírito da Constituição. Não pode, portanto, ter guarida na Constituição política que nos rege o radicalismo ateu da França. A Constituição proíbe os laços de dependência ou aliança, mas não impede a harmonia entre a igreja e o Estado, que consiste de um lado, na força moral que a religião dá às instituições e às leis civis do país, e, de outro, no respeito e proteção que os governos devem a todas as associações no regime do direito comum, desde que seu fim é legítimo e conducente ao progresso e ao engrandecimento nacional.⁷⁸

A Igreja acreditava, e tinha plena convicção, de que anos de irrigação do catolicismo em solo piauiense não poderiam ser diretamente afetados com os novos marcos legais impostos pela República. As próprias instituições civis, como pertencentes à sociedade, dependiam tradicionalmente das manifestações de fé, das tradições religiosas, dos cultos e do casamento religioso. Em um discurso em 1904, no Colégio Anchieta, em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, o senador Ruy Barbosa, um dos colaboradores da nova constituição, deixava bem claro a íntima relação entre a religião católica e o povo brasileiro:

As constituições não se adotam para tiranizar, mas para escudar a consciência dos povos. A nossa Constituição, diz um escritor americano, que tratou *ex-professo* o assunto, não criou a nação nem a religião nacional. Achou-as preexistentes e estabeleceu-se com o intuito de as proteger sob uma forma republicana de governo. Ora, a condição de nós outros é idêntica, por este lado, a dos Estados Unidos. Antes da república, existia o Brasil, e o Brasil nasceu cristão, cresceu cristão, cristão continua a ser até hoje. Logo, se a República veio organizar o Brasil, e não o esmagar, a fórmula da liberdade constitucional, na República, necessariamente há de ser uma fórmula cristã. As instituições de 1891 não se destinaram a matar o espírito religioso, mas a depurá-lo, emancipando a religião do jugo oficial. Como aos americanos, pois, nos assiste a nós hoje de considerar o princípio cristão como elemento essencial e fundamental do direito brasileiro. Nesta verdade se encerram todas as garantias da liberdade e todas as necessidades da fé, adoptando este regime, escolhemos surgir douro, onde vos abrigássemos dos temporais, que na Europa, com o escândalo das almas e ruína dos estados, convulsionam o mundo político e o mundo espiritual.⁷⁹

Parecia que tudo estava ocorrendo como deveria, mas não era bem assim. Havia diversos problemas a serem enfrentados. Nos tempos da República iluminista, a Igreja estava perdendo espaço para ideias liberais que germinam no mesmo solo que o catolicismo. Essas ideias se alastram rapidamente; as críticas à forma como a Igreja conduzia os seus fiéis é latente; a

⁷⁸ Do manifesto. **O APÓSTOLO**, 1907, ano I, nº 24, p. 3.

⁷⁹ QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo**. 3. Ed. Teresina: EDUFPI, 2011, p. 260-261.

maçonaria espreita em todas as partes; os anticlericais agora ressurgem com mais força retórica contra o catolicismo romano. Teresinha Queiroz assim se refere a estes tempos:

Entretanto, não só o catolicismo romanizado era posto em questão. Muitos dos aspectos mais evidentes do catolicismo popular, como a crença nos milagres, o culto às imagens, as promessas aos santos, as romarias e moral cristã baseada em castigos e em recompensas, eram diuturnamente combatidos. [...] Assim, de um lado estava grupo de intelectuais determinados a modificar o meio social pela libertação dos preconceitos religiosos e, de outro, a Igreja, que se via como salvadora da humanidade e que, consciente da necessidade de sua firme atuação, exacerbava-se na luta, ansiosa por conquistar prosélitos.⁸⁰

Estas polêmicas irão muito além das linhas publicadas em jornais; elas permearão todo o tempo em que Dom Joaquim estará à frente da Diocese do Piauí, e se intensificarão a partir do momento em que a língua afiada dos redatores anticlericais se intensificarem nos jornais liberais republicanos, e forem rebatidas de forma enérgica por aqueles que tem, no hebdomadário *O Apóstolo*, o seu principal meio de combate aos “críticos de meia tigela”

As desavenças, entre a Igreja e os anticlericais, foram campos de batalha nos folhetins que circulavam entre a população, em lados opostos: de um lado, os *vilipêndios*, termo constantemente usado pelos defensores da Igreja e do Bispo diocesano, nos artigos do jornal *O Apóstolo*, para se reportar aos anticlericais e todos aqueles que, de alguma forma, contrariavam as manifestações públicas do catolicismo, com desaforos e ofensas aos membros da Igreja; e, do outro lado, os fiéis “combatentes”, defensores da religião romana e dos sentimentos do catolicismo.

⁸⁰ Ainda o apalhaftado Esmaragdo de Freitas. **O APÓSTOLO**, op. cit., p. 3.

3. AS PRÁTICAS CATÓLICAS ULTRAMONTANAS DO BISPO D. JOAQUIM ANTONIO DE ALMEIDA NO PIAUÍ

No capítulo trataremos de algumas ações de D. Joaquim, Bispo do Piauí, com o intuito de organizar a Igreja católica piauiense dentro de parâmetros de práticas católicas ultramontanas. As referidas ações seguiam, como já afirmamos anteriormente, um modelo de ação que, criado no século XIX brasileiro, pelos primeiros bispos ultramontanos, continuou no início do século XX, quando foram criados novos bispados pelo vasto território brasileiro, um planejamento a ser seguido. Teresinha Queiroz (2011), ao tempo em que chama a atenção para as dificuldades de se mensurar os ganhos católicos com a penetração do ultramontanismo no Piauí, nos dá pistas das ações romanizadoras efetivadas no Piauí.

É difícil avaliar o grau de penetração do catolicismo ultramontano no Piauí no início do século XX, e até que ponto essa orientação prevalecia entre os fiéis. O que é certo é que fez parte do esforço de sua implantação a construção de novas igrejas, tanto na capital como no interior, a criação de associações como as do Sagrado Coração de Maria e de Jesus, e a Associação de São Vicente de Paulo, a instalação mesmo do Bispado autônomo e a criação dos colégios católicos⁸¹

O bispo tornava-se o principal sujeito no processo de romanização, ao mesmo tempo o principal responsável pela ortodoxia, e as questões relacionadas à Igreja local, procurando desenvolver ações que fizessem com que a população fosse tomada pelo “espírito católico”, substituindo velhas práticas tradicionais pelo catolicismo romanizado, tendo, na hierarquia da Igreja, seus principais representantes, participando de todos os sacramentos e dogmas.

3.1 A educação como instrumento de romanização

No dia 26 de maio de 1907, na edição de número dois, *O Apóstolo* trazia, nas suas páginas, um artigo que ocupava quase duas colunas do jornal, com o título “*O Ensino sem Deus*”. O artigo afirmava, de forma retórica e enfática, críticas ríspidas contra o sistema de ensino das academias propagado pelos “novos” tempos republicanos. O texto tratava de um julgamento público da Igreja contra as

⁸¹ QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo**. 3. Ed. Teresina: EDUFPI, 2011, p. 261.

“Doutrinas nefastas, os costumes desbravados e impudicos, as leis sem equidade e a moral sem Deus; negando, em plena luz do meridiano, o fim para que foram criados, o livre arbítrio, querendo viver ao seu bel-prazer, indomáveis e desenfreados, sem Deus, sem religião, sem crença e sem lei. [...]. Procuram embutir nos corações dos jovens esta educação desnorteada, raquítica e mórbida; esta semente pútrida que corre os bons costumes e a sã moral. Opõem-se aos sacrossantos ensinamentos dos mosteiros, seminários e colégios católicos, asseverando que nos institutos religiosos nada se aprende, porque frade nada sabe e, portanto, nada ensina; *vae Illis!* Loucos e insensatos, que, quando pensam que estão falando a verdade, estão sofismando, quando pensam que são sapientíssimos, não passam de sabichões.”⁸²

A cartilha de ensino romano não poderia aceitar, copiosamente, sem reagir, que estas doutrinas subservientes ao escrachamento da fé, da moral e dos bons costumes familiares, se propagassem ou fossem divulgadas amplamente no meio da sociedade piauiense. Os timoneiros dos tempos modernos, que ora se agitam contra estes preceitos, são os “*livres pensadores*”. A Igreja, no Piauí, agora tem um rumo: deve combater estas enfermidades que assolam a sociedade, sobretudo a juventude. O ensino sem Deus não deve prevalecer sobre todos os desígnios firmados, durante séculos, pela instituição milenar.

Assim, firmaram-se no solo piauiense, os novos itinerários da educação, sobrepujados pelas escolas católicas de cunho confessional criadas por Dom Joaquim Antonio de Almeida: uma de suas primeiras ações, ao pisar em terra mafrense, foi fazer existir uma escola católica cujo objetivo era atender às jovens moças,

O primeiro empreendimento de maior vulto que objetivava melhorar o nível educacional das mulheres teresinenses partiu da Igreja Católica. Em 1906, o Bispo de Teresina, com o auxílio de Freiras catarinas vindas da Europa, funda uma escola para moças. A escola fazia parte do projeto de estruturação da Igreja Católica no Piauí e tinha como um dos objetivos contrapor o ensino católico ao ensino leigo. O colégio, que a princípio, funcionava em uma casa alugada na Rua Teodoro Pacheco, tem a construção da sua sede própria iniciada ainda no ano de 1906.⁸³

O jornal *O Apóstolo*, num artigo intitulado “A instalação do Colégio para meninas”, publicado na edição de nº 17, do dia 08 de setembro de 1907, noticia tal feito do bispo Joaquim, tecendo elogios ao prelado e descrevendo como foi a inauguração de tão valorosa obra, tendo a presença da ampla sociedade teresinense, ou mesmo de curiosos, que, afoitos, esgueiravam-se tentando encontrar o melhor ângulo e assim poder participar do ato:

A INSTALAÇÃO DO COLÉGIO PARA MENINAS(Conclusão)

Quis o zeloso Pastor da Igreja piauiense que a festa da instalação do Colégio das virtuosas irmãs de S. Catharina se realizasse no dia em que a Igreja católica festeja o Corpo de Deus. Ficou por isso designado o dia 30 às 8 horas da manhã. O que foi essa festa inaugural sabem todos quantos lá estiveram. Os

⁸² Doutrinas nefastas. **O APÓSTOLO**. Ano I, nº 2, Teresina, 26 de maio de 1907, p. 4

⁸³ CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Mulheres Plurais: a condição feminina na primeira república**. 3ª Ed. Teresina: Edufpi, 2013, p. 80.

vastos e numerosos compartimentos do prédio que se destina ao colégio regurgitavam por tal forma de povo, que era impossível o trânsito. Inúmeras pessoas vimos nós que não puderam penetrar o limiar do edifício. S. excl., o sr. D. Joaquim deu entrada às 9 1/2 horas. Após as cerimônias do estilo, fez-se ouvir numa dissertação longa e bem-acabada o inteligente e coadjutor desta paróquia, revdm. Padre Affonso Lopes. A oração do sr. padre Affonso esteve impecável, agradando imenso a quantos o ouviam. Falou em seguida o dr. Merval Veras, um dos oradores inscritos, produzindo um longo e substancioso discurso. Oraram também as interessantes meninas Flora Santos e Zilda Correia, aquela filha do nosso ilustre amigo “coronel Fernando. Santos e esta do nosso não menos distinto amigo coronel Luiz A. de Moraes. [...] Por último, falou o operoso e distinto sr. cônego Lopes, pedindo o concurso de todos para uma quermesse que terá lugar brevemente. Festas como esta, verdadeiramente encantadoras, deixam por muito tempo uma recordação agradabilíssima.⁸⁴

A educação no Piauí, a partir da chegada do primeiro bispo, constituiu uma das principais ações do seu governo. A formação religiosa estritamente católica dos jovens deveria garantir bons frutos para a sua seara. O ensino confessional deveria se contrapor diretamente ao ensino laico, este que através de seus

[...] Educadores, que, com ensinamentos capciosos, vão enxertando, nos corações infantis, em cujos lábios bruxuleiam vestígios de verdades cristãs, em cujos peitos crepitantes ardem brasas do amor do bem, a negação dos dogmas e das sãs doutrinas. Enganam as crianças com coisas comezinhas; ora lhes apresentando telas caliginosas, ora alucinações voltairianas. Assim encaminham, para as aluviões, a incauta infância; visam tão somente um fim, para que, ela soterrada um dia com eles vocifere, diga como Gambeta: — O clericalismo é o nosso inimigo — O Clericalismo é a Igreja; como Proudhon. Deus é o mal! ou como Carducci, o senador: Cantemos blasfêmias a Deus, a Religião, hinos e hosanas a Satã. Tal é a corrente vertiginosa das escolas mefíticas dos nossos dias, cheirando tudo a «Positivismo, Socialismo, Racionalismo, queremos dizer ateísmo».⁸⁵

As ações idealizadas e postas em prática pela Igreja, através de seu representante, Dom Joaquim, estavam centradas sob os auspícios da instalação da primeira Diocese do Piauí, e nas credenciais dadas a esta por todo o povo fiel católico, que enxergava, nas obras de seu antístite, formas modernas, que chegavam à capital, Teresina, em hora de extrema necessidade. Para Castelo Branco, “O Colégio Sagrado Coração de Jesus tinha o objetivo não só de instruir as mulheres teresinenses, mas também de moldar os seus comportamentos, de criar uma mulher religiosa, apegada aos valores cristãos”⁸⁶. Estes propósitos estavam sintonizados com as

⁸⁴ A instalação do colégio para meninas (conclusão). **O APÓSTOLO**. Ano I, nº 17, Teresina, 8 de setembro de 1907, p. 3

⁸⁵ Pela escola. *Ibid.* Ano I, nº 9, Teresina, 14 de julho de 1907, p. 4

⁸⁶ CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Mulheres Plurais: a condição feminina na primeira república**. 3ª Ed. Teresina: Edufpi, 2013, p. 82

diretrizes da Igreja Romana, e constituíam os fins mais específicos que garantiram, ao menos por algum tempo, a dedicação e fidelidade de grande parte das famílias da cidade.

O discurso pregado pela Igreja, tendo como prerrogativa o ensino católico religioso, sustentava-se na argumentação de que a educação na infância e na mocidade terão repercussão na formação e organização adequada do Estado, contribuindo para sua prosperidade. As doutrinas subversivas, propagadas por todos aqueles que desejam corromper os valores morais da boa educação cristã, não podem desenvolver-se no meio das famílias piauienses. Os fins estavam bem definidos e bem esclarecidos no hebdomadário, “Da educação da infância e da mocidade dependem intimamente a prosperidade do Estado, a paz das famílias e a felicidade geral”.⁸⁷ e ainda:

COMO DEVE SER A EDUCAÇÃO

[...]. Abra a sociedade os olhos, julgue desapassionadamente e verá que lhe é preciso, antes de tudo, trabalhar pela regeneração das massas, educando as gerações nascentes. Somente assim a sociedade cortará o mal pela raiz e poderá criar progressivamente nos povos costumes novos, capazes de salvá-los do abismo, a cuja beira descansam noitemente; mas, para que a educação seja o que deve ser, para que consiga o seu fim principal, é necessário primeiramente que seja religiosa e, em segundo lugar, dedicada, para deixar de ser o que tem sido de certos tempos a esta parte, isto é, uma educação mole, som Deus, de pura fantasia, do modo que se possa tomar oportunamente na educação generosamente repressiva.⁸⁸

A educação religiosa, firmada nos moldes romanos, era essencialmente disciplinadora, rígida e centrada na formação moral das crianças, na sua total obediência à Igreja aos seus signatários. Neste local específico, de onde partem as atuações do prelado, podemos encontrar o momento oportuno para tais iniciativas, que foram pensadas para alcançarem resultados esperados. Campos (2010), ao referir-se às táticas e estratégias⁸⁹ desenvolvidas por Dom Viçoso na construção de um ideário ultramontano na Diocese de Mariana, ressalta que,

De seu lado, as *táticas* caracterizam-se por dependerem de certos momentos oportunos, diríamos ocasiões específicas, para poderem fazer-se atuantes. Se Certeau define tática como “uma habilidade do fraco para tirar partido do forte”,⁷³ podemos entender que ela se vale do oficial e de uma vasta combinação de elementos de caráter muitas vezes heterogêneos, para se materializar enquanto ação ou se mostrar como uma construção mental. Apresentando traços de – em geral – distanciamento a uma política ou proposta oficial e/ou oficiosa (entendida como uma estratégia), as táticas podem ser extremamente úteis para observarmos as propostas das ações viçosianas num momento que a Igreja enfrenta dificuldades relacionadas à liberdade para suas ações internas, devido em grande medida às práticas regalistas do império de Pedro II e, ainda, com relação à sociedade crescentemente influenciada por idéias laicas e ao corpo de fiéis e também ao

⁸⁷ Como deve ser a educação. **O APÓSTOLO**, 1907, nº 30, Teresina, 9 de dezembro de 1907, p.1

⁸⁸ *Ibid.*, p. 1.

⁸⁹ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano, 1: Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 44.

conjunto de parte do clero, ao mesmo tempo motores e alvos das palavras e dos olhares ultramontanos.⁹⁰

É necessário considerar que os novos tempos, impostos à Igreja Romana com o advento da República e o fim do Padroado, permitiram a esta instituição a instauração de intervenções que se opusessem àquelas dispostas pelo ensino leigo das escolas seculares. Constituíam-se uma forma de se impor às deliberações trazidas pelos valores republicanos que assolavam e espreitavam toda a sociedade piauiense. Os tempos eram outros, mas a Igreja encontrou um terreno fértil para a fundação de um novo ideário cristão católico.

Numa perspectiva católica, as ações do bispo Joaquim concentraram-se em objetivos específicos; o cuidado com a educação e formação dos jovens eram alguns destes. Desta forma, os dois empreendimentos conceituados idealizados pelo prelado foram: o Colégio Sagrado Coração de Jesus e Colégio Diocesano, ambos fundados pelo bispo diocesano. A instalação dos dois colégios justificava-se pelo fato de poderem proporcionar aos jovens uma educação cristã, consolidada nos valores da Igreja católica. Foi dado a direção e coordenação do ensino do Colégio Sagrado Coração de Jesus às Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena, a princípio funcionando em casa particular cedida pelo Dr. João Elias Martins situada na Rua Bela 7 (hoje, Rua Teodoro Pacheco), depois, precariamente, existiu na Chácara Tabajara, cedida pelo Cônego Joaquim Lopes e, finalmente, o colégio teve suas instalações definitivas na Avenida Frei Serafim, sendo suas primeiras fundações uma iniciativa do governador do bispado, cônego Raymundo Gil da Silva Brito, que, embora não estivesse totalmente acabado, possuía grande espaço, proporcionando condições de acolher um maior número de alunas. Assim se referiu um articulista editorial de *O Apóstolo*:

É-nos grato registrar esta notícia, porque os colégios católicos, quer de um, quer de outro sexo, têm dado, em todos os tempos, os melhores resultados; pois ali só recebe a ciência aluada à virtude, e se despertam no coração dos educandos, os nobres sentimentos do amor a Deus, ao próximo, à religião e à pátria. Congratulamo-nos com S. V. Ex.ª. Revma. O Sr. Bispo Diocesano por mais este melhoramento em sua vasta diocese.⁹¹

Já na cidade de Parnaíba, onde adquiriu um terreno para dá início às primeiras fundações do Colégio Diocesano daquela cidade, Dom Joaquim pode contar com doações de senhoras católicas da alta sociedade parnaibana, e, também, com a caridosa disposição e oferta das Senhoras D. D. Geracina Tavares da Silva e Angélica Tavares de Moraes Barreto, damas católicas da comunidade de Parnaíba, que prontamente doaram um outro prédio onde o prelado

⁹⁰ CAMPOS, Germano Moreira. **Ultramontanismo na diocese de Mariana: o governo de Dom Antonio Ferreira Viçoso – 1844 /1875**. 2001. Dissertação (Programa de Pós-graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal de Ouro Preto, MG. P,163.

⁹¹ Colégio Sagrado Coração de Jesus. **O APÓSTOLO**. Ano I, nº 1, Teresina, 19 de maio de 1907, p. 2

pode instalar o Colégio Nossa Senhora das Graças sob a direção das Irmãs Catarinas, sendo sua inauguração realizada no dia 31 de maio de 1907, e amplamente divulgada pelo jornal *O Apóstolo*:

TELEGRAMAS SERVIÇO ESPECIAL D'O APÓSTOLO (Parnaíba, 31)
Foi inaugurado o Colégio das Irmãs Catarinas, sob a invocação de N. S. das Graças, com a presença do Exmo. Sr. Bispo e a escola da Sociedade Parnaibana, havendo brilhantes discursos. Embarcando. S. V.ex.^a. Padre Lopes.⁹²

Em Teresina, Padre Boson recebeu a incumbência de administrar o Colégio Diocesano, que, sob a confiança de Dom Joaquim, teve plena liberdade de implantar um programa de instrução fundamentado nos princípios da fé católica, da disciplina religiosa e dos preceitos à pátria e aos bons costumes. Embora o número de alunos fosse exíguo, o sacerdote não desanimou e levou adiante seu projeto educacional. Todas as normas seguiam rigorosamente os preceitos do Código de Ensino e regulamento do Ginásio Nacional, divididos em curso de maturidade e cursos especiais.⁹³

O programa de instrução, além das disciplinas matriciais, contava também com o estudo da língua vernácula logo nos primeiros anos, fundamentada na disciplina de gramática descritiva e prática, redação com interação dos clássicos prosadores e poetas; o conhecimento de línguas vivas como, o francês e o alemão eram estritamente necessários, cuja metodologia estava centrada na aprendizagem prática, cuja responsabilidade foi entregue ao Prof. Henrique Vicente Sambrok, que também lecionava no Colégio Sagrado Coração de Jesus e no seminário, os conhecimentos de história natural, física, química e grego.

O plano educacional estava estabelecido; as pessoas responsáveis assumiam seus lugares; os locais estavam definidos, “a necessidade de dar educação ao povo brasileiro – reconhecida por todos os grupos sociopolíticos da época - reafirmava o discurso moral e o papel de guia que a Igreja Católica se propunha assumir nessa área”⁹⁴. O entendimento que se faz é:

⁹² Parnaíba 31. Ibid. Ano I, nº 3, Teresina, 2 de junho de 1907, p. 2

⁹³ Antes mesmo da promulgação da Constituição de 1891, Benjamin Constant estabeleceu o Ginásio Nacional como modelo e padrão do ensino secundário a ser ministrado em todo o país e instituiu a obrigatoriedade dos exames de madureza, que ofereceriam aos alunos o certificado de conclusão do ensino secundário, permitindo-lhes candidatarem-se ao ensino superior. Segundo o decreto, quando os estados tivessem organizado estabelecimentos de ensino secundário segundo o plano do Ginásio Nacional, seus exames de madureza dariam o mesmo direito à matrícula nos cursos superiores. A reforma é lembrada também por ter estabelecido o processo educativo sob o modelo seriado e por ter ampliado o currículo das escolas brasileiras, incentivando o enciclopedismo. Inspirado pelo positivismo de Augusto Comte, Benjamin Constant se bateu pela substituição do ensino acadêmico por um conjunto mais amplo de ensinamentos, com a inclusão de disciplinas científicas, rompendo drasticamente com a tradição do currículo clássico jesuítico.

⁹⁴ RIBEIRO, Emanuela Sousa. *Revista de Teologia e Ciências da Religião da UNICAP. Identidade Nacional e a escola católica na República Velha, segundo os intelectuais católicos: nela se educa o caráter, se forma o coração, se prepara o cidadão, se fortalece o crente*. Revista de Teologia e Ciências da Religião da UNICAP, Pernambuco, nº, v.1, dezembro de 2012, p. 6.

que as estratégias se articulam por espaços de poder, apresentam-se demandados pelo poder; os lugares são constituídos como espaços físicos que passam a constituir uma necessidade de imposição de uma nova ordem necessária. Segundo Adriana Duarte Leon, “A partir dessa visão, pode-se entender que a Igreja cria uma série de estratégias com o objetivo de retomar espaço social, e, por meio de tais estratégias, manter um diálogo com os interesses do Estado e com a romanização da Igreja Católica no Brasil”.⁹⁵

Para um alcance maior das ações idealizadas por Dom Joaquim, não somente no campo educacional, mas na divulgação dos demais atos do prelado, entra em cena o hebdomadário *O Apóstolo* como principal meio de publicidade dos atos da Diocese.

Uma das estratégias⁹⁶ inicialmente utilizada pela Igreja católica piauiense, sob o comando de Dom Joaquim, para alcançar com maior rapidez seus objetivos de instalação e propagação dos valores defendidos por Roma no tocante à educação religiosa e aos valores familiares diretamente subordinada aos preceitos da Igreja e do catolicismo, concentrou-se na divulgação, apropriação e leitura do jornal *O Apóstolo* aos fiéis paroquianos, sendo estes “intimados” pelos seus representantes diretos, os párocos ou vigários das paróquias. Em uma carta circular, publicada no hebdomadário na edição de número cinco do dia 19 de junho de 1907, Dom Joaquim conclama seus representantes e cooperadores a difundir o jornal, colaborar nas colunas e a arrecadar valores para sua manutenção, não somente com os montantes arrecadados com assinaturas, mas também com incentivo a doações espontâneas dos fiéis,

CIRCULAR

Que S. Exa. Revma., o Sr. Bispo Diocesano, dirigiu aos Revdmos vigários da Diocese Paço Episcopal de Teresina, 19 de maio de 1907—Ilmo. Revmo. Sr. Vigário de...Bênção e paz em Nosso Senhor Jesus Cristo
Alegra-nos o motivo da presente circular que vamos fazer chegar às vossas mãos. Sois um dos nossos caros amigos e cooperadores no trabalho da vinha do Senhor. [...] Na certeza de tão boas eretas intenções, com que vos achais revestidos, do «múnus» paroquial, não duvidamos, de modo algum, do vosso concurso e esforços, com quo vireis ao nosso encontro, para que, de mãos dadas, ponhamos em pratica mais um meio do qual esperamos, no Senhor, grande bem espiritual para as almas dos fiéis. Em vossas mãos, confiante, depositamos, o acolhimento, que esperamos, do jornal católico, -O Apóstolo», órgão oficial de nossa cara Diocese, o qual “se publica nesta Capital. E' por meio dele que desejamos sejam difundidas as boas leituras, os são princípios de nossa santa Religião, que devem ser conhecidos e praticados por todos os homens. E ‘por meio dele que vós podereis saber o movimento interno e externo do mundo eclesiástico civil.”⁹⁷

⁹⁵ LEON, Adriana Duarte. **O jornal Estrela do Sul como uma estratégia de intervenção no debate educacional na primeira metade de 1930.** Linhas Críticas, Brasília, DF, v.23, n.50, p. 88-110, fev. 2017 a mai. 2017, p.91.

⁹⁶ CERTEAU, Michel de. **Invenção do Cotidiano, 1: Artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 1998, p. 46.

⁹⁷ Circular. **O APÓSTOLO.** Ano I, nº 5, Teresina, 19 de julho de 1907, p. 1

O Chamamento possuía um caráter retórico quase mandatório, e estava carregado de imposições aos padres sobre suas responsabilidades diante do compromisso de zelar pelo bom andamento das ações desenvolvidas pela Igreja realizadas através de seu patriarca. O texto ainda faz referência ao primeiro Congresso Católico Brasileiro, realizado em terras do bispado piauiense, que teve, como uma de suas deliberações, incentivar as colaborações fora das assinaturas do jornal. A palavra do prelado conclamava ao Apostolado da Oração da Diocese que tomasse para si tamanha responsabilidade.

[...]. Nesta mesma data, dirigimos uma circular ao Apostolado da Oração de nossa amada Diocese, a fim do tomar a peito a mesma obra que ora vos confiamos. Não podemos dispensar as vossas vistas, o vosso apoio a tão útil e necessário meio de propaganda do bem. A vós, portanto, confiamos os pedidos de assinaturas e auxílios, para o nosso jornal. «O Apóstolo», entre os fiéis da vossa paróquia. Nas páginas do «Primeiro Congresso Católico Brasileiro », entre muitas deliberações tomadas por tão experimentados quão sábios congressistas, acerca da fundação do jornalismo católico, deparamos o seguinte: Que se tenha muito em vista a ideia, de que, para sustentação de um jornal independente, como o deve ser o católico, não basta o produto de assinaturas, mas é preciso que ele tenha com que possa contar, fora das contribuições.⁹⁸

Faz-se necessário refletirmos sobre o contexto de leitores à época. Bem sabemos que, se o império foi analfabeto, a República também não foi diferente. O analfabetismo era uma síndrome que desafiava as administrações antes nas províncias, agora nos Estados Federados. No Piauí, o contexto social educativo não foi distinto do que já existia no antigo regime. “Dessa forma, o Piauí continuou, como fora no império, um dos Estados em que o número de analfabetos guardava maior proporção relativamente à população total”.⁹⁹ Então, como explicar a necessidade de expansão das ações da Igreja no Piauí usando-se como recurso prioritário um jornal católico? Qual o público leitor a quem o hebdomadário pretendia alcançar?

Devemos lembrar que o ensino no Piauí, sobretudo na capital, Teresina, estava diretamente subordinado, no início do século XX, ao ensino privado de caráter tipicamente leigo, vias de regra, em grandes proporções, devido à instalação da República e o advento dos ideais liberais vindos do iluminismo francês. Muitos doutores das letras ministravam lições particulares aos jovens das famílias mais abastadas em suas casas em troca de pagamento considerável, o que fazia com que apenas uma parcela da sociedade fosse atendida. Muitas escolas estavam sob a regência dos maçons, radicalmente contrários à educação religiosa de confissão católica, que era ministrada nos colégios sob o prisma da Igreja.

⁹⁸ Ibid.

⁹⁹ QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo**. 3. Ed. Teresina: EDUFPI, 2011, p. 74

Uma das explicações possíveis, para os questionamentos feitos logo acima, está relacionado ao fato de que o ensino religioso católico logo ganhou imensa adesão das famílias piauienses pelo seu estilo particular, pelos eventos singulares que passaram a ter, como formação das crianças e dos jovens para o recebimento dos sacramentos, as celebrações particulares realizadas nas capelas dos colégios e a fundação da Pia União das Filhas de Maria, instituição criada pelo próprio Dom Joaquim para acolhimento das meninas e moças que desejavam consagrar-se à Maria Santíssima.

A imposição da Igreja, advertindo as famílias para que não trouxessem para dentro de suas casas livros proibidos que corrompessem os valores da verdadeira fé, da boa moral, da doutrina sã e dos ensinamentos cristãos, também foi usada como forma de valorização das leituras consideradas pela Igreja “leituras honestas” e que favorecem o conhecimento da verdade, como bem-dito em *O Apóstolo*,

LIVROS PROIBIDOS

Como uma mãe carinhosa tem cuidado de prevenir seus filhos para que, ao brincarem nas campinas e colherem as frutas dos arbustos, não apanhem frutas venenosas que exporiam ao maior perigo sua tenra existência: assim a Igreja Católica tem cuidado de prevenir seus filhos que não alimentem seu espírito com frutos venenosos, com livros que longe de serem um alimento salutar, são em sua doutrina ou em suas narrações contrários a verdadeira fé ou a boa moral. Por este motivo proíbe diversas categorias de livros em geral e diversos livros em particular. [...] Estes princípios, porém, não são aceitos pela Igreja Católica nem são aprovados pela própria experiência, a qual nos demonstra que até homens de doutrinas sãs podem ser contaminados pelo contato continuo com o erro. [...] Os jornais e folhetos protestantes, não se podem ler sem que se cometa pecado mortal, porém não são proibidos sob pena da excomunhão. A mesma cousa vale a respeito de outras seitas separadas da Igreja Católica, como dos positivistas e spiritistas.¹⁰⁰

O jornal, portanto, fora divulgado prioritariamente às famílias, aos doutores e aos homens das letras e todos aqueles que confiavam sua fé à Igreja, assim Dom Joaquim chamava os párocos para a divulgação de tão grandiosa obra,

Eis *O Apóstolo*, jornal católico, órgão oficial de nossa cara Diocese, que vos viemos apresentar, invocando o vosso zelo pela propagação das verdades de nossa santa Religião, fazendo-o conhecido, assignado, lido e protegido por todas as famílias, por todos os católicos e por toda a sociedade de vossa terra.¹⁰¹

O chamamento do prelado foi correspondido, mas precisou ser corroborado por diversas outras ações prioritárias que procurasse atender aos grupos religiosos existentes na Igreja; estes se tornariam “soldados”, que iriam dar publicidade às práticas educativas ofertadas pela Igreja. Uma destes atos foi a criação e o fortalecimento das irmandades e associações religiosas que

¹⁰⁰ Livros proibidos. **O APÓSTOLO**. Ano I, nº 5, Teresina, 18 de junho de 1907, p. 4

¹⁰¹ Circular. Op. Cit. Ano I, nº 6, Teresina, 23 de junho de 1907, p. 1

tomaram seu lugar no governo de Dom Joaquim. Tais agremiações assumiram posturas bem específicas no tocante à defesa da Igreja no Piauí, tornando-se verdadeiros paladinos das ações do catolicismo piauiense.

3.2 A implantação do espírito católico ultramontano: as novas associações de leigos

É sabido que Dom Joaquim Antonio de Almeida, logo após assumir a Diocese do Piauí, empreendeu, na sua jurisdição eclesiástica, uma exaustiva agenda de visitas pastorais, com o objetivo de restabelecer um processo de reunificação da Igreja no Piauí. Essas idas constantes às cidades próximas da capital, Teresina, até às mais distantes, evidenciaram o caráter pastoral e missionário do Bispo. José Pereira de Sousa Júnior ressalta que as visitas dos prelados às paróquias ou prelazias constituíam “um dos principais caminhos para chegar mais perto do povo, sendo necessário ultrapassar os limites geográficos que separavam as dioceses da cidade e do povo”¹⁰²

A apartação, entre a Igreja e o Estado no Brasil, contribuiu decisivamente para a instalação de processos romanizadores que se sucediam em diversos locais e províncias através da organização do clero e de ações específicas junto ao povo católico. Para Hoornaert, a reforma implementada pelos bispos reformadores foi extremamente importante e primordial, e sobrou pouca coisa da antiga Igreja, “senão as mentalidades, as tradições e as ideias, ou seja, a estrutura administrativa, de modernização dos organismos e formação do clero, foi evidenciada, no entanto, o espírito antigo permaneceu.”¹⁰³

As ações estratégicas centravam-se em alguns aspectos próprios: a formação educacional do povo, sobretudo nos aspectos devocionais, procurando depurar os costumes e as práticas, substituindo as superstições e o fanatismo por fervores mais centrados e de caráter oficial, usando-se para isso, a estruturação educacional através da criação e reabertura de escolas confessionais católicas afim de atender prioritariamente as meninas e os meninos como vimos no item anterior. A Igreja, portanto, assumia a titularidade do ensino religioso sob os preceitos do catolicismo romano, tendo o Estado laico como seu coadjutor, que enxergava, na educação proposta pela Igreja, uma forma de disseminar os valores do regime republicano sob os pilares da pátria.

¹⁰² JÚNIOR, José Pereira de Sousa. **O processo de restauração católica no Brasil na primeira república**. Revista fatos & versões. V. 7, n 14,2015, p.82.

¹⁰³ HOORNAERT, E. Para Uma História da Igreja No Brasil. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. 33, n.129, p. 129-130

Havia divergências, pois os valores impostos pelo laicismo não foram bem aceitos por grande parte da hierarquia eclesiástica, que sentia que o regime republicano trouxe consigo crenças que contrariavam diretamente os valores cristãos de uma Igreja que sempre esteve ao lado do Estado. Em 19 de março de 1890, Dom Macedo Costa, arcebispo primaz do Brasil, escreve de próprio punho:

Acabamos de assistir a um espetáculo que assombrou o universo; a um desses acontecimentos pelos quais dá o Altíssimo, quando lhe apraz, lições tremendas aos povos e aos reis; um trono afundado, de repente no abismo que princípios dissolventes, medrados à sua sombra, em poucos anos lhe cavaram! Desapareceu o trono... E o altar? O altar está em pé.¹⁰⁴

Neste momento conturbado e dissociado dos padrões da Igreja, foi necessária uma readaptação dos costumes, das tradições, dos valores, das crenças e de todos os atos que pudessem estabelecer uma reestruturação adaptada aos novos tempos. O discurso da manutenção de uma ordem civil, fundamentada nos princípios da religião, agora era responsabilidade de todos e, neste cenário de recomposição da estrutura da Igreja piauiense, entram em campo as irmandades religiosas, formadas pelas Obras Pias, as Associações, confrarias e aquelas dedicadas às obras sociais.

A reafirmação, de que era necessário formar-se uma legião de adeptos e intrépidos defensores dos costumes e das tradições da Igreja, foi ratificado através de diversas ações que aglomerasse o maior número de fiéis cristãos. Uma destas ações foram os Congressos Católicos realizados entre os anos de 1900 a 1908, respectivamente em Salvador e Rio de Janeiro, que se constituíram em bases sólidas para a atuação dos católicos nos anos seguintes. Outros congressos passaram a acontecer, em âmbitos regionais ou locais:

[...]como o Congresso Católico de Pernambuco, em Recife, em 1902; o Congresso Católico de Niterói, em 1909; o Congresso Católico de Petrópolis, em 1909; o Congresso Católico Mineiro, em Juiz de Fora, em 1910, e em Belo Horizonte, em 1911, 1914 e 1918; o Congresso Católico Baiano, em Salvador, 1910.¹⁰⁵

Os congressos Católicos, embora estivessem sintonizados com os valores do catolicismo, tinham independência administrativa e organizacional, comandados por leigos, que tinham propósitos bem específicos e não estavam subordinados à Igreja. Os debates centravam-se em diversas temáticas que circundavam o campo operário cristão, ao

¹⁰⁴ Revista da Academia Pernambucana de Letras n.º 37, fls. 61/61v.

¹⁰⁵ AMARAL, Deivison. **Cultura profissional e luta por direitos no mundo do trabalho**: Belo Horizonte, 1909-1921. *estud. hist.* (Rio J.) vol.28 no.55 Rio de Janeiro Jan./June 2015, p. 2. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862015000100065. Acesso em, 21/07/2017.

posicionamento firme de combate às novas manifestações liberais e modernistas implantadas pela República.

Em 1900, foi realizado, em Salvador, o primeiro Congresso Brasileiro sob a coordenação do Apostolado da Oração, que se manifestou contra todas as doutrinas ideológicas que evidenciasse o caráter revolucionário no meio operário. Já o 2º Congresso Católico, realizado no Rio de Janeiro, tinha objetivos bem definidos, que foram reafirmados pelo Arcebispo Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, conclamando a todos os congressistas a necessidade de disseminar, no meio do povo, as doutrinas católicas imanadas pela Igreja. O jornal *O Apóstolo* já se manifestava, através de seus redatores, sobre a importância de tal evento, e dando conta da participação de membros da Diocese piauiense:

CONGRESSO CATÓLICO

Esta importante associação de católicos brasileiros, com sede na capital do país, dirigiu-se ao Exmo. Senhor. Bispo Diocesano, em ofício do mês próximo passado, pedindo-lhe nomeasse uma comissão nesta Diocese, com a qual os seus membros devem manter relações. S. Excia., atendendo tão justas solicitações, nomeou a referida comissão, composta do Exmo. e Revmo. Conego Raimundo Gil da Silva Brito, Vigário Geral, Padre Constantino Boson. Reitor do Seminário, e Major Manoel Lopes, nosso confrade *do Republica*. O Congresso Católico é composto de homens eminentes, pertencentes a todas as classes, e os seus estatutos mostram claramente a grandeza da obra a que ele se destina, na causa da Religião.¹⁰⁶

No 2º Congresso Católico, em que a Diocese do Piauí teve participação dos representantes diocesanos, a programação do evento fora distribuída em sete seções, cada uma com um grupo de temáticas a serem discutidas; entre estas, podemos destacar aquelas que deram ênfase às Obras Pias, Associações, Propaganda, Instrução e Educação e as Obras de Caridade. Não nos deteremos em analisar especificamente cada uma delas, haja visto que este não é nosso objetivo neste trabalho, mas nos deteremos naquelas que fizeram parte integrante das folhas do hebdomadário *O Apóstolo*: As Obras Pias, especificamente, a Pia Sociedade Filhas de Maria; a Associação do Sagrado Coração de Jesus e a Sociedade São Vicente de Paulo, todas amplamente dedicadas às doutrinas do catolicismo no Piauí. O Jornal destinou uma página inteira para divulgar a programação do Congresso,

PROGRAMA DO 2º CONGRESSO CATÓLICO

PRIMEIRA SECCÃO (Obras Pias): O Óbolo Diocesano, O Apostolado da Oração, A Manutenção do Culto externo: Templos, festividades, peregrinações, procissões; A Obra dos Tabernáculos, A Missa Matutina, Os Retiros Paroquiais, As Missões, A Catequese dos Índios, A Santificação dos domingos, A Música Sacra. **SEGUNDA SECCÃO (Associações):** O Congresso Geral dos Brasileiros Católicos, Os Congressos Diocesanos, Círculos para a Mocidade, Confrarias do SS. Sacramento, Congregação Mariana, Pia União das Filhas de Maria, Obras das Vocações Sacerdotais,

¹⁰⁶ Congresso Católico. *O APÓSTOLO*. Ano I, nº 9, Teresina, 14 de julho de 1907, p. 2

Confraria do Rosário, Ordem 3ª Franciscana, Confraria das Mães Cristãs, liga contra as Más Leituras e outras práticas prejudiciais à Fé, As Ordens 3ª e as Irmandades, seus direitos e deveres religiosos e civis, Centros Diocesanos do Movimento Católico. **TERCEIRA SECCÃO (Propaganda):** Jornal Católico, Hebdomadários Católicos, Revistas Infantis, Almanques Religiosos, Revistas Ilustrada, Revistas Científicas, Obras da Boa Leitura, Disseminação dos Evangelhos, Bibliotecas Paroquiais. **QUARTA SECCÃO (Instrução a educação):** Associação da Doutrina Cristã, Primeiras Comunhões paroquiais, Conferências aos Homens, Escolas Paroquiais, Escolas Noturnas especialmente para adultos e operários, Liceu Profissional, Ginásios, Cursos livres, Círculos de Estudos, Escolas Normais, Faculdades Especiais, Universidades, Asilos infantis, Diversões Morais e Instrutivas para a Infância, Círculos para diversões honestas. **QUINTA SECCÃO (Obras sociais):** Questão social: a solução católica. Os Sindicatos Católicos, As Cooperativas, Bancos Populares Círculos para Operários, Casas para Operários. Desenvolvimento Agrícola e Industrial, Federação Operária Diocesana, Os Homens do Mar. **SEXTA SECCÃO (Obras da caridade):** Conferências de S. Vicente de Paulo, Senhoras de Caridade, Obra da Divina Providência, Pão de S. Antônio, Hospitais, Asilos para pobres, Creches e Escolas Maternais, Asilos do Bom Pastor, Salas de trabalho, Assistência médica, Farmácias e drogeries para os pobres, Assistência à infância, Assistência judiciária, Assistência aos presos, Associação de beneficência. **SÉTIMA SECCÃO (Estatística):** Estatística de todo o movimento católico realizado atualmente no Brasil. Rio de Janeiro 22 de Abril de 1907.¹⁰⁷

Segundo Deivison Amaral (2015), toda a mobilização em torno dos congressos católicos teve implicações diretas na formação de lideranças e no surgimento de organizações católicas¹⁰⁸. Essa agitação, que envolvia a cúpula da Igreja, mas também muito leigos, resultou no surgimento de um catolicismo militante bastante atuante.

3.2.1 Pia Sociedade das Filhas de Maria

No dia 24 de novembro de 1907, o jornal *O Apóstolo*, na sua edição de número 28, traz nas suas linhas uma publicação com o seguinte título, “Diocese do Piauí”, na qual o editor aponta, como um compromisso do novo Bispo, reorganizar todas as Irmandades na Diocese do Piauí, revogando os estatutos existentes e enquadrando as instituições dentro de parâmetros aceitáveis no âmbito da nova orientação eclesial.¹⁰⁹ A organização e normatização, das irmandades religiosas existentes na Igreja, constituíram uma forma de centralização do domínio da religiosidade popular sob os auspícios da diocese. Havia necessidade de instauração de uma “nova ordem” que estivesse subjugada aos interesses do bispado e das normas romanas. As Irmandades, organizações leigas no âmbito da Igreja católica, que existiam desde o período

¹⁰⁷ Programa do 2º Congresso Católico. **O APÓSTOLO**. Ano I, nº 10, Teresina, 21 de julho de 1907, p. 4

¹⁰⁸ AMARAL. Op. Cit. 2015, p.2

¹⁰⁹ Diocese do Piauí. Op. Cit. Ano I, nº 28, Teresina, 24 de novembro de 1907, p. 3

colonial, não seriam extintas, poderiam dar continuidade aos seus trabalhos, agora dentro de outros parâmetros. No entanto, D. Joaquim empreenderá esforços no sentido de divulgar, no seio da comunidade católica, novas formas de organização de leigos que já nasciam com o controle clerical e com perfil próximo aos interesses ultramontanos. As Filhas de Maria foi uma dessas associações de leigos criadas pelas Irmãs Catarinas, no âmbito do Colégio das Irmãs, e contava com o apoio e incentivo de Dom Joaquim. A nova associação tinha o fiel propósito de educar as jovens moças nos princípios da moral religiosa, dos bons costumes familiares e da obediência às doutrinas da Igreja.

No dia 24 de novembro de 1907, por ocasião do retorno à sede diocesana, do prelado Diocesano, as Filhas de Maria, aproveitando do seu regresso, foram acolhidas pelo anfitrião Padre Jefferson Urbano que, em sessão solene realizada às oito horas da manhã, fez as vezes de mestre de cerimônia no Colégio Sagrado Coração de Jesus, sob a direção das Irmãs de Santa Catarina de Sena. As meninas não se fizeram de rogadas e, de pronto, cumprimentaram o Sr. Bispo e, logo depois da bênção do Santo Sacramento, tendo participado do recebimento do sacramento da eucaristia, dirigiram-se ao paço episcopal sempre acompanhadas pelos membros do colégio e do Padre celebrante.

A presidente da nova associação, Sra. Joanna Evangelina Furtado, representando todas as suas subordinadas, logo se dirigiu a um local mais apropriado a fim de que todos pudessem vê-la e ouvi-la e, pouco trêmula, dirigiu-se ao prelado com um breve discurso que traduziu os sentimentos a que eram acometidas naquele momento todas que ali estavam presentes. As palavras foram pronunciadas com muito zelo, respeito e veneração ao Sr. Bispo que por mais de quatro meses ficara afastado de sua Diocese em visitas às mais distantes localidades piauienses.

As associações religiosas tinham propósitos bem definidos e constituíam um óbolo da fé. As Filhas de Maria foi criada como mais uma estratégia que, aliada ao trabalho de escolarização desenvolvido no Colégio de Freiras, provesse sustentação à uma educação familiar cristã fundamentada na santa religião do catolicismo. Nas palavras do Padre Jefferson Urbano:

O pai de família não deve confiar a mestres ímpios a educação de seus filhos, porque, afastar a religião da educação, ou considerá-la com indiferença vis-à-vis à essa missão sagrada, seria um absurdo e uma contradição o um contrassenso; seria com uma mão destruir o edifício pela base e tentar em vão levantá-lo com a outra. [...]. Que melhores fundamentos posso eu dar à educação de minha filha para que seja ela o que deve ser, filha obediente e

terna, digna esposa e digna mãe? Haverá moral que valha à moral religiosa o que se firme em motivos mais poderosos? ¹¹⁰

Havia uma necessidade imediata de que as meninas fossem formadas para exercerem funções familiares, dedicando-se devotamente ao seu marido, aos filhos e à religião. “As relações conjugais, por seu lado, deviam ser pautadas no respeito e dedicação da mulher ao esposo”¹¹¹. As Filhas de Maria estavam sendo preparadas para exercerem seu múnus na sociedade piauiense de forma recatada e dedicada aos afazeres domésticos, sempre pautados pelos princípios da religião

Pedro Vilarinho Castelo Branco, ao dissertar sobre os “modelos tradicionais” no tocante à realidade das mulheres no início do século XX, ressalta que o “discurso de abnegação e total dedicação aos filhos e ao esposo era propagado e valorizado, em parte, pela Igreja Católica”.¹¹² A Igreja cumpria seu papel de progenitora de uma geração de mulheres cristianizada catolicamente com obrigações a cumprir: ser plenamente fiel à religião, aos mandamentos da Igreja, sendo uma boa esposa, totalmente dedicada à família e ao seu marido.

As práticas devocionais, propostas pela Igreja Católica no tocante às moças, tinham aplicação bem definidas. Centravam-se na formação destas, sobretudo no regramento e na disciplina dos modos de ser, de se portar e falar no meio social. Estas ações de devoção, embora tivessem um caráter oficial, não se distanciavam das formas mais comuns de fervor do povo. Kátia Mattoso, no seu trabalho “Bahia, século XIX: uma província no império”, destaca que “As práticas religiosas privadas não eram nem autônomas e nem opostas, mas sim complementares. Essa situação era aceita pela Igreja Oficial, mas a partir de meados do século XIX, ela tentou imprimir à religião privada uma nova orientação”¹¹³.

No caso das Filhas de Maria, a piedade estava centrada na pessoa da Virgem Maria. Como podemos observar na publicação de *O Apóstolo* do dia 15 de junho de 1907, no qual retrata como as meninas estudantes no Colégio Sagrado Coração de Jesus eram convidadas, ato contínuo das cerimônias por ocasião da festividade de primeira comunhão, a se engajarem na Pia Associação:

FESTAS RELIGIOSAS

[...] Seguiu-se, depois de pequeno intervalo, a instituição da Pia União das Filhas de Maria, cujas cerimônias foram muito bem executadas, demonstrando todas as que iam ser admitidas, o grande contentamento que experimentavam consagrando os afetos de seus corações à Virgem Santíssima. E devia ser

¹¹⁰ Como deve ser a educação. **O APÓSTOLO**. Ano I, n° 30, Teresina, 9 de dezembro de 1907, p. 1

¹¹¹ CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Mulheres Plurais: a condição feminina na primeira república**. 3ª Ed. Teresina: Edufpi, 2013, p. 142

¹¹² Id. Ibid, p. 143

¹¹³ MATTOSO, Kátia M. De Queiroz. **Bahia século XIX, uma província no Império**. Rio em 1992, de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p.392.

assim, porque é essa uma das mais simpáticas instituições em honra da Mãe de Deus; e essas meninas e essas moças que naquele momento iam fundar nesta terra tão bela associação que tem tido real aceitação em toda a Europa e em muitas cidades do Brasil, não podiam deixar de manifestar essa grande alegria que lhes ia na alma.¹¹⁴

As novas associações tinham, nos seus fundamentos, características bem particulares que as diferenciavam das antigas organizações de leigos originárias do período colonial, o que as tornavam mais frequentemente apadrinhadas pelos signatários da Igreja, entre padres, religiosos e o próprio bispo diocesano. Este acompanhamento estava regrado desde os primórdios do Concílio de Trento (1545-1563), em que, sob as diretrizes tridentinas, formou-se uma preocupação em reformar as devoções religiosas dos fiéis, levando-os a compreender a importância dos sacramentos, da fidelidade ao culto divino, sobretudo, aos sacramentos e a prática das virtudes cristãs.

Já em setembro de 1864, os jornais católicos, espalhados pelas províncias do Brasil, já faziam diversas menções às reformas que deveriam ser implementadas pelos senhores bispos junto às Igrejas espalhadas por todo o território, incluindo-se, nesse caso, a participação direta dos párocos. O jornal *A Fé*, hebdomadário publicado no Maranhão, em 18 de setembro de 1864, trazia estampado nas suas linhas a necessidade de apoiar os arcebispos a fim de promover as transformações que a Igreja necessitava,

O episcopado é a nossa única tábua de salvação. Só ele pode regenerar a atuação do clero brasileiro; só ele pode criar bons filhos e sábios defensores da religião. Em consequência, devemos prestar aos bispos, aos príncipes da Igreja, com firmeza e sinceridade, todo o apoio de que possa eles precisar nas reformas que tentarem em suas dioceses.¹¹⁵

Estas transformações, claro, estavam diretamente relacionadas à formação dos sacerdotes e ao seu comportamento perante a sociedade dos fiéis. Era necessário realizar uma depuração dos valores eclesiais e, isso, claro, exigia uma reformulação total de todos os envolvidos. Cabia aos párocos a responsabilidade pela organização, na sua paróquia, de todos os grupos organizados que faziam parte integrante da Igreja, entre estes as confrarias, irmandades, e associações religiosas oficiais e, sobretudo, as não oficiais.

3.2.2. Sociedade São Vicente de Paulo: homens de fé a serviço dos pobres

Uma outra associação de leigos, instalada em Teresina no início do século XX, desta feita buscando agregar o público de fiéis masculinos, mas também inspirada nos princípios

¹¹⁴ Festa religiosa. **O APÓSTOLO**. Ano I, nº 6, Teresina, 23 de junho de 1907, p. 3

¹¹⁵ **A FÉ**. Jornal religioso e literário. Ano I, nº 2. São Luís, 18 de setembro de 1864, p. 3.

reformadores da orientação tridentina, foi A Sociedade de São Vicente de Paulo.

A Sociedade de São Vicente de Paulo, como movimento leigo, surgiu em Paris em 1833, espalhando-se rapidamente por toda as cidades vizinhas. A primeira reunião aconteceu no dia 24 de abril daquele ano, na sede do jornal *A Tribuna Católica*. Seu fundador, Antonio Frederico Ozanam (1813-1853), era estudante e depois professor de Direito da Universidade de Sorbonne, e, juntamente com alguns amigos da universidade, Auguste Le Taillandier, Jules Delvaux, Paul Lamache, François Lallier e Félix Clavé, tomaram a iniciativa de ajudar famílias pobres da cidade de Paris. “Os jovens estudantes procuravam, com a criação da Conferência de Caridade, criar um espaço onde pudessem fortalecer sua fé contra as ideologias materialistas na época nascentes, por meio do serviço aos necessitados.”¹¹⁶

Segundo informações contidas na monografia de Silvânia de Matos Barros, versando sobre a Conferência vicentina de São Pedro, instalada em Picos, nas décadas de 1940, a autora relata que os primeiros núcleos vicentinos surgiram no Piauí, mais especificamente em Teresina, no dia 01 de dezembro de 1901, com a Fundação da 1ª Conferência vicentina, sendo essa batizada de Conferência de Nossa Sr^a. das Dores, ocorrendo sua instalação oficial no dia 09 de fevereiro de 1902, na Igreja do mesmo nome.¹¹⁷

Nos anos seguintes, novos grupos vicentinos foram instalados em Teresina e outras cidades do Piauí, prova disso foi a necessidade de instalação de um Conselho Central, órgão administrativo da Associação, que tinha como função coordenar os trabalhos das conferências vicentinas existentes em solo piauiense. Assim, no dia 19 de maio de 1907, às quatro e meia da tarde, na catedral de Nossa Senhora das Dores, deu-se a instalação do Conselho Central de Teresina da Sociedade de São Vicente de Paulo, agora desmembrado do de São Luís do Maranhão. A solenidade teve, como presidente de honra, o Sr. Bispo Diocesano, Dom Joaquim Antonio de Almeida. Após as falas de diversos oradores que se intercalavam nas oratórias e sob os olhares atentos da sociedade teresinense ali presente, seguiu-se a coleta em benefício dos mais pobres de São Vicente de Paula. Assim, eram dados os primeiros atos para a constituição e organização da Sociedade de São Vicente de Paulo no período diocesano.

O Jornal *O Apóstolo* em uma de suas edições, faz ampla referência aos princípios da sociedade e de como esta surgiu, seus objetivos e primeiras formas de organização:

S. VICENTE DE PAULO

¹¹⁶ SSVP Brasil. Disponível em: em: <http://www.ssvpbrasil.org.br/fundadores/> Acesso em: 18 de setembro de 2018.

¹¹⁷ BARROS, Silvânia de Matos. **Sociedade São Vicente de Paulo, Conferência de São Pedro (SSVP), nas décadas de 1940 e 1950.** Monografia. Universidade Federal do Piauí, Picos. Piauí, 2012, p.14.

Na França, donde se expulsam hoje os *Lazaristas* e as *Irmãs de Caridade*, nasceu aquele insigne Apóstolo; o seu berço foi embalado pelas brisas dos Pireneus, planta que germinará, crescerá e frutificará espalhando por toda a orbe católica os seus inefáveis dons. [...]. Naquele coração bondoso, repassado de piedade o amor ao próximo todas as misérias da vida encontraram sempre abrigo seguro, balsamo vivificante: a escravidão, meninos desamparados, órfãos, peregrinos, mendigos de toda sorte, ei-los todos amparados pelo humilde sacerdote, o pequeno grande. Dos seus ensinamentos, que tiveram por base primordial a mesma doutrina do Divino Mestre, os estudantes da grande metrópole francesa, impulsionados pelos sentimentos cristãos, tiraram as normas com que se congregaram, criando, nas férias dos estudos, as Conferências, ao princípio" sob a proteção da Excelsa Rainha do Amparo que continuou o perdura, que Ela é a Advogada da grande Sociedade, e depois também sob a do grande apóstolo, tais como são hoje conhecidas e espalhadas, prestando à humanidade os seus assinalados benefícios.¹¹⁸

A referência acentua a importância da organização, centrada no meio da sociedade piauiense, e seu papel como membro atuante na disseminação do catolicismo. As reuniões do Conselho Central sempre contavam com a participação e locução do Bispo Diocesano, Dom Joaquim, sempre reafirmando, nas suas palavras, a atuação da entidade no meio do povo mais necessitado. Assim, expressado nas linhas do hebdomadário, *O Apóstolo*:

Ao terminar tão bela alocução, começou então o Exmo. Sr. Bispo a falar, julgando-se feliz por se achar no meio dos confrades Vicentinos, filhos que ocupam lugar distinto no seu coração de Pastor o aos quais felicitou pela inauguração do Conselho Central, tão apto para promover o bom espiritual de sua vasta Diocese.¹¹⁹

A organização vicentina se propaga pelas cidades do Estado do Piauí, inicialmente na cidade de Floriano: “No dia 1º de janeiro 1903 é fundada a 1ª Conferência Vicentina no interior do Piauí na cidade de Floriano; a mesma recebeu o nome de Conferência de São Pedro de Alcântara e foi agregada ao Conselho Geral de Paris no dia 06 de abril 1903”¹²⁰ e logo depois acontece a primeira conferência na cidade de Picos, em setembro de 1905. Depois foram criadas conferências nas cidades de Parnaíba e Campo Maior. Em todas as cidades onde são fundadas a sociedade, elas recebem o nome de um santo católico, cumprindo regras instituídas pela organização. A doutrina católica permeia todas as diretrizes que devem ser seguidas pelos seus membros.

Sendo um poderoso aliado, e colocando-se ao lado de Dom Joaquim na disseminação dos dogmas católicos, a Sociedade de São Vicente de Paulo aportou em terras diocesanas e

¹¹⁸ São Vicente de Paulo. **O APÓSTOLO**. Ano I, nº 15, Teresina, 25 de agosto de 1907, p. 1.

¹¹⁹ Inauguração do Conselho Central de São Vicente de Paulo. Ibid. Ano I, nº 2 Teresina, 23 de maio de 1907, p. 3.

¹²⁰ BARROS, Silvânia de Matos. **Sociedade São Vicente de Paulo, Conferência de São Pedro (SSVP), nas décadas de 1940 e 1950**. Monografia. Universidade Federal do Piauí, Picos. Piauí, 2012, p.16.

trouxe para si a responsabilidade de divulgar as ações da Igreja no Piauí. Por ocasião da instalação do Conselho Central da instituição, no dia 19 de junho de 1907, estava estampado no seu regimento, de forma clara, algumas normas e princípios que deveriam nortear as ações dos confrades. Dirigida ao patriarca Joaquim e assinada pelo Presidente do Conselho Central da Sociedade, Senhor Manoel Lopes Corrêa Lima, foi redigida uma carta, onde constavam 19 itens explicativos de como deveria ser um confrade vicentino, quais suas responsabilidades diante da sociedade, e, também, como deveria ser a relação entre a instituição e os párocos.

As linhas, escritas pelo Sr. Manoel Lopes e publicadas no jornal *O Apóstolo*, solicitavam ao Bispo a difusão das práticas adotadas pela confraria junto à sua Diocese, ressaltando como a sociedade se tornaria um poderoso instrumento das ideias do prelado. Assim estampado pelo hebdomadário:

Conselho Central da Sociedade de S. Vicente de Paulo, em Teresina, 19 de junho de 1907

Revdm. Sr.

Tenho a satisfação de comunicar a V. Revdma., na sua qualidade de diretor espiritual do povo católico dessa Paróquia, que a 19 do passado foi criado nesta capital o Conselho Central da Sociedade de Vicente de Paulo, sociedade cristã cujos intuitos V. Revdma. bem conhece e que goza da confiança e do amparo paternais do nosso amado Diocesano. Colocado, se bem que imerecidamente, na presidência deste Conselho, ousou solicitar o concurso de V. Revdma. para a difusão das nossas práticas nessa paróquia, onde deve ser organizada uma Conferência, que, uma vez criada nos moldes do nosso Regulamento geral, será um auxiliar poderoso e fecundo do respectivo vigário.¹²¹

Não estranhamos o fato desta organização estar tão alinhada com as diretrizes da Igreja Católica na Diocese do Piauí. O contexto, agora republicano, tornou-se um ambiente inóspito para os pisares do catolicismo. Neste cenário, todas as associações, que estivessem aliadas com o processo de reforma ultramontana, eram bem aceitas e tornaram-se necessárias a fim de que a hierarquia eclesiástica alcançasse, com mais êxito, a realidade do povo. Durante um certo tempo, a aliança prevaleceu, mas, aos poucos as divergências começaram a prosperar. Enquanto a Igreja tinha princípios doutrinários e tinha, como proposta de “reforma católica”, a centralização nos fundamentos tridentinos, as irmandades, associações e outros tipos de organizações leigas tomaram parte junto ao Estado, iniciando um processo de ganhos e tentando adquirir espaços mais significativos junto ao novo regime.

¹²¹ Conselho Central da Sociedade de S. Vicente de Paulo, em Teresina, 19 de junho de 1907. Op. Cit. Ano I, nº 8 Teresina, 7 de julho de 1907, p. 3

3.2.3 O Apostolado da oração – As zeladoras do Sagrado Coração de Jesus.

Uma terceira associação de leigos, instalada em Teresina ainda no final do século XIX, majoritariamente voltada a agregar o público feminino, e de claro perfil ultramontano, foi a Associação do Apostolado da Oração. A origem do movimento, assim como a Sociedade de São Vicente de Paulo, é a França de meados do século XIX. A associação nasceu por uma necessidade de prática missionária. No dia 3 de dezembro de 1844, alguns jovens, pertencentes à Congregação dos Jesuítas franceses, sentem-se animados para irem ao encontro dos povos indianos e africanos. Estando estes no seminário na cidade de Vals, ficam inquietos logo depois que ouvem os testemunhos dos missionários vindos daqueles lugares. Logo são advertidos pelo seu superior, Padre Francisco Xavier Gautrelet, que os conclama sobre a necessidade de término dos estudos seminarísticos para depois empenharem-se nas missões.

Percebendo a ansiedade dos formandos, Padre Francisco sugere a eles a formação de um grupo de oração, cujo objetivo era o oferecimento integral da vida destes à Igreja. Surge, deste ato, a obrigação de oferecer-se todos os dias à Deus. Totalmente agraciados pelo ato diário de oferta de si, os rapazes começam a sugerir, aos membros das comunidades onde prestavam serviços, a necessidade de se fazer a mesma coisa. Solicitam ao seu superior que confira um nome a esta valorosa ação, que prontamente pronuncia o nome de “Apostolado da Oração”.

É então que, sob os auspícios do Papa Pio IX, o movimento é oficialmente exposto ao chefe da Igreja Católica em 1849 pelo bispo Le Puy, que já o tinha aprovado na sua jurisdição. Pio IX ouve atentamente a solicitação do bispo e, deslumbrado com tamanho fervor, aprova a irmandade, sem fazer nenhuma objeção ou condição e, logo depois, o pontífice aprovará os estatutos da entidade. Já no ano de 1880, o Papa Leão XIII solicita ao Apostolado da Oração o cuidado e zelo com a devoção ao Sagrado Coração de Jesus.

Cabe aqui fazer menção ao Padre Henrique Ramière, sacerdote jesuíta, que, ao publicar diversos artigos sobre a responsabilidade do Apostolado, bem como sua importância para a Igreja católica, contribuiu decisivamente para proliferação deste grupo. Sua publicação mais colaborativa para a propagação da irmandade ocorreu em 1861, quando publicou um livro intitulado “*O Apostolado da Oração*”, *santa Liga de corações cristãos unidos ao Coração de Jesus*”, que anteriormente já havia sido publicado pelo Padre Pe. Francisco Xavier Gautrelet.

No Piauí, o Apostolado da Oração começou a se difundir ainda no final do século XIX, e, entre os divulgadores da Associação de leigos em solo piauiense, está o Padre Joaquim Lopes, que, ao tempo em que fazia campanhas para arrecadar fundos para a criação da Diocese do Piauí, realizava também a fundação de grupos do Apostolado da Oração nas paróquias do Piauí.

Quando D. Joaquim assume a Diocese do Piauí, em 1906, já encontra esse movimento instalado na diocese, e dá continuidade a divulgação e valorização da nova organização de leigos católicos, bem como roga às mulheres engajadas no movimento para que o auxiliem na tarefa de divulgar a leitura do jornal *O Apóstolo* por todo o Piauí. Dessa forma, no dia 19 de maio de 1907, em uma circular assinada pelo bispo diocesano Dom Joaquim Antonio de Almeida, dirigida às virtuosas Filhas em Jesus, Zeladoras do Apostolado da Oração, o Bispo conclama a todos aqueles empenhados e dignos representantes da Igreja piauiense, que se apresentem como fiéis propagadores do jornal *O Apóstolo*, incentivando a leitura e a propagação de assinaturas junto ao povo. O pedido foi feito diretamente às Zeladoras do Apostolado da Oração, que prontamente se dispuseram em aceitar a solicitação do prelado.

Logo a notícia se espalhou e de todos os cantos apresentaram-se voluntárias para atender e colocar em prática tão nobre e humilde clamor. Da cidade de Amarante, Dona Silvina Conrado, presidente do Apostolado da Oração daquele lugar, logo se apressou em convocar seus membros para a tão grande solicitação e, juntamente com o reverendíssimo vigário da paróquia, iniciaram os procedimentos para a efetivação do pedido.

Valorizar e promover a criação de novos grupos de Associações de leigos católicos eram formas encontradas pelos bispos ultramontanos de divulgar os novos parâmetros de vivência do catolicismo, ao tempo em que combatiam as práticas tradicionais, que passavam a ser percebidas como práticas arcaicas ou de religiosidade popular, manifestações católicas que existiam desde a colônia e estavam centradas em práticas supersticiosas e em atos que se caracterizavam por estar na fronteira entre o sagrado e o profano. Havia a necessidade de depurar a fé popular, que somente através dos ritos e normas romanas poderia ser plenamente aceita. Assim, os bispos reformadores, entre eles Dom Joaquim, iniciam um processo de restauração dos valores e dos princípios das novas devoções alinhadas às orientações romanas.

Neste contexto, somente as práticas devocionais, que têm como fundamentos os dogmas sacramentais, podem ser aceitas no seio da Igreja católica. As devoções aos santos surgem com maior ênfase, e são disseminadas no meio do povo, estando vinculadas à hierarquia eclesiástica. Emerge daí o culto ao Sagrado Coração de Jesus, cuja devoção caberá aos membros participantes do Apostolado da Oração. É necessário dizer que a referida associação religiosa, que tem, como devoção principal, a incessante adoração do Coração de Jesus, será dita e atrelada discursivamente, pelos anticlericais, a práticas supersticiosas, chamada mesmo, de forma pejorativa, como um culto às vísceras.

Possivelmente, essa agressão discursiva, elaborada por personagens defensores e adeptos da República, sobretudo aqueles que vieram da Escola de Recife,¹²² se dava exatamente pelo sucesso que a Associação religiosa auferia no seio da sociedade, principalmente no meio feminino e familiar. Assim, a prática de entronizar a Imagem do Coração de Jesus nas residências católicas tornou-se prática comum, demonstração clara de que os anticlericais estavam em desvantagem no convencimento ideológico da sociedade. Segundo Teresinha Queiroz:

Ao tempo em que a Igreja se esforçava por conquistar novos fiéis, prosseguia a discussão entre os dois blocos. No começo do século XX era implacável a crítica ao chamado culto das vísceras, ou seja, o culto ao Sagrado Coração de Maria e ao Sagrado Coração de Jesus, cujos adeptos cresciam visivelmente.¹²³

Higino Cunha, no seu “História das Religiões no Piauí”, profetizava, nos cantos das suas linhas, ao se referir à forma como as entidades religiosas se comportavam diante de seus ritos e adorações constantes:

Tempo virá em que todas as entidades religiosas serão equiparadas pela razão independente às vozes, fantasmas, aparições e imagens que atormenta, a alma dos nevropatas e as quais eles, nos seus acessos mórbidos, atribuem uma existência, uma vitalidade e uma vontade positiva como se fossem seres reais, vivendo vida própria fora da imaginação dos padecentes.¹²⁴

Higino Cunha já vociferava sobre os acontecimentos, usando de sua elegância diante dos fatos que ora aconteciam. Havia um “perigo” iminente, que assolava a sociedade piauiense e ameaçava o liberalismo republicano. A Igreja piauiense, sob o comando de seu bispo Joaquim, alcançava cada vez mais o povo e, estrategicamente, dispunha de “soldados” irmanados que surgiam aos montes nas fileiras da romanização. A participação sempre constante nos encontros das irmandades, das associações e das organizações fundados no prisma do catolicismo, era um costume do prelado. O retiro espiritual realizado pelo bispo era recorrente. Lembramos aqui um destes encontros espirituais realizados com as zeladoras do Apostolado da Oração e das Filhas de Maria, acontecimento que teve divulgação ampla no jornal *O Apóstolo*,

Retiro espiritual

Foi deveras edificante o retiro espiritual que por S. Excia. Revma, o Sr. Bispo, acaba de ser dado as zeladoras do Apostolado da Oração, às filhas de Maria e a diversas outras pessoas importantes da sociedade teresinense. Os exercícios

¹²² Fazemos alusão aos literatos da Escola de Recife, liderados por Clodoaldo Freitas e Abdias Neves, que logo após a instalação da Diocese no Piauí, acirradamente começaram a se manifestar, através de diversas publicações em pasquins e jornais de grande circulação na cidade de Teresina contra a Igreja Católica e seu bispo.

¹²³ QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os Literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo**. 3ª ed. Teresina: EDUFPI, 2011, p. 260

¹²⁴ CUNHA, Higino. **História das Religiões no Piauí**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015, p.92 (Coleção Centenário 38)

espirituais, que tiveram lugar na capela do Paço Episcopal, começaram no dia 2 e findaram na tarde de 7 do corrente mês.¹²⁵

Logo, no mês seguinte, no dia 30 de março a 03 de abril de 1908, Dom Joaquim reúne os Vicentinos novamente em Retiro Espiritual na capital, Teresina. Todas as tardes, nos dias em que foram realizados o evento, o Bispo fazia-se ouvir através de práticas instrutivas aos membros participantes. Durante a missa da manhã, realizada na catedral de Nossa Senhora das Dores, e sendo a primeira sexta-feira do mês, participaram da celebração os associados do Apostolado da Oração.

Na parte da tarde, teve lugar a posse dos zeladores do Sagrado Coração de Jesus, que receberam das mãos de Dom Joaquim as insígnias, tendo o bispo aproveitado para fazer breve alocução, conclamando os novos membros zeladores à missão sublime que lhes é imposta no seio da sociedade, e constituindo sua missão na propagação do reinado do Coração de Jesus, ficando assim constituído o novo conselho de zeladores: Capitão Agostinho Basílio – Presidente; Pedro Cunha – Secretário; Raimundo Pereira Vieira – Tesoureiro e os Zeladores: Manoel Herculano, Antonio Domingos, Pedro Bezerra, Benedicto Ribeiro Gomes e Alfredo Umbelino da Silva.

Ressalte-se que, além da Pia União das Filhas de Maria, da Sociedade de São Vicente de Paulo e do Apostolado da Oração, a Diocese ainda contava com algumas agremiações de leigos católicos, que, seguindo um perfil tradicional, mas remodelado pelos padrões ultramontanos, resistiam ao tempo: eram algumas confrarias, como as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito, sediadas em Parnaíba; estas duas últimas foram signatárias da defesa escrita do bispo diocesano por ocasião de publicação de caráter ofensivo ao prelado em jornal “pasquim” que circulava na cidade assinado com o codinome de “*três católicos*”, artigo que foi amplamente combatido pelos defensores de Dom Joaquim, tendo à frente os membros do Apostolado da Oração de Parnaíba.

Em síntese, diante da necessidade de reorganizar o relacionamento dos leigos no seio da fé católica, de forma a valorizar a hierarquia eclesiástica, a propagar a vivência dos sacramentos, a divulgar práticas devocionais caracterizadas pela introspecção, pela espiritualidade pia, os Bispos ultramontanos lançam mão das novas associações de leigos, como uma estratégia de ação viável para mudar a religiosidade da população, vista pela Igreja como algo a ser transformado e oficializado, já que boa parte destas manifestações, desde a colônia, estava centrada sob o prisma das superstições e fanatismo. Havia necessidade de depurar a fé da população, e somente por meio de ritos e normas romanas poderia ser plenamente

¹²⁵ Retiro espiritual. **O APÓSTOLO**. Ano I, nº 38 Teresina, 9 de fevereiro de 1908, p. 3.

modificada. Assim, os bispos reformadores, entre eles, Dom Joaquim, inicia o processo de divulgação dos valores e dos princípios das novas devoções alinhadas às orientações romanas.

3.3.O jornal *O Apóstolo* como instrumento romanizador do catolicismo piauiense

Quando, em 1906, foi efetivamente instalado o bispado do Piauí, e seu primeiro Bispo, D. Joaquim, de claro perfil ultramontano, assumiu o comando da Igreja piauiense, uma das suas primeiras iniciativas foi criar um jornal católico, que servisse como meio de divulgação da fé católica dentro dos princípios ultramontanos. Assim, em 1907, foi fundado o jornal *O Apóstolo*, que tinha como objetivos centrais divulgar os princípios da fé católica, promover a boa formação dos fiéis e combater toda e qualquer forma de comportamento contrário às doutrinas da Igreja católica. No primeiro momento de funcionamento (1907-1908), o jornal transformou-se em poderoso instrumento de propagação das ideias ultramontanas, corroborando o desejo do bispo em consonância com os ideais romanos.

Os jornais católicos surgiam em momentos de crise do sistema eclesiástico, e sua essência estava na manifestada na sustentação da tradição religiosa e familiar e

Estes concorreram, naquele momento de crise e convulsão política, para formar uma rica literatura de argumentação, opinião e polêmica. Desse modo, eles constroem a história de um tempo, constituindo-se, portanto, como memórias que, ao apresentar visões distintas de um mesmo fato, servem para repensar a História¹²⁶.

Os conteúdos do jornal tornavam-se mais eficazes diante de um público que ansiava por novas formas de manifestações religiosas. Os jornais tornam-se, em determinadas ocasiões, fábricas de veracidade, depósitos de propósitos a serem alcançados. A prensa tornou-se a matriz “de autenticação “do bispado piauiense. O clero é convocado pelo seu líder, Dom Joaquim, a divulgar, entre os paroquianos, o jornal católico, “Em vossas mãos, confiante, depositamos, o acolhimento, que esperamos, do jornal católico, *O Apóstolo*, órgão oficial de nossa cara diocese, o qual se publica nesta Capital”¹²⁷.

Para Dom Joaquim, a Igreja piauiense precisa ser modernizada para se romanizar. Há necessidade de se organizar os cultos populares a fim de que estes não continuem sendo festas de regozijo. Às famílias é dado a função sagrada de aquisição de *O Apóstolo* como um

¹²⁶ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Regeneração política no Brasil: os movimentos de 1821/1882 na Bahia e os primórdios da edificação do império do Brasil**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH São Paulo, julho 2011, p.1-2.

¹²⁷ Circular. Que S. Excia. Revdma. O Sr. Bispo Diocesano, dirigiu ao Apostolado da Oração desta Diocese. **O APÓSTOLO**. Ano I, nº 6, Teresina, 23 de junho de 1907, p. 1

sustentáculo da fé e, “levando a sã leitura dos princípios básicos da formação do caráter e dos costumes, a todos os fiéis católicos que devem ser a consolação da família, a garantia e o sustentáculo da sociedade”¹²⁸

As obrigações do clero diocesano traduzem-se em divulgar, no seio da igreja católica do Piauí, as virtudes e as obrigações de cada fiel, manifestadas na obediência aos bons costumes familiares, na propagação de informações da diocese sob o manto do seu bispo que convoca os seus fiéis a abraçarem a causa que é de todos:

Demo-nos, pois, as mãos; sustentemo-nos; ajudemo-nos mutuamente, e seremos invencíveis. Os fiéis, unidos, sob a voz do seu Pastor, constituem a milícia do Senhor, em defesa da fé, dos costumes e de Jesus e sua Esposa, a Igreja. Eis, pois, caríssimas filhas em Jesus, o apelo que, confiante, faz o vosso humilde Bispo aos vossos santos e puros sentimentos de propagadoras do reinado de nosso Divino Mestre entre nós, mediante a boa leitura que a todos se oferece nas páginas d’O Apóstolo que ora circula por esta Diocese. Assinai-o é auxiliá-lo, auxiliá-lo é mantê-lo e mantê-lo é nutrir o meio pelo qual todos poderão ter a instrução cristã e cívica, presa a seus olhos e coração¹²⁹.

Os princípios romanos agora estavam em processo de implantação na diocese do Piauí por meio de um de seus bispos, que o fazia com tamanho zelo e dedicação. Dom Joaquim convoca os seus crentes com mensagens escritas em *O Apóstolo*, propositalmente criadas com finalidades específicas, “portadora de uma mensagem oficial, detentora de um estilo jornalístico, mas muito mais panfletário, onde se realizava constantemente a propaganda de uma ideia ou postura, seja ela de acusação ou mesmo de defesa, segundo interesses institucionais”.¹³⁰

O campo de atuação da Igreja nas terras mafrense estava determinado: a diocese, agora sob os auspícios de seu bispo, impusera aos seus seguidores novas formas de demonstração de fé, mas, sobretudo, chamou este mesmo povo à dedicação do anúncio de uma “nova” Igreja, cuja recompensa seriam as benesses do “céu”; nas palavras de Dom Joaquim, “Obra de alto alcance, o vosso trabalho, na propaganda da leitura sã, por meio do jornal *O Apóstolo* vos dará o direito de mais um prêmio no céu, pelos extraordinários benefícios para que ides concorrer”¹³¹, constituía-se uma identidade romanizada a partir da manifestação de fé de um povo fundamentada nas diretrizes da Igreja diocesana.

¹²⁸ Id. Ibid.

¹²⁹ Id. Ibid.

¹³⁰ CAMPOS, Germano Moreira. **Ultramontanismo na diocese de Mariana: o governo de D. Antonio Ferreira Viçoso (1844 – 1875)**.2010. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais/Departamento de História, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, p. 31.

¹³¹ Id. Ibid.

A construção de uma matriz romanizadora no catolicismo diocesano piauiense é constituída a partir de ideais de uma Igreja centrada em pilares, como a educação, a moral cristã, a formação e qualificação do clero e a organização das irmandades religiosas, não somente como parte de um projeto de identificação com os valores romanos, mas como uma forma inovadora de ações que se adaptavam ao catolicismo popular ou mesmo àquele desejado pelas elites intelectuais do Piauí. Desta forma, não era possível a convivência com matrizes opostas a este projeto, como o galicanismo, o josefismo e o liberalismo, que opunha a Igreja aos novos tempos republicanos. Chegou-se ao ponto de serem proibidos livros que contrariassem todas as determinações e orientações da Igreja romana, pois

Como uma mãe carinhosa tem cuidado de prevenir seus filhos para que, ao brincarem nas campinas e colherem as frutas dos arbustos, não apanhem frutas venenosas que exporiam ao maior perigo sua tenra existência: assim a Igreja Católica tem cuidado de prevenir seus filhos que não alimentem seu espírito com fructos venenosos, com livros que longe de serem um alimento salutar, são em sua doutrina ou em suas narrações contrários a verdadeira fé ou a boa moral. Por este motivo proíbe diversas categorias de livros em geral e diversos livros em particular.¹³²

Chama-nos atenção o detalhe de o articulista do jornal mencionar o fato de que, aqueles que seriam contrários a esta norma, iriam argumentar que, “É preciso ler de tudo, afim de se poder julgar; ou: Deve-se ler tudo e não aceitar senão o que é bom”¹³³. Ora, havia uma necessidade de minar o poder daqueles intelectuais, que para a Igreja eram infames, que tentavam, a todo custo, menosprezá-la e tirar dela o direito que lhes fora dado pelo próprio Deus. Para Santos (2011),

Este fenômeno, portanto, marca o início de um processo de auto identificação da Igreja como instituição independente do Estado e disposta a uniformizar crenças e ritos. A aparecer como organização que possuía uma missão divina, a saber, conduzir o mundo para o “caminho da verdade”, “o caminho do Cristo”¹³⁴

Nesta busca frenética da Igreja de consolidação de um projeto reformista romanizador, era necessário ter ao seu lado um conjunto de adeptos do seu projeto como forma de se contrapor àqueles que tentavam a todo custo por fim a tal empreendimento. Alguns pareciam que somente estavam aguardando o momento oportuno para sair das sombras e assim iniciarem a defesa, não somente do bispo que agora representava a Igreja, mas pondo em evidência a necessidade de determinar locais de poder pela escrita. Entre os que se destacam, podemos citar: Elias Martins, Cônego Gil, Padre Lopes e Padre Alfredo Pegado. Seria oportuno dizer que as maiores

¹³² Livros proibidos. **O APÓSTOLO**. Ano I, nº 5, Teresina, 18 de junho de 1907, p.4

¹³³ Id. Ibid.

¹³⁴ SANTOS, Israel Silva dos. **Catolicismo: identidade e significado no Brasil do século XIX**. ANPUH, São Paulo, julho 2011, p. 1

contendas entre anticlericais e clericais tiveram, como membros titulares, estes em que se deram os maiores embates de palavras nos jornais.

Uma outra ação, empreendida por D. Joaquim na Diocese do Piauí, foi melhorar a formação dos cleros, observando as práticas sacerdotais de forma a enquadrar os padres dentro dos rígidos princípios característicos de um padre ultramontano. Como bem é afirmado por Cristian Santos, embora a Igreja detenha grande prestígio diante de seus fiéis, muitas vezes seus ministros do altar são acusados de terem pervertido a fé católica por meio de seus comportamentos imorais¹³⁵. O encargo sacerdotal, tão sagrado aos “novos” tempos da Igreja romana, eram adulterados e seus ministros são acusados de indignidade em relação ao múnus exercido, enlameados por interesses políticos e pelos pecados de foro interno¹³⁶.

Neste contexto, podemos elencar ações prioritárias do patriarca da Diocese piauienses, erigidas sob o manto romano e edificadas no jornal *O Apóstolo*: as diversas recomendações diocesanas do bispo, Dom Joaquim, dirigidas aos padres das paróquias jurisdicionadas à diocese do Piauí e as inúmeras visitas pastorais realizadas por este às cidades onde estavam localizadas as freguesias. Além destas criteriosas intervenções, tivemos as publicações de caráter confessional católico dirigidas ao clero no *hebdomadário*.

VISITA PASTORAL

O Exmo. Sr. Bispo diocesano pensa lazer sua visita pastoral em diversas freguesias do centro da diocese. É provável que Vossa Excelência parta desta capital em fins de junho ou princípio de julho próximo Negócios importantes relativos à administração e bem de sua diocese impedem sua excelência de fixar definitivamente o tempo de sua viagem¹³⁷

A palavra foi a grande “arma” usada pelo bispo para apregoar aos seus venerados colaboradores as novas premissas da Igreja que se fizeram valer junto ao clero, a eles era dada a incumbência de divulgação do *hebdomadário* como a “voz da Igreja” e de seu abnegado ministro. Assim está bem-dito no jornal,

Seria enfadonho descrever minuciosamente todas as obras que o zelo de nosso Prelado pôs em ordem, como sejam as diversas publicações que dizem respeito ao Governo da Diocese—Estatutos Diocesanos— Tabelas--Compromissos de reorganização das irmandades—o agora a criação de um órgão oficial onde serão discutidos princípios de moral e os direitos da Igreja Católica. Para terminar agora o círculo desta simples narração histórica basta emoldura-la com o Retiro Espiritual do Clero Diocesano¹³⁸

¹³⁵ SANTOS, Cristian José Oliveira. **Devotos e devassos: representações dos padres e beatas na literatura anticlerical brasileira**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2014, p. 51 e 52.

¹³⁶ Ibid., 2014, p. 52.

¹³⁷ VISITA PASTORAL. **O APÓSTOLO**, 1907. Ano I, nº 1, p.1.

¹³⁸ UM ANO DE GOVERNO. Id. Ibid., p. 3.

O jornal *O Apóstolo* foi não somente estrategicamente¹³⁹ usado como tática¹⁴⁰ de transformação de uma realidade latente, que ora se apresentava como desprovida de qualquer preceito normatizado, desorganizado, carente dos valores de uma Igreja que preserve os padrões de um território religioso sânscrito na romanização por seus agentes. Em uma nova geografia cultural do território piauiense, há emergência em organizar os espaços “anárquicos” que se aprofundam diante do povo de Deus. A astúcia se fez presente e, agora, temos uma nova configuração edificada nos moldes ultramontanos, subjugadas aos valores romanos.

O ambiente, naquele momento, era propício para imputar novas ações que constituíssem em ganhos de espaços antes perdidos. A instauração da República trouxe, no seu bojo, a separação entre Igreja e Estado. A Igreja não tinha mais o apadrinhamento do poder secular, caberia a ela implantar um projeto político de características bem delineadas que alcançasse a todos e que permitisse transformar a sua condição jurídica de forma centralizada e homogenia. As principais ações que corroboram esta argumentação são citadas nas primeiras linhas da edição número um de *O Apóstolo* em 1907, quando este, ao “nascer”, dedica uma parte de suas páginas aos diversos atos de seu “piedoso antístite” após um ano de governo,

O Seminário, a primeira pedra que lançou no grande edifício, floresce hoje já separado do Colégio Diocesano, como um abrigo de paz, onde a mocidade estudiosa aprende no sofrimento voluntário, na renúncia dos bens mundanos, todo o segredo desta vida, que é a continuação do apostolado de Jesus na terra. E a espera de seu zelo, dilatou-se até as fronteiras do norte de sua diocese, já percorrido em visita pastoral. [...] Foram quatro meses de trabalhos, de sacrifícios, de pregações da palavra divina e assim ele pode chamar muitas almas que, trasviadas, já não sentiam a fé iluminar-lhe a razão e a razão obedecer a Deus.[...] Continuou a empresa das obras materiais, já terminando uma grande parte do edifício onde já funciona o Colégio das Irmãs de Santa Catarina de Sena e cujos alicerces foram iniciados pelo governador do bispado, o ilustrado sacerdote, Cônego Raymundo Gil da Silva Brito¹⁴¹

Todas as ações, realizadas pela Igreja piauiense sob o domínio do bispado, refletem não somente atos deliberados, pensados e organizados diante da necessidade urgente que se fazia, mas, “foi um passo fundamental para a dominação das orientações ultramontanas”¹⁴². As obras não se restringiram somente à criação de escolas, seminário, mas também estavam centradas no anúncio da palavra e orientações do bispo, ao apostolado, à criação e organização das associações religiosas, a arrumação do clero em suas paróquias, formação eclesial dos

¹³⁹ Segundo Michel de Certeau (1999, p. 99-102), o conceito de estratégia pode ser idealizado como uma série de intervenções capitaneadas a partir de um lugar de poder exercidas sobre um determinado espaço específico, postulando um lugar passível de ser circunscrito como algo próprio a ser a base de onde se pode controlar todas as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças.

¹⁴⁰ A ideia de Tática está fundamentada em (CERTEAU, 1999, p.100).

¹⁴¹ Um ano de governo. **O APÓSTOLO**, 1907, ano I, nº 1, p. 3.

¹⁴² Id. Ibid., p. 259

sacerdotes e, claro, a fundação do jornal *O Apóstolo*, “que dentro dos objetivos da Igreja, deveria dar combate à imprensa ímpia”¹⁴³. As novas ideias, trazidas com a República, impuseram novos formatos ideológicos, que dialogavam intrinsecamente com o positivismo cético filosófico, e tinham, na sua matriz idealizadora, o distanciamento da Igreja do Estado liberal iluminista, sempre espreitado pelas doutrinas jansenistas e maçônicas, como bem mencionado por Queiroz (2011):

A proclamação da República trouxe o aumento do temor da Igreja de que viesse a dominar na sociedade e no governo as ideias anticatólicas – sobretudo as ideias ligadas ao positivismo agnóstico - o que a incentivou a combatê-las, sobretudo através da imprensa católica e da educação religiosa”. Foi nesse contexto que ocorreu a implantação do catolicismo ultramontano no Piauí e não sem o enfrentamento de inúmeras dificuldades. Uma delas diz respeito à pequena presença do clero junto aos fiéis católicos¹⁴⁴

A presença do clero junto ao povo católico era precária, algo constatado *in loco*, e em vista da necessidade, que se fazia urgente, Dom Joaquim logo implantou a distribuição dos sacerdotes nas suas devidas paróquias e jurisdição eclesiástica, configuradas sob um formato organizacional sistemático e anunciado publicamente no jornal *O Apóstolo* sob o título de “Sacerdotes. Suas residências, ocupações, etc. e comarcas eclesiásticas desta diocese”¹⁴⁵.

A distribuição de funções e locais do clero estava caracterizada por uma simetria geográfica bem definida, em que cada membro da comunidade eclesiástica estava subordinadamente restrito a uma determinada paróquia ou freguesia. Foram determinados, ainda, os vigários forâneos, Cônego Joaquim de Oliveira Lopes, Cônego Acylino Baptista Portella, Ferreira, Padre Benedicto Portella Lima, Padre Antônio Marquês dos Rei e Padre Firmino Souza; consultores diocesanos, Cônego Raymundo Gil, Cônego Joaquim Lopes, Padre Constantino Boson, Padre Alfredo Pegado; Diretor Diocesano do Apostolado da Oração e da Guarda de Honra do Sagrado Coração de Jesus, procurador do Colégio Pio Latino Americano nesta Diocese, Cônego Joaquim Lopes; secretário do bispado, Padre Alfredo Pegado; câmara eclesiástica, Juiz Cônego Raymundo Gil; Advogado do foro, Cônego Joaquim Lopes; Promotor, Padre Bianor Aranha; Escrivão, Clérigo Manoel Octaviano; Continuo, José Escorcio Netto; sociedade clerical, Presidente, Padre Bianor Aranha; vice-presidente, cônego Fernando Lopes; secretário, Padre Jefferson Urbano; tesoureiro, Padre Constantino Boson; procurado, Padre Alfredo Pegado; secretário do Apostolado, Manoel Otaviano; diretor espiritual e Capelão

¹⁴³ Id. Ibid.

¹⁴⁴ QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 3. Ed. Teresina: EDUFPI, 2011, p. 260.

¹⁴⁵ Id. Ibid.

do Colégio do Sagrado Coração de Jesus, Cônego Joaquim Lopes; substituto, Padre Alfredo pegado, que é o mestre de cerimônias do sólio; bem como os reitores, vice-reitor, diretor espiritual do seminário episcopal, respectivamente, Padre Constantino Boson, Manoel de Almeida Barreto e Padre Jefferson Urbano Rodrigues da Rocha.

Em todas as ações da Igreja, a imprensa católica, capitaneada pelo jornal *O Apóstolo* estava presente, seja na divulgação das visitas pastorais de seu criador ou mesmo pelos intensos editoriais e artigos que disseminavam os valores cristãos de uma Igreja centralizada e hierarquicamente subordinada à Santa Sé. No contexto piauiense, podemos afirmar que houve uma ação homogênea e coesa do episcopado, sobretudo porque este tinha plena convicção de sua responsabilidade apostólica, pois detinha informações sobre o que estava acontecendo naquele momento no Brasil e, alinhado com o discurso romano, estava disposto a todo custo a implantar uma forma de “ortodoxia religiosa e consolidação da romanização da Igreja”.¹⁴⁶

¹⁴⁶ MARIN, Jéri Roberto. **História e historiografia da romanização: reflexões provisórias.** Revista de Revista de Ciências Humanas. Florianópolis: EDUFSC, nº 3, 2001, p. 152

4. A IMPRENSA CATÓLICA E A DIVULGAÇÃO DOS PRINCÍPIOS ULTRAMONTANOS

Neste capítulo, direcionaremos nossa análise para a imprensa católica piauiense através do jornal *O Apóstolo*, para as mudanças editoriais que este sofreu no decorrer da sua existência, e os fatores que levaram a essas mudanças de perfil. Como enfatizamos em momento anterior da análise, a criação de um órgão impresso de divulgação era parte das estratégias dos bispos de perfil ultramontano por todo o Brasil, assim a criação de *O Apóstolo*, na Diocese do Piauí, adotou o protocolo de ações dos bispos que seguiam a cartilha romana.

4.1 Imprensa clerical ultramontana

No século XIX, principalmente durante o segundo reinado, a imprensa passou a desempenhar uma importância vital na sociedade brasileira. A Igreja soube muito bem aproveitar este recurso didático e pedagógico, tornando-se instrumento usado por quase todos os bispos como forma de divulgar e implementar reformas ultramontanas no decorrer da segunda metade do século XIX, ação que se fazia ainda mais necessárias à sobrevivência da Igreja no período pós-república.

Assim, no Rio de Janeiro, circulou o jornal *O Apóstolo*¹⁴⁷, que tinha o objetivo de divulgar as ações do catolicismo, como exemplos de “progresso e civilização”¹⁴⁸, sua existência estava ligada diretamente ao combate às idéias liberais, a maçonaria, ao protestantismo, ao cientificismo e a irreligiosidade; na Bahia era publicado o jornal *O Brazil*,¹⁴⁹ que seguia linha editorial de combate às heresias e suas propagandas, que eram vinculadas e disseminadas entre o povo. No Recife circulou o jornal *A União*¹⁵⁰; no Pará, o jornal *A estrela do Norte*¹⁵¹, cuja finalidade era defender os interesses do bispado. E assim, por todo o Brasil, proliferaram jornais católicos durante a segunda metade do século XIX, caracterizando uma sistemática organização

¹⁴⁷ O jornal, *O Apóstolo*, periódico religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses da religião e da sociedade, data de 1865, sediado no Rio de Janeiro e com publicação aos domingos. Não é o mesmo periódico que usamos neste texto.

¹⁴⁸ ABREU, Martha. **O Império do Divino. Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p, 311-314.

¹⁴⁹ Periódico que circulava um ou duas vezes por semana. Funcionava na tipografia, na Rua de Santa Bárbara, nº 2. Sua linha editorial estava diretamente subordinada aos interesses do catolicismo da época. Na hemeroteca da Biblioteca Nacional, encontra-se disponível apenas a edição de nº 04 de 25 de janeiro de 1863.

¹⁵⁰ *A União: virtus unitas crescit*, circulava três vezes por semana, às terças, quintas e sábados. Era confeccionado na tipografia União, na rua de mesmo nome. Estão disponíveis na Hemeroteca da Biblioteca Nacional os exemplares dos anos de 1848 a 1862, não sequenciados.

¹⁵¹ Sobre o jornal *A estrela do Norte*, ver MARTINS, Karla Denise. *Civilização Católica*. Op. Cit,

da hierarquia eclesiástica da Igreja, como forma de implementar sua política ultramontana.

De acordo com o sociólogo Pierre Bourdieu, os jornais exercem papel de reivindicadores de classes, demonstrando, dessa forma, as condições políticas e sociais dessas, promovendo a integração social e, “enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (...), eles tornam possível o consenso acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: integração “lógica” é a condição da “integração moral”.¹⁵²

Os jornais católicos apresentavam características específicas, e circulavam nas províncias quase que unanimemente com formato gráfico comum entre eles. A linha editorial quase sempre estava organizada em torno da defesa da Igreja, dos valores cristãos, dos princípios da família e da moralidade cristã. Eram destinados tanto aos clérigos como a população católica, sob os auspícios dos bispos ultramontanos espalharam-se pelo Brasil, e ganharam corpo com suas ideias, como forma de legitimar o discurso da Igreja.

No Piauí, o primeiro jornal de perfil católico, publicado ainda no século XIX foi *A Cruz*, que teve as edições iniciadas em 1890. Segundo Celso Pinheiro Filho, o jornal nasceu sob a direção do Cônego Honorio José Saraiva, e era claramente uma reação aos reveses que a Igreja sofria nos momentos posteriores à Proclamação da República e a separação entre Igreja e Estado, quando os católicos, acuados, começaram a buscar na imprensa escrita meios de divulgar suas idéias e empreender a sua defesa diante dos inúmeros ataques de inimigos.¹⁵³ O jornal circulava aos sábados e tinha, como principais redatores, pessoas leigas, que promoviam a defesa da religião católica, do evangelho como instrumento da moralidade cristã, a defesa da pátria cristã e a tradição religiosa.

O jornal trazia, nas suas linhas, muitas vezes com certa “acidez” retórica, as divergências entre o atual sistema republicano e as diretrizes ultramontanas da Igreja, sobretudo reagindo contra as deliberações liberais advindas com a institucionalização da “nova ordem”. Na edição de número vinte e um, de primeiro de janeiro de 1891, com o título de “*Guerra à Igreja*”, já era estampado, na capa do jornal, a insatisfação dos redatores com as normas e as leis do sistema republicano. Assim, afirma o hebdomadário:

Para que fique indelevelmente gravado no espírito dos nossos concidadãos, quão cruel tem sido para nossa santa religião, governo provisório que parece ter tomado a peito a ideia de descristianizar a pátria brasileira, resolvemos publicar em todos os números deste periódico, a soma dos grandes males com que o mesmo provisório nos tem dotado, são eles: I. Os bens da Igreja ficam sujeitos às leis de mão morta. II. A República só reconhece o casamento civil, que precederá sempre ao casamento religioso. III. Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos. IV. Os cemitérios terão caráter

¹⁵² BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

¹⁵³ PINHEIRO FILHO, Celso. **História da Imprensa no Piauí**. Teresina. Projeto Petrônio Portela. 1972. p.34-35.

popular e serão administrados pela autoridade municipal. V. Nenhum culto ou Igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o governo da União ou dos Estados. VI. É excluída do país a Companhia de Jesus e proibida a fundação de novos conventos ou ordens monásticas. VII. São inelegíveis para o Congresso Nacional, os clérigos e religiosos de qualquer confissão.¹⁵⁴

Nas palavras escritas, ficava bem claro o caráter admoestador do jornal em conclamar a população, sobretudo as de espírito católico, a não aceitar as determinações e normas declaradas pela Constituição, bem como o descontentamento com o governo provisório nomeado para assumir a província piauiense. O discurso do hebdomadário também estava centrado na independência política e administrativa dos Estados, tanto é que, no mesmo ano, sai um artigo bem extenso com o seguinte título, *Autonomia dos Estados*. “É aspiração geral dos brasileiros, em cujos corações ainda não se extinguiu o amor da pátria, a autonomia dos Estados; todos sentem que este vasto país tem necessidade de adquirir vida própria”.¹⁵⁵

O jornal também convergia para as questões políticas, pois se preocupava com as eleições do Governo Provisório, que chamava de “Representação espetaculosa e trágica do teatro eleitoral dos Estados”, o que não deixa dúvida sobre o não reconhecimento por parte da Igreja, da autoridade representativa daqueles que pertenciam, nas palavras do jornal, ao “governo da ditadura”.

Os discursos¹⁵⁶ da prensa eram carregados de ironia, descabros retóricos e, por vezes, xigamentos àqueles que detinham o poder das normas republicanas, o Governo Central. Pelas palavras do jornal, a “ditadura”, instaurada com o advento da República, só foi possível porque os militares impuseram à força o regime; nas linhas do escritor, Frederico de S, da revista de Portugal,

A política do Brasil, está reduzida a arte de adular com mais ou menos sucesso, os militares. É inútil que os brasileiros estejam alimentando ilusões pueris. Os partidos políticos, hoje, só poderão galgar o poder agarrados à cauda do cavalo de uma general. Da união dos maranhenses, dependerá a autonomia do nosso Estado, desprendendo-o da cauda do cavalo de algum general.¹⁵⁷

¹⁵⁴ Guerra à Igreja. **A CRUZ**. Ano II, nº 21, janeiro de 1891, p. 1.

¹⁵⁵ Id. *Ibid.*, p. 2.

¹⁵⁶ Existem diferentes tipos de manifestações da escrita, no discurso religioso; o discurso doutrinário-religioso (aquele que aparece mais nos jornais), o de caráter estético-religioso (que tem como objetivo o convencimento) e o econômico-religioso (aquele que prega “os bens da salvação”). A análise do discurso procura desenvolver seus estudos relativos a visões de mundos inscritas no discurso. A formação de um discurso está fundamentada neste fundamento primordial – o dialogismo. Todo discurso vem ao mundo recheado por outros discursos com os quais impetra o diálogo.

¹⁵⁷ S. Frederico de. *Fastos da ditadura militar no Brasil*. 4ª ed. s/1. 1890. Todos os artigos assinados por Frederico de S. e posteriormente publicados nos volumes 1ª a 3ª da *Revista de Portugal*, são os seguintes: “Os acontecimentos do Brasil”(janeiro de 1890), “Fastos da ditadura”(fevereiro de 1890), “A ditadura no Brasil”(março de 1890), “As finanças e administração da ditadura brasileira”(abril de 1890), “A República Brasileira”(junho de 1890)

Há predominantemente um jogo de interesses políticos daqueles que escreviam o próprio jornal, que era um propagandista do “Partido católico”, à época. Desta forma, os discursos contidos são considerados espaços de representação social de poder construídos coletivamente e não individualmente. Ele somente pode ser analisado considerando-se suas condições histórico-sociais e suas diversas formas de produção. Todo discurso retrata uma visão de mundo determinada, necessariamente, pelo lugar de fala.¹⁵⁸

O conteúdo do hebdomadário apresentava, nas suas folhas, na sua totalidade, questões de ordem eclesial (relativa aos padres), ao governo (geralmente tecendo críticas), avisos e comunicados dos mais diversos, alguns relacionados aos tribunais. Em relação a este último, cito um caso bem peculiar relatado pelo jornal, que estabelece o quanto as divergências, entre os arautos da República e do catolicismo, estavam acentuadas. O título da matéria é, “*O diabo feito jurado*”, publicado também na página quatro da edição 21 de a 1891,

Lemos na seção – Tribunais e juízes – do Jornal do Comércio: O sr. Dr. Macedo Soares, presidente, declarou que não podia dispensar o jurado Thomaz Nogueira da Gama, pelo motivo que alegou de não servir no tribunal porque existia um ídolo (a imagem do Cristo que está colocada acima da cadeira do presidente), pois, não era isto motivo sério para escusa legal, visto que todos tem obrigação de respeitar a religião do próximo (apoiado por parte dos jurados presentes). Ora, pois! Ninguém nos tira da cabeça que aquele Tomaz de que ali em cima se fala, é o próprio diabo com figura de gente (se é que tem figura de gente o sr. Thomaz, cujo retrato desejaríamos possuir); porquanto, só o diabo teria tanto medo da cruz. Nessa hipótese, nada mais nos resta do que gritar com toda a força dos pulmões: Passa fora, maçarico.¹⁵⁹

Os republicanos usavam de vários artifícios para “excluir” todos os princípios, os costumes, as tradições do *ancien régime*, enquanto que os partidários da religião cristã usavam dos meios jornalísticos para, de forma irônica e singular, contrariarem os princípios instituídos. Teresinha Queiroz ressalta: “É importante verificar que a atuação política, mesmo dos insatisfeitos com o sistema como um todo, quase só eram possíveis dentro do próprio sistema, a partir da vinculação a um dos diferentes grupos oligárquicos no poder ou fora dela”¹⁶⁰.

Nota-se uma verdadeira “guerra”, em que se opõem dois lados antagônicos com interesses e princípios diferentes, mas todos tentando ocupar seu lugar, manter seu domínio e não deixar que este domínio seja corrompido. Todos estes estigmas levariam, sem sombra de dúvida, a embates acalorados, que iriam agravar-se substancialmente durante o advento da primeira República, embates estes que colocarão bispos, clérigos e os paladinos que defendiam

¹⁵⁸ CERTEAU, Michel de. As produções do lugar. IN: **A escrita da História**. Riode Janeiro: Forense universitária. 200.

¹⁵⁹ **A CRUZ**. Op. Cit. p, 4

¹⁶⁰ QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os Literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo**. 3ª ed. Teresina: EDUFPI, 2011, p. 328

seus lados: Igreja e maçons são interpretes de outra contenda, agora no Piauí, que, tendo início no alvorecer do século XX, se estendeu até a década de 20. Teresinha Queiroz afirma que,

[...] Também é correto afirmar que nos momentos de exacerbação das dificuldades entre Igreja e a Maçonaria no Piauí, entre 1902 e 1914, houve uma concentração de publicações em torno do tema e não apenas com artigos elaborados naquele momento. A maior parte dos artigos desse teor foi publicada na revista *Litericultura*, que circulou mensalmente ao longo dos anos de 1912 e 1913. [...] No Piauí, muitos homens de letras que não se envolveram de forma direta na luta entre o Bispado e Maçonaria, nem estiveram claramente vinculados à política de Miguel Rosa, -caso de Higinio Cunha- tinham em comum, além da eventual condição de maçom, princípios que faziam com que eles vissem as pretensões políticas da Igreja ameaçadoras.¹⁶¹

Como enfatizamos em momento anterior da análise, a criação de um órgão impresso de divulgação era parte das estratégias dos bispos de perfil ultramontano por todo o Brasil, assim, a criação de *O Apóstolo*, na Diocese do Piauí, seguiu o protocolo de ações dos bispos ultramontanos do período. O jornal, que inicialmente teve perfil direcionado à divulgação das ações do bispado, e ainda artigos voltados para esclarecimentos sobre os perfis desejados para os novos sacerdotes, ou ainda a massificação de novas ideias que redefiniam os padrões de vivência da fé, e mesmo a defesa de modelos masculinos e femininos voltados aos modelos cristãos de família. No entanto, o jornal, desde seu início, assumiu também postura de combate aos inimigos da Igreja católica naquele momento: os liberais, os homens vinculados a formas de reflexão social distanciados da doutrina da Igreja, que poderiam ser ditos como livre pensadores. No âmbito das religiões, poderíamos apontar ainda os protestantes e os espíritas.

O clima de animosidade foi aumentando à medida que as tensões se fizeram presentes em outros órgãos de imprensa divulgadores das ideias elencadas anteriormente, fazendo com que os católicos passassem a utilizar *O Apóstolo* como meio de defesa contra tais animosidades. A tensão se intensificou quando as disputas de ideias acabaram inevitavelmente resvalando para a seara das intrigas e disputas políticas. À medida que essas aproximações com a política partidária se mostraram inevitáveis, a temperatura dos artigos presentes em *O Apóstolo* aumentou, o tom ficou mais ácido, e a defesa da fé, dos princípios ultramontanos restritamente voltados à espiritualidade, passaram para o segundo plano. O jornal católico cumpria, assim, a sina da imensa maioria dos periódicos que circulavam no Piauí do período: caiu irremediavelmente, de corpo e alma, nas peijas da política partidária. O jornal *O Apóstolo*, o principal veículo de manifestação do catolicismo romanizado, passou a ser veículo de defesa dos ataques dos anticlericais e em seguida, órgão de divulgação de ideias partidárias.

¹⁶¹ Id. Ibid. p. 220.

Para Teresinha Queiroz, “O estudo das manifestações anticlericais pressupõe a análise das relações entre a Igreja e os Estados em âmbito geral”¹⁶². Os dilemas, entre o poder civil do Estado e o poder religioso da Igreja, vinham de uma relação que oscilava entre tentativas de um relacionamento ora comungante, ora conflituoso, o que provocava perturbações, sobretudo políticas, entre as duas instituições, tendo desdobramentos nas diversas províncias existentes no Brasil.

No âmbito regional, especificamente na província do Piauí, nos anos finais do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX, os conflitos resultantes das diversas reformas propostas pela Igreja, desde a segunda metade do século XIX, fizeram surgir polêmicas jornalísticas que, se a princípio tiveram objetivos de refutar as formas de pensamento entre os que saíam em defesa da Igreja e de seus princípios e os outros que defendiam calorosamente os fundamentos da República, por outro lado, alcançaram proporções complexas, saindo do cunho literário para o pessoal. Os inúmeros artigos, crônicas, charges, panfletos, entre outras formas de manifestações publicadas na imprensa local, proliferaram-se de forma frenética, com conteúdo, cujo objetivo não era somente contradizer seu opositor, mas também envergonhá-lo perante a opinião pública.

Teresinha Queiroz, no seu trabalho *Os Literatos e a República* (2011), destaca ainda a importância da imprensa e da política para a Igreja católica naquele momento, pois era instrumento eficaz na conquista de novos adeptos, e de que ela não poderia abrir mão, sob pena de ver expandirem-se as funestas ideias de que estavam imbuídos intelectuais, maçons e parte dos próprios homens ocupantes de altos cargos do poder público estadual¹⁶³, o que nos leva a afirmar que os jornais, que circularam nos últimos anos do século XIX e nas duas décadas iniciais da república, possuíam objetivos bem específicos, fossem eles políticos, religiosos, culturais, literários, propagandistas ou disseminadores de ideias particulares e interessadas de um ou de outro grupo formado por membros das letras, da maçonaria ou da Igreja católica.

A preocupação dos adeptos do anticlericalismo¹⁶⁴ também estava direcionada à atuação de Dom Joaquim Antonio de Almeida e do seu clero, pois o bispo, após tomar posse como primeiro bispo diocesano, implementou diversas reformas que ganharam notoriedade e respaldo popular na comunidade piauiense, acendendo a fúria dos adversários, que intensificaram suas críticas em publicações em jornais maçons defensores da República, uma relação que já vinha

¹⁶² QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os literatos e a República**, Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo. 3ª ed. Teresina: EDUFPI, 2011, p. 248.

¹⁶³ Ibid., p. 220.

¹⁶⁴ Ibid., p.93.

apresentando perturbações no contexto geral brasileiro, desde a Questão Religiosa em 1872 e, aqui no Piauí, intensificaram-se nos primeiros anos da República.

4.2 Jornal *O Apóstolo*: uma estratégia ultramontana

Desde quando foi criado, o jornal *O Apóstolo* tornou-se uma estratégia prodigiosa de seu idealizador Dom Joaquim. Ao aglutinar as diretrizes ultramontanas a partir do texto jornalístico, o propósito era sobretudo alcançar a camada mais elitizada da sociedade piauiense haja visto que grande parte da população não sabia ler nem escrever. Através de editoriais de primeira capa em que eram expostos os desejos e as orientações pastorais do bispado, o jornal potencializou como um forte instrumento inovador e modernizador de comunicação entre as ações eclesiais do bispo e seus fiéis. O caráter romanizador era visível e admoestava toda a comunidade cristã católica a se lançar em defesa dos princípios que regem a família, a sociedade e até mesmo a política.

O Apóstolo foi criado pouco mais de um ano após a chegada de Dom Joaquim Antonio de Almeida, primeiro bispo da diocese piauiense. D. Joaquim cumpria assim uma das iniciativas presentes nas ações dos bispos ultramontanos: a institucionalização de uma imprensa católica que publicasse os valores do catolicismo romanizado, que divulgasse as ações diocesanas e promovesse a doutrinação dos fiéis. As manifestações dos articulistas do jornal aos fiéis, tendo como proponente o bispo diocesano, acendeu a desconfiança daqueles que acreditavam que a Igreja deveria apenas portar-se como detentora da religião católica e não como elemento social público e notório, e desagradou sobretudo os bacharéis oriundos da Escola de Recife, adeptos do liberalismo e filiados à maçonaria.

Já na primeira edição, de 19 de maio de 1907, estava estabelecido de forma bem concisa os objetivos do jornal, “Trabalhar pelo bem da pátria piauiense, tornar conhecido os benéficos frutos desta religião santa, cujas bênçãos superabundantes caindo sobre a geração nova que surge em todos os corações”¹⁶⁵. As proposições do hebdomadário estavam bem definidas. Também tinha como propósito chegar às camadas mais pobres da sociedade, algo difícil de ser realizado, haja visto que uma grande parte da população, sobretudo as de menor renda, viviam mergulhadas no analfabetismo.

O jornal, como quase toda a imprensa do Piauí, era um periódico formatado em moldes artesanais, não se caracterizando como empreendimento empresarial. Apresentava estrutura editorial organizada, mas se mantinha com recursos próprios vindos das assinaturas e das

¹⁶⁵ O nosso aparecimento. **O APÓSTOLO**. Ano I, nº 1, Teresina, 19 de maio de 1907, p. 1

contribuições dos fiéis. No início, o periódico circulava todos os domingos e muitas vezes era vendido aos fiéis antes e depois das celebrações da santa missa. Quanto aos assuntos abordados, podemos afirmar que os “editoriais” eram elaborados pelo bispo ou por seus representantes e ainda contava com artigos defendendo a moral e os bons costumes, bem como a Igreja; as notícias referentes ao expediente do bispo apresentavam uma conotação maior. Tinha uma parte de avisos e comunicados de aniversários, convites, notas de falecimentos, telegramas recebidos, geralmente de pessoas ilustres da alta sociedade ou de políticos, e divulgava ainda os horários das missas celebradas nas igrejas de Teresina. As visitas pastorais do bispo e notícias das paróquias do interior vieram a fazer parte do jornal somente após algumas edições. Ao final, trazia a parte de anúncios.

Dom Joaquim usou do próprio jornal *O Apóstolo* como forma de comunicação mais eficaz entre os padres das diversas paróquias e os assuntos de interesse da Diocese. Na edição do jornal de 19 de junho de 1907, o bispo conclamava os padres paroquianos para a necessidade e a responsabilidade de divulgação e propagação de *O Apóstolo* junto aos fiéis, como forma de disseminar entre estes a boa leitura, os santos princípios do catolicismo que deveriam ser praticados e conhecidos por todos os homens. Ao mesmo tempo, ressalta que o jornal seria uma forma das comunidades saberem sobre os movimentos internos e externos do mundo eclesiástico civil, deixando bem claro a separação que deve haver entre os assuntos da Igreja e os do estado.

O bispo diocesano faz menção, em nota circular, aos leigos, e o papel fundamental que teriam na difusão do jornal, faz inclusive menção às zeladoras do Apostolado da Oração, definindo-as como entidade de suma importância no projeto de divulgação do jornal, ao tempo em que convoca as associadas para empreenderem esforços no sentido de conseguir o maior número de assinaturas e auxílios possíveis, como forma de manter funcionando a tipografia do periódico.

Na edição da semana seguinte, 23 de junho de 1907, outra circular do bispo diocesano ocupava as duas colunas iniciais do jornal, e, mais uma vez, dirigida ao Apostolado da Oração, alertando aos membros da associação religiosa sobre a necessidade de a Igreja piauiense ter meios para espalhar a “boa notícia” e a “boa leitura”¹⁶⁶. Dom Joaquim já alertava para as más leituras, a sede de saber pela ciência, bem como a liberdade dos maus livros de deitar-se no colo das crianças como repousar nas mãos do adulto. Argumenta que o jornal será um “antídoto”, um remédio contra tão pernicioso epidemia moral, levando a todas as famílias piauienses os

¹⁶⁶ Circular. Id. Ibid., Ano I, nº 6, Teresina, 23 de junho de 1907, p. 1

princípios da moralidade, dos bons costumes e da boa leitura. Ao desenvolver a análise das diversas edições do jornal *O Apóstolo*, levamos em conta o recorte temporal, o contexto da produção do jornal e como as informações do jornal foram interpretadas pelo público leitor, aqui especificamente, fazendo referência aos anticlericais.

Desde a sua primeira edição, em 19 de maio de 1907, o jornal *O Apóstolo* teve como pauta obrigatória a divulgação das ações da Igreja católica na Diocese do Piauí e, irá continuar fazendo isso em todos os momentos de sua existência. No entanto, já a partir da edição de número 7, estas impressões começam a aparecer de forma mais tímida, ganhando progressivamente espaço os artigos que expressavam o combate contra as opiniões expressas por articulistas discordantes publicadas em outros jornais. Os burburinhos anticlericais apresentavam seus primeiros passos vindos daqueles que foram considerados durante todo o tempo de existência do jornal *O Apóstolo*, como os que bravejavam contra a Igreja e seus padres: os maçons.

Aqui, cabe fazer uma ressalva: quando trabalhamos com jornais impressos a partir de um recorte temporal, devemos fazer um esforço a fim de que compreendamos que os jornais são meios eficazes de transmissão de uma discurso social abrangente socialmente capaz de difundir ideias, promover sociabilidades, promover expectativas e representações específicas de um grupo ou instituição, o que nos deve permitir, durante todo o percurso da pesquisa, e, posteriormente, da escrita, a possibilidade de “desconfiar” de todos os argumentos embutidos nos jornais; não foi diferente com *O Apóstolo*.

Desta forma, cabe dizer que a pesquisa, aqui proposta, não esgota as diversas possibilidades de apropriação das 280 edições do periódico católico *O Apóstolo* e potencialmente “digeri-las” a ponto de explorá-las ao limite e transformá-las em novas expectativas de construção de um entendimento mais amplo dos fatos que motivaram as querelas anticlericais. As impressões aqui contidas foram extraídas a partir dos indivíduos sociais que fizeram parte integrante dos acontecimentos da época. As representações aparecem a partir dos aspectos sociais vigentes, das relações entre os indivíduos postos no jornal, pois devemos considerar que a imprensa carrega consigo toda uma leva de interesses e possibilidades de manipulação de valores sociais, políticos, culturais e religiosos, não sendo um simples “veículo de informações, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos”¹⁶⁷

¹⁶⁷ MARTINS, Karla Denise. **Cristóforo e a romanização do inferno verde: as propostas de Dom Macedo Costa para a civilização da Amazônia (1860-1890)**. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. UNICAMPI: Campinas, SP, 2005, p. 52.

Os fatos tratados em *O Apóstolo* são de uma vastidão imensa, e devem ser analisados de forma pormenorizada. Daí, podemos perceber que as diversas querelas entre os partidários e defensores do catolicismo e os livres pensadores, não pode ser compreendido a partir somente do envolvimento de padres e anticlericais, mas sim de um conjunto de participantes, alguns pertencentes a hierarquia da Igreja, outros bacharéis e literatos identificados com o projeto de restauração do catolicismo piauiense e alguns dissidentes da própria maçonaria, o que não nos dá margem para pensarmos nestas divergências apenas envolvendo dois grupos antagônicos.

Desta forma, é mais fácil compreendermos porque, ao longo do percurso temporal do jornal *O Apóstolo*, as desavenças entre estes grupos muitas vezes saíram do campo da religião para o campo social-político, o que nos faz pensar que os interesses postos não eram somente de reorganização e reformulação da Igreja Católica, mas sim, a partir dos preceitos da institucionalização do catolicismo, a implementação de um sistema de poder, tendo como suporte a religião e a Igreja. O palco dos “combates” estava bem definido e a polarização entre divergentes de um sistema, que tentava se instalar num contexto social diferenciado do que foi na colônia e em quase todo o império, agora trava uma batalha ríspida entre os convergentes, que agora estavam protegidos pelo novo regime republicano, que trouxe consigo todas as prerrogativas e todos os princípios do iluminismo francês abominado pela Igreja católica.

Não podemos fazer uma análise dos conteúdos contidos no jornal *O Apóstolo* sem notar que os articulistas do periódico usaram o jornal para disputas com os seus opositores políticos, o que nos faz afirmar que a filosofia do hebdomadário católico, em muitas ocasiões, passou de um jornal estritamente católico para um impresso político. As desavenças entre os partidários e defensores da Igreja e os livres pensadores maçons, não foram estritamente por causa das ações da Igreja, mas sim por causa da influência política e social desta, o que nos leva a pensar que os espaços sociais podem influenciar os espaços de poder. As dicotomias entre religião e maçonismo, veiculadas explicitamente nos jornais da época, sejam eles católicos ou maçons, não tiveram apenas interesse de se posicionarem no seio da sociedade, mas foram manifestações que tinham propósitos bem explícitos e bem definidos no seio da política local.

Em *O Apóstolo*, uma das primeiras manifestações contra os maçons expressas no jornal foram contra os articulistas do *Pará-maçom*, órgão da maçonaria paraense. Localizado numa quarta coluna do jornal católico na edição de nº 7 de 30 de junho de 1907 com um pequeno título: “*de relance*”, não apresentava autoria, como a grande maioria dos artigos publicados no jornal. É possível perceber claramente, nas palavras ásperas do autor, o sentimento de recriminação diante do que fora comentado no jornal maçom paraense. As críticas do periódico maçom estavam centradas no bispo diocesano, o que fez acender a ira do articulista defensor

de Dom Joaquim. Usando palavras e frases como, “Ainda continua o rabugento missivista”, “Torpes objurgatórias”, “O cão que ladra de longe, não faz medo”, “Infamante rabiscador”, o autor da matéria defendia abertamente o bispo Joaquim e expressava sua repulsa contra o jornal maçom e seu autor

O Bispo que dirige os destinos da Igreja piauiense tem consciência para cumprir o seu dever. Não são as palavras ocas da imprensa descaracterizada, nem os apupos de meia dúzia de ímpios, que se amotina nesta terra, onde milhões de almas boas comungam o mesmo óbolo da fé, que servirão de norma ao governo espiritual desta Diocese.¹⁶⁸

A tônica do discurso estava direcionada aos membros da imprensa maçônica, que faziam intensas críticas à forma de governo do bispo diocesano e de suas implementações reformistas que incomodavam o grupo maçom, a princípio no Pará e posteriormente, aqui no Piauí. As frequentes exposições do jornal *O Apóstolo*, como órgão de divulgação das ações do bispado piauiense, tornou públicas as diversas iniciativas do bispo, fazendo com que estas atuações do bispo se popularizassem, pondo em risco o advento de um novo tempo republicano e um retorno ao antigo regime.

Segundo Germano Moreira Campos (2010), “uma das preocupações da Igreja com a imprensa era vigente desde o século XIX, onde a instituição adotou a política de manter suas próprias publicações, afim de fazer frente aos veículos de comunicação que difundissem ideias contrárias e diferentes daquelas emanadas pela Igreja Católica”.¹⁶⁹ Na edição número um de 1907, *O Apóstolo* refletia criteriosamente o que era e como deveria ser a imprensa católica no Piauí, ao afirmar que, “[...] a imprensa católica representa atualmente a grandeza moral dos povos; ela é o depósito dos grandes acontecimentos, a fortaleza da verdade, a oficina do bem, o escudo da justiça, o Átila terrível do erro”¹⁷⁰.

A manifestação da Igreja piauiense, por meio do seu órgão de divulgação, estava centrada, ao menos a princípio, na construção de uma proposta alçada sob a efervescência da criação da Diocese piauiense e do domínio religioso, de seu representante maior, Dom Joaquim Antonio de Almeida. Fazia necessário impor certas “normas” de conduta a todos aqueles que pertencessem ao seio da Igreja. Neste sentido, as manifestações clericais se faziam necessárias através da imprensa. O jornal *O Apóstolo* se tornou não somente um instrumento de divulgação

¹⁶⁸ De relance. **O APÓSTOLO**. Ano O, nº 7, Teresina, 30 de junho de 1907, p.1

¹⁶⁹ CAMPOS, Germano Moreira. **Ultramontanismo na Diocese de Mariana: O governo de Dom Antônio Ferreira Viçoso (1844-1875)**.2010. 133f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto,2010

¹⁷⁰ Id. Ibid.,.1907, ano I, nº1, p. 4.

das ações da Igreja, mas também um veículo doutrinador no meio dos cristãos que se rejubilavam com as novas diretrizes compulsórias de sua “madre”.

Teresinha Queiroz (2011), ao se referir ao jornalismo católico, retrata bem como a postura da Igreja católica esteve sempre pautada em impetrar, junto à sociedade, seus interesses em busca de uma modernização que estivesse sob o prisma de Roma,

[..]dessa maneira, é necessário ter em conta a auto compreensão da Igreja, bem como as políticas adotadas no sentido da consecução de seus projetos. Entre as fontes para o estudo da atuação da Igreja no âmbito regional estão os boletins, as cartas pastorais, a imprensa católica, as polêmicas diversas, os livros de orações, as biografias e panegíricos de religiosos, além de publicações diversas do laicato católico. Consultada em parte, essa documentação fornece perspectivas para a interpretação das posturas da Igreja frente à sociedade e na defesa de seus próprios interesses.^{1714 6. 172.}

Não nos parece apropriado, ao menos neste momento, entrar no mérito de como estes emaranhados de documentos tiveram sua atuação diante de uma nova configuração da Igreja no Piauí, visto que o nosso objeto de estudo é o jornal *O Apóstolo* mas, ao mesmo tempo, restamos fazer certas reflexões sobre o prisma da importância que teve cada um destes na consolidação de um projeto institucional solidificado em terras mafrenses, que se consubstanciou em um projeto inovador diante de um contexto republicano iluminista.

4.3 Uma Igreja clerical de polêmicas anticlericais

Em artigos publicados na edição de número 26, do dia 10 de novembro de 1907, do jornal *O Apóstolo*, foram dedicadas quase todas as páginas do hebdomadário a combater as palavras do senhor Adalberto Peregrino da Rocha Fagundes, publicadas nas colunas do *comércio*, no domingo anterior, que com o título *anticlericalismo* foram feitas afiadas críticas à Igreja, ao papa e ao clero. Logo, os fiéis escudeiros aliados do catolicismo, vieram, através do jornal católico, asperamente contradizer o “*insensato*” colunista, e deixando claro os objetivos do órgão oficial da Diocese do Piauí:

Anticlericalismo

Subordinado à epígrafe supra, trouxe o “Comércio” de domingo passado, um artigo assinado pelo sr. Dr. Adalberto Peregrino, atacando, sem mais preâmbulos, a Igreja Católica, o Romano Pontífice e o clero, deixando bem patente em suas palavras que está disposto a entrar em luta aberta com a Religião que aliás, não se incomoda com sua senhoria. Para o ilustre Dr. dar prova da sua impiedade, não precisava escrever nas páginas do “Comércio”, em letras grandes este “chavão “—anticlericalismo—que já não produz

¹⁷¹ QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo**. 3. Ed. Teresina: EDUFPI, 2011, p. 248.

nenhuma impressão no espírito público. O “Apóstolo”, órgão da imprensa piauiense, quando apareceu na liça do jornalismo indígena, traçou o seu programa e disse ao público que se destinava à propagação do Evangelho e à defesa dos interesses da Igreja e da sociedade, onde quer que se oferecesse ocasião. Antes de tudo, porém, devemos dizer ao sr. Dr. Adalberto Peregrino que “O Apóstolo”, saindo ao encontro das teorias ímpias de sua senhoria, saberá discutir os princípios básicos em que se funda a sociedade que ainda não se divorciou dos augustos preceitos que têm acompanhado os povos na evolução da verdadeira civilização.¹⁷³

Embora as “intrigas” entre o Dr. Adalberto Peregrino e os redatores do Apóstolo, nesta ocasião, estivessem diretamente subordinados às formas retóricas de escrita publicadas no hebdomadário, os falatórios redacionais das publicações, seja neste ou naquele jornal, estavam permeados pelas questões religiosas. Todos procuravam auto afirmar-se diante dos novos tempos. A busca de uma identidade singular era latente nos dois grupos, apenas os meios e os objetivos eram diferentes. Estes eram construídos à base de muita intriga, disputas e fofocas jornalísticas; se os jornais eram os canhões, as linhas editoriais dos artigos publicados eram as munições.

As questões mais significativas, que ora se tornaram imprescindíveis para o entendimento das disputas entre livres pensadores e a Igreja, cercam-se necessariamente de análises e pesquisas de jornais e periódicos relacionados à religião, à maçonaria e aos liberos culturais liberais, quase todos bacharéis ou recém-formados na Escola de Recife, todos com profissões e funções bem definidas, ou àqueles que escreviam nos folhetins, divulgando, espalhando e rebatendo, até com certa arrogância intelectual, aos fiéis escudeiros da Igreja ou mesmo ao patriarca desta, seu alvo principal. Para Teresinha Queiroz,

Do ponto de vista das atividades intelectuais, os literatos estudados foram sobretudo jornalistas, professores, escritores e juristas [...]. Os literatos ainda se auto identificavam como biógrafos, trovadores, folcloristas, polígrafos, sociólogos, filósofos, tradutores, ensaístas, novelistas, dramaturgos e filólogos. [...] No Piauí, as condições que permitiram o acirramento das divergências e o enfrentamento entre maçons, livres pensadores, clero e laicato católico, bem como o conteúdo político-partidário dessas dificuldades e os resultados em termos de retaliação de ambos os lados ainda estão por ser avaliados.¹⁷⁴

Parece-nos claro que, ao tentar entender estas desavenças entre dois grupos totalmente antagônicos com linhas de pensamento divergentes, nos impões certas limitações de compreensão de como este processo tornou-se mais arrojado nos últimos anos que antecederam o período republicano, sendo acirrado logo depois. A busca para um consenso entre as duas

¹⁷³ Anticlericalismo. **O APÓSTOLO**, 1907, ano I, nº 26, p. 1.

¹⁷⁴ QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 3. Ed. Teresina: EDUFPI, 2011, p. 118-119.

partes tornou-se quase impossível; os interesses estavam subjugados, cada um de acordo com seu grupo ideológico ou político.

As posturas e as manifestações anticlericais colocavam em xeque a própria organização e reformas implantadas por Dom Joaquim Antonio de Almeida. A Igreja Piauiense não podia tolerar tamanha afronta contra os valores de uma instituição milenar. Entra em cena *O Apóstolo*, que, com suas linhas editoriais, reafirma o compromisso de todos os fiéis católicos para com a Igreja de Pedro, de defendê-la dos que rogam para si o vírus do novo século. No editorial da primeira folha do jornal, da edição número vinte e oito, do dia vinte quatro de novembro de 1907, em uma carta pastoral dirigida ao clero e ao povo de sua arquidiocese, com a assinatura do Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, conclama a todos a se manifestarem publicamente em defesa da Igreja e do Sumo Pontífice, Pio X,

CARTA PASTORAL DO Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro
AO CLERO E AO POVO DE SUA ARCHIDIOCESE

Esse é o momento solene da providencia, Irmãos e Filhos muito amados; vamos vingar a honra da Igreja, a honra do Pedro, na pessoa de seu augusto sucessor. Todos os corações católicos deverão sentir-se tomados de santo alvoroço, por se lhes deparar ocasião tão propicia de manifestarem publicamente sua fé e darem ao Romano Pontífice solene reparação das injurias, que lhe têm sido irrogadas pelos incrédulos e sectários da época atual, tão violentos, quão desumanos, principalmente na França. São eles que, por seus representantes, estão governando essa gloriosa nação e cavando-lhe o abismo, em que ela se há de sepultar. [...] Lembremo-nos, Irmãos e Filhos muito amados, que devemos o que somos à Religião Católica: por ela bateram-se e deram a vida nossos gloriosos antepassados. Foi ela que deste vasto país, sepultado outrora nas trevas da ignorância e nas abjeções da barbaria, formou esta grande nação, exuberante de vida, sedenta de progresso, sentada hoje no convívio das nações civilizadas. Firmes nesses sentimentos o orgulhoso de nossa origem e de nossas tradições, cerremos fileiras para repelir os elementos dissolventes e perturbadores da paz e de nossa harmonia. Firmes nos sentimentos puros, que nos infunde a fé e a piedade filial, vamos unidos apresentar ao Pai querido os protestos do nosso amor e da nossa obediência. Vamos derramar o balsamo de nossa carinhosa fidelidade nas feridas abertas em seu coração.¹⁷⁵

As palavras se dirigiam ao povo católico do Rio de Janeiro, mas foram divulgadas amplamente nas páginas de três edições do hebdomadário piauiense, como uma simetria de chamamento de todos os fiéis da nação brasileira para se fazerem presentes na defesa do prelado romano e do catolicismo. Há uma referência direta à nação francesa e ao seu “*socialismo* que trouxe o seu bojo um torvelinho de desmandos, de injustiças e arbitrariedades”¹⁷⁶. “Deus Nosso

¹⁷⁵Carta Pastoral do Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro ao clero e ao povo de sua arquidiocese. Id. Ibid., 1907, Ano I, nº 28, p. 1.

¹⁷⁶ Id. p. 1

Senhor, Irmão e Filhos muito amados, preserve o nosso querido Brasil desses males, o conserve sempre unido ao Pontifício Romano, à Cadeira de Pedro, centro de verdade e de luz.”¹⁷⁷

A alusão, feita à França, está diretamente ligada aos novos rumos tomados por aquela nação, ao liberalismo, agora como fundamento do novo governo, em contradição à doutrina pregada pela Igreja Católica. Estes dogmas, sustentados por Roma, sempre foram disseminados entre o povo, sobretudo aos assíduos frequentadores das missas dos domingos, mas também foram objetos de divulgação nos jornais. No dia 9 de julho de 1865, o hebdomadário, *O Missionário Católico*, do Rio de Janeiro, já afirmava publicamente, aos seus fiéis, todas as premissas firmadas no Concílio Vaticano I:

A um edifício eterno, era preciso um fundamento eterno: a uma sociedade que deve durar em todos os tempos, é preciso sempre um poder vivo para governar. Que se diga embora, exclama Bossuet, que o ministério de São Pedro acabasse com ele, porque o que deve servir de sustentáculo a uma Igreja eterna, não poderia não poderia jamais ter fim. Pedro viverá em seus sucessores e falará sempre em sua cadeira. [...] Todos os concílios são unânimes em reconhecer no bispo de Roma o sucesso de São Pedro e o herdeiro de seu primado. Morreu como bispo e seu sucesso está identificado como ele a tal ponto, que Pedro parece reviver e se perpetuar em sua pessoa. [...] Todas as vezes desde o Oriente até o Ocidente, e da história, se unem para formar como um conceito unânime, que o Pontífice Romano é o sucesso de São Pedro e o herdeiro de seus direitos. À soberaneidade espiritual e a infalibilidade doutrinária do Pontífice romano, formalmente proclamadas pela Escritura, não tem necessidade rigorosamente falando de ser estabelecida por outras provas históricas.¹⁷⁸

Já a parte dispositiva do documento do Concílio Vaticano I tem o seguinte teor:

O Romano Pontífice, quando fala "ex cathedra", isto é, quando no exercício de seu ofício de pastor e mestre de todos os cristãos, em virtude de sua suprema autoridade apostólica, define uma doutrina de fé ou costumes que deve ser sustentada por toda a Igreja, possui, pela assistência divina que lhe foi prometida no bem-aventurado Pedro, aquela infalibilidade da qual o divino Redentor quis que gozasse a sua Igreja na definição da doutrina de fé e costumes. Por isto, ditas definições do Romano Pontífice são em si mesmas, e não pelo consentimento da Igreja, irreformáveis.¹⁷⁹

A Igreja, ao reafirmar sua *ex cathedra*, confirma também a infalibilidade do episcopado católico, o que provocaria uma disseminação de discordância entre o poder civil (temporal) e o poder religioso (Igreja). Os territórios de poder e identidades começavam a se desfigurar, formando, o que antes era uma unidade, em espaços fragmentados, cada um tentando manter-se independentes, determinando suas especificidades e seu aparato de autoafirmação social.

¹⁷⁷ Id. Ibid. p.1).

¹⁷⁸ In Constituição Dogmática *Pastor Aeternus*

¹⁷⁹ Idem. (Aulete digital) Movimentos que, surgiram na França, tinham como princípio a independência da Igreja Católica romana de cada país, sem subordinação ao papa. (No início, os movimentos defendiam a interferência dos reis franceses nos negócios do papa; depois do séc. XVII, a autonomia dos bispos franceses. Deixaram de se manifestar depois que o Concílio do Vaticano (1870) tornou dogma a infalibilidade papal.)

David Gueiros Vieira entende o conflito como “de um lado, uma colisão do galicanismo, jansenismo, liberalismo, maçonaria, protestantismo, deísmo e racionalismo ¹⁸⁰ todos vagamente aliados contra o conservadorismo e ultramontanismo da Igreja Católica do século XIX”¹⁸¹.

Alguns anos depois de criado, o jornal *O Apóstolo* se volta preferencialmente para questões políticas, tornando-se mesmo órgão de divulgação de política partidária. Tal decorreu, em parte, influenciada pelas deliberações do 2º Congresso Católico, que definiu, como um encaminhamento necessário, a criação da União Popular do Brasil, essa foi a principal decisão firmada pelos congressistas, surgida com um propósito claro: expandir o catolicismo militante por todo o país. Neste processo, as associações de leigos tomariam seu lugar e influenciaram, decisivamente os rumos do jornal *O Apóstolo* a partir da sua edição nº 109 de 1909, quando o hebdomadário passa a se chamar *Órgão Popular Católico*. A tônica do novo discurso, presente no jornal, mesclava embates provocados pela religião com a política local, o que fez acirrar mais ainda os ânimos entre partidários do bispo, agora sob a liderança de Elias Martins e os livres pensadores maçons.

O Apóstolo passava a se envolver diretamente na política partidária com objetivos bem definidos; um destes era a eleição para o substituto de Antonino Freire, apoiando de forma bem contundente Odilo Costa, homem afinado com o catolicismo piauiense e ferrenho opositor de Miguel Rosa, senhor de seguir a “doutrina” maçônica, questões que tomaram corpo em 1911, ampliando as querelas entre a Igreja e o Estado. Uma das discussões, que assolaram as mentes mais cultas, era claramente estampada nas linhas do jornal o *Apóstolo*, que num artigo intitulado, “*Pese o que disse*” (não assinado), estampava-se de forma evidente o que ocorreu entre Miguel Rosa e redator do jornal (não assinado):

Já sabíamos que o bacharel Miguel Rosa gostava de trocar ás coisas, as suas verdadeiras cores. Realmente padece ou finge padecer tal ilusão óptica, porque lhe estão aparecendo trocadas as proposições do *O Apóstolo*. Leu s. s.: “todo o clero escreve em suas páginas”, em lugar de, “pode declarar guerra também a todos os padres desta capital, porque todos são solidários, são redatores d’*O Apóstolo*. Não negue a verdade conhecida por tal, porque é muito feio. Ainda o bacharel: “diga a folha do bispado quem toma a si o cargo” da da discussão comigo. Discutir o quê? Se ainda não tocou no ponto cardinal, a saber, si é ou não o autor da nojenta local editada pela “*Gazeta* “! Entretanto já uma vez dissemos e agora repetimos: são redatores do *Apóstolo* todos os padres desta capital. Escolha, pois, a todos ou a qualquer deles e diga as coisas

¹⁸⁰ (Aulete digital) Movimentos que, surgiram na França, tinham como princípio a independência da Igreja Católica romana de cada país, sem subordinação ao papa. (No início, os movimentos defendiam a interferência dos reis franceses nos negócios do papa; depois do séc. XVII, a autonomia dos bispos franceses. Deixaram de se manifestar depois que o Concílio do Vaticano (1870) tornou dogma a infalibilidade papal.).

¹⁸¹ VIEIRA, David Gueiros. **O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil**. Brasília: UNB, 1980, p. 27

escabrosas de podres na certeza de que eles dirão também as cousas escabrosíssimas do ex-acadêmico o do ex-juiz, Cousa singular! Ainda ontem o professor de trás da Sé era o deus te acuda de seu chefe; hoje lhe é “malicioso gazeteiro”.¹⁸²

Os discursos eram bastante inflamados, e não mediam esforços para desmoralizar o oponente, de ambos os lados. As contendas estavam centradas sobre as linhas que cada um redigia, mas sobretudo do conteúdo destinado a cada uma delas e, claro, isto era feito pelos jornais. Os editoriais estavam assoberbados de palavras contrárias umas às outras, que sublinhavam perfeitamente o aviltamento e as discrepâncias que se sucederiam. O jornal *A Gazeta* estava manifestadamente se opondo às diretrizes da Igreja e à sua popularidade, que aumentava dia a dia, como podemos observar nas linhas abaixo:

ESSA É BÔA!!

Quando, ao levantar-nos da mesa de jantar, recebemos a “*Gazeta*” do professor Benedicto e vimos o espaventoso “é assombroso”! Íamos tendo uma congestão, supondo que estava prestes a se verificar a profecia de que toda a América do Sul se há de submergir. Com calma, porém, chegámos a evidência de que se tratava de uma resposta a “*O Apóstolo*”. Não somos nós que entendemos que o homem da “*Gazeta*” “envenena o coração das crianças que lhe recebem instrução»; é ele com sua teoria do círculo quadrado, quem o assegura, como já provou “*O Apóstolo*”, passado. O que é bico não é cabeça, sr. Benedicto; não se pode ser moral e imoral ao mesmo tempo, seja qual for a profissão que se exerça. Não foi “a perícia” do *Apóstolo* que descobriu imoralidade no local de sua “*Gazetinha*”. Antes que ele o fizesse, já outros tinham falado, já diversos cavalheiros com quem conversáramos, enxergavam a malícia com que fora escrita a indigna e insulsa pilhéria a que *bom quengo* chamou artigo, e quando, mas não fora.¹⁸³

Os desentendimentos estavam centrados na imprensa através dos jornais *O Comércio*, *O Monitor*, *A Gazeta*, *O Piauí*, *O Reator* e *O Apóstolo*, desencadeadas por uma desavença entre o Monsenhor Joaquim de Oliveira Lopes e a Maçonaria. Em um dos momentos mais cruciais, as desavenças chegaram a ponto de por em risco o relacionamento do Governo do Estado e a Igreja, podendo gerar uma crise institucional, até que, como forma de amenizar os conflitos, a alta cúpula da Igreja decidiu transferir o bispo do Piauí, Dom Joaquim Antônio de Almeida, para a cidade de Natal.

4.4 Levante dos vencidos: protagonismo do jornal *o apóstolo* e os embates do tempo.

Em 1871, os embates entre clericais e anticlericais têm seus primeiros eventos, instala-se no Rio de Janeiro o conflito entre a Igreja e a Loja Maçônica da rua do Lavradio¹⁸⁴ que vai

¹⁸² Pese o que disse. **O APÓSTOLO**. Ano I, nº 13, Teresina, 11 de agosto de 1907, p. 2

¹⁸³ Id. Ibid., p. 2

¹⁸⁴ Em 1872, por ocasião da aprovação da lei “Visconde do Rio Branco”- lei do Ventre Livre”, o padre Almeida Martins, maçom, resolve proferir um *sermão* em linguagem maçônica, para aclamar a aprovação da proposta

rapidamente evoluir para o conflito de consequências maiores entre a Igreja e as irmandades, acabando por desaguar na Questão Religiosa, que como já vimos, teve como decorrência a prisão dos bispos de Olinda e do Pará.

Esses conflitos vão se prolongar, com momentos de maior ou menor tensão, até 1930, período de dissolução do predomínio da ordem liberal no Brasil. Para a Igreja, tratada durante quase quatrocentos anos como parte estrutural do Estado, sendo aquela que gerava valores culturais e representações do Estado civil brasileiro, o choque que se deu através da separação imposta pelo Estado e o seu afastamento da ordem pública e social, a fez tomar novos rumos, agora não mais sob a dependência do Estado.

Thiago Werneck Gonçalves, na sua dissertação de Mestrado sobre periodismo maçônico e cultura política na corte imperial brasileira -1871/1874, apresenta concordância com a historiografia brasileira ao afirmar que

A igreja nacional, seguindo o caminho do catolicismo romano, buscou se reformar em uma verdadeira reação aos acontecimentos que questionavam sua hegemonia desde o período revolucínário francês. Em nosso país, à medida que o clero de orientação ultramontana criticava a prerrogativa imperial do “beneplácito”, o embate se tornava mais acirrado.¹⁸⁵

A Igreja católica, desde o Concílio de Trento, tinha suas características muito bem definidas: era ultramontana e suas diretrizes e orientações estavam centradas em Roma e era de lá que vinham. Se essa característica, por um lado, constituía uma forma paralela de poder em relação ao Estado desde o fim do padroado, por outro lado, tornava a Igreja detentora de uma prática cultural singular, moldada em princípios rígidos e centrados no domínio romano. A divulgação de bulas papais, contra as práticas maçônicas e seus adeptos, foi o estopim que fez inflamar as desavenças entre Igreja e adeptos do liberalismo/positivismo.

No período republicano, tendo propósitos bem diferenciados, Igreja e Estado procuraram formas de expandir seus “domínios”; o Estado com sua filosofia liberal e a Igreja buscando formas de se adequar à nova situação de desvinculação do estado e ao novo regime, centrando suas forças nas reformas ultramontanas, sobretudo usando estratégias e instrumentos de propagação de sua doutrina, como os jornais, os colégios confessionais, as novas associações de leigos católicos e a melhor formação dos padres seculares.

de Visconde do Rio Branco, presidente do Conselho de Ministros e *grão-mestre* da maçonaria. Ao tomar conhecimento de tal fato, Dom Pedro de Lacerda, prontamente suspendeu os direitos eclesiásticos do sacerdote, provocando a ira dos maçons que em protesto contra a Igreja e o Bispo afirmavam que se tratava de uma interferência de Roma nos assuntos internos do País.

¹⁸⁵ GONÇALVES, Thiago Werneck. **Periodismo maçônico e cultura política, política na corte imperial brasileira – (1871-1874)**. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, p.52.

No contexto piauiense, as ações reformadoras de caráter ultramontano, fomentadas por Dom Joaquim Antonio de Almeida, tiveram seu apogeu nos primeiros anos de seu bispado a partir de 1906. O jornal *O Apóstolo* foi um dos projetos que deu certo, nos primeiros anos como órgão oficial de divulgação e ações da Igreja católica no Piauí, tendo momentos distintos no seu perfil editorial, como já fora apresentado. Embora, no início, o jornal estivesse voltado diretamente para a propagação dos princípios ultramontanos e tendo Roma como delibadora, sua linha editorial estava voltada para objetivos bem específicos: valorização e defesa do catolicismo, dos dogmas católicos, a defesa dos valores morais e bons costumes associados ao catolicismo romano. Estas características acenderam a desconfiança daqueles que tinham, nos ideais e prerrogativas liberais e positivistas, os parâmetros para a construção de um novo mundo. Esse grupo era composto principalmente por bacharéis formados na Escola de Direito do Recife, que, inbuídos de novas ideias, deram origem a uma guerra de palavras cujo palco principal foram os jornais da época.

No dia 29 de julho de 1907, o jornal *O Apóstolo*, na edição de nº 11, em uma de suas colunas intitulada *É muito!*, já antecipava o confronto sectário que se insurgia e que se agravaria nos anos seguintes, colocando, em lados opostos, Igreja e livres pensadores. Chamados de inquietos inimigos da sociedade, dos bons costumes e de Deus, pelo autor anônimo da coluna, fazia-se um alerta aos fiéis católicos sobre as ofensas que eram feitas ao prelado, bispo diocesano, Dom Joaquim Antonio de Almeida, pelos articulistas anônimos do jornal *A Gazeta*, adjetivados no artigo como: vilipêndiosos, sujos e imorais, homens desqualificados moralmente, que usavam das palavras, da imprensa, e do anonimato, para insultar os redatores do *Apóstolo*.¹⁸⁶ Nas linhas do periódico católico, estavam bem visíveis o alerta que era feito aos seus leitores, tomando para si a responsabilidade de, em nome da família teresinense, adverti-los contra as investidas do proprietário da *Gazeta*, o senhor Benedito Lemos.

Para o autor do artigo do jornal *O Apóstolo*, existe um agravante em relação ao proprietário do jornal *A Gazeta*, devido este ser chefe de família e professor, o que torna sua responsabilidade ainda maior, por permitir que artigos desta magnitude, geralmente construídos por pessoas instruídas pertencentes à mais alta classe de educadores piauienses, fossem publicados no jornal de sua propriedade,

Não é esta a primeira vez que, de furto, se nos tem atirado insultos e indecências pelas colunas de outros e deste jornal, dirigido por um moço que desempenha a sublime missão do magistério e, como tal devia ministrar lições de moral aos seus educandos e não consentir que em um órgão sob a sua

¹⁸⁶ *É muito!*. O APÓSTOLO, Ano I, nº 11, Teresina, 29 de julho de 1907, p. 2.

direção se publicasse falsas tolices e imoralidades que pervertem a mocidade transpondo as portas dos lares e vão escandalizar as mais recatadas famílias.¹⁸⁷

Os defensores do bispo diocesano fazem inclusive um apelo ao governador do Estado, Dr. Álvaro Mendes para que, em vista das ofensas contra o prelado e o clero piauiense, publicadas na Gazeta, tome as devidas providências contra os “transviadores da alma, da mocidade e dos bons costumes”.¹⁸⁸ Havia uma vigilância e uma preocupação constante em relação às matérias que eram publicadas nos jornais notoriamente contrárias às ações da Igreja, disseminadores de hostilidades e de posições anticlericais. A hierarquia católica não via com bons olhos as investidas dos proprietários dos jornais que circulavam nas mais prósperas cidades piauienses, dando destaque e atenção aos articulistas dos noticiários da capital que por meio de textos bem organizados e com críticas ferozes, expunham ideias contra a Igreja e o bispo diocesano.

Devemos nos ater ao fato de que as desavenças, existentes entre os escritos anticlericais dos jornais e a Igreja católica no Brasil, sobretudo nos anos finais do século XIX e primeiros anos do XX, não podem simplesmente ser compreendidos como fenômenos de disputas religiosas, tendo por causa os privilégios concedidos a alta hierarquia da Igreja, mas como conflito de maior amplitude, assentada em divergência de ideias de caráter eminentemente prático e reformador.¹⁸⁹ O texto anticlerical é forjado dentro das fronteiras que separam natureza, política e princípios republicanos da religião católica.

Desde os primeiros números de *O Apóstolo*, em 1907, já se podia sentir e perceber as contendas entre livres pensadores e defensores da Igreja e do bispo D. Joaquim, que se intensificariam posteriormente. A fim de corroborar nossa afirmação, a peleja entre os redatores do *Apóstolo* e da Gazeta, do Senhor. Benedito Lemos, continuariam até a edição nº 16 de 01 de setembro de 1907. Com títulos, como: *Ficou no mesmo*¹⁹⁰, *Essa é boa!*¹⁹¹, *Nasce te Ipsum*¹⁹², *Ao professor*¹⁹³, *Finis questions*¹⁹⁴, *Crevit metus*¹⁹⁵, *Terminando*¹⁹⁶ e *Para terminar!*¹⁹⁷.

¹⁸⁷ Id. *ibid.*

¹⁸⁸ Id. *Ibid.*

¹⁸⁹ SANTOS, Cristian José Oliveira. **Devotos e devassos: Representações dos padres e beatas na literatura anticlerical brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2014, p. 37.

¹⁹⁰ Ficou no mesmo! **O APÓSTOLO**, Ano I, nº 12, Teresina, 4 de agosto de 1907, p. 2.

¹⁹¹ Essa é boa! Id. *Ibid.*, Ano I, nº 13, Teresina, 11 de agosto de 1907, p. 3.

¹⁹² Nasce te ipsum. Id. *Ibid.*, Ano I, nº 14, Teresina, 18 de agosto de 1907, p. 2.

¹⁹³ Ao professor! Id. *Ibid.*

¹⁹⁴ Finis Question! Id. *Ibid.*, Ano I, nº 15, Teresina, 25 de agosto de 1907, p. 3

¹⁹⁵ Crevit metus! Id. *Ibid.*

¹⁹⁶ Terminando! Id. *Ibid.*, Ano I, nº 16, Teresina, 1 de setembro de 1907, p. 2

¹⁹⁷ Para terminar. Id. *Ibid.* p.3

Destacamos aqui a edição de *O Apóstolo* de nº 13, de 11 de agosto de 1907, em que numa coluna do jornal denominada de: *Pese o que disse!* dá início a uma das maiores desavenças entre seus interlocutores, tendo, como figura central, o bacharel Miguel Rosa e seus artigos, supostamente publicados no jornal *A Gazeta*, que antes já foi palco das discórdias envolvendo os articulistas de *O Apóstolo*. O estranhamento se deu justamente em decorrência do conteúdo ofensivo feito aos padres e ao bispo diocesano, ganhando proporções maiores, culminando com a invasão da Igreja de Nossa Senhora do Amparo por membros da maçonaria, no dia 26 de maio de 1909, à noite. Na ocasião, aconteciam as comemorações das festividades do mês mariano, cuja celebração, naquele dia, estava sendo realizada pelo vigário da matriz, o cônego Joaquim de Oliveira Lopes. Os invasores maçons tinham, à frente, Abdias Neves, juiz substituto da seção do Estado do Piauí e Miguel Rosa, diretor de instrução pública.

Logo, o jornal *O Apóstolo* tratou o fato como “ódio sectário” maçom, desencadeado pelos invasores contra a religião católica e sua Igreja, relatado pelo jornal, da seguinte forma:

Debaixo de uma saraivada de ameaças, dentro do templo, sem o menor respeito à família católica teresinense que ali estava representada, foi o insólito sacerdote, convidado a não mais falar sobre a maçonaria, como se a tal maçonaria gozasse de prerrogativas tais, que não pudesse ser analisada luz da história o da razão! Aos gritos daqueles que querem liberdade para si e não a querem para os outros, diante daquele ataque à liberdade da palavra, feito por homens, que tem posição na sociedade, foi indescritível o pânico que se estabeleceu no seio das famílias que assistiam aos exercícios espirituais.¹⁹⁸

O fato desencadeou reação imediata da Igreja. No dia seguinte, Dom Joaquim, por meio de carta dirigida ao Governador do Estado, com teor reivindicatório, solicitava ao governante as devidas providências que o caso exigia, cooperando assim para a estabilidade, a ordem e a garantia dos direitos postergados no fato mencionado, e concluiu afirmando que esperava manter o respeito e a inteligência até hoje mantidos entre os governo estadual e diocesano.¹⁹⁹ Na carta, fazia menção direta aos líderes da invasão, Miguel Rosa e Abdias Neves, cujo objetivo, de acordo com o jornal *O Apóstolo*, era silenciar o celebrante e Pároco, cônego Gil.

As comemorações do mês mariano foram interrompidas por decisão do Bispo diocesano que, em ordem expressa, solicitou ao cônego Gil, enquanto vigário geral da diocese, que ordenasse a todos os párocos da capital, Teresina, o fechamento de todas as Igrejas. A circular, assinada pelo vigário da igreja do Amparo, foi datada de 28 de maio de 1909. Esta decisão acabou afetando a tradição católica dos festejos marianos realizados no mês de maio todos os

¹⁹⁸ Situação grave!. Id. Ibid., Ano III, nº 103, Teresina, 30 de maio de 1909, p. 1

¹⁹⁹ Id.

anos, o que provocou descontentamento dos fiéis. Alertado, o governador logo tratou de entrar em contato com o vigário geral, que o recebeu no dia 28 de maio em sua residência e solicitou ao Cônego Gil que transmitisse ao bispo diocesano suas providências e que continuasse as celebrações do mês mariano, pois ele não iria permitir que houvesse perturbações nas igrejas, algo que não foi atendido por Dom Joaquim, que manteve as igrejas fechadas durante os festejos.

Cônego Gil costumava usar de suas prerrogativas de Vigário Geral da Diocese, e pároco da igreja do Amparo, para falar aos fiéis sobre a maçonaria de forma crítica, pública e retoricamente irônica, o que atiçou a fúria dos invasores. A intenção de Abdias e Miguel Rosa juntamente com outros maçons, era silenciar o vigário geral que, para eles, incitava a população contra os princípios da maçonaria.

Em contraposição ao Bispo, os bacharéis publicaram, no jornal *O Comércio*, a sua versão dos fatos ocorridos, situando-se como inocentes, que foram provocados pelo vigário geral da igreja do Amparo. Esta versão dos fatos foi desmentida pelos redatores do jornal *O Apóstolo* na edição de nº 105 de 13 de junho de 1909. Na resposta divulgada em *O Apóstolo*, os redatores afirmavam que os Srs. Diretores da Loja maçônica eram bastante conhecidos na cidade, e que, exatamente por isso, não causava estranheza o modo pelo qual desfiguravam, nos jornais, os fatos presenciados por uma grande parte da população teresinense.

Desse incidente em diante, passaram a ser publicadas, no jornal *O Apóstolo*, matérias cujo teor estava relacionado ao mal que a maçonaria poderia causar aos fiéis católicos e ao povo piauiense. O episódio da invasão da Igreja do Amparo, e seus desdobramentos, não foi o único acontecimento que marcou a radical cisão entre os bacharéis e os defensores da Igreja, mas foi de fundamental importância para alavancar as discórdias que se acentuaram nos anos seguintes.

Dentre as respostas dos maçons às atitudes do clero diocesano, destacamos a portaria publicada no jornal *O Comércio* em 1909, cuja assinatura trazia o nome de Miguel Rosa que, como diretor da instrução pública, proibia o ensino religioso nas escolas mantidas pelo poder público. O referido ato provocou a revolta do bispo diocesano que, imediatamente, levou o caso até o governador do Estado, Anísio Auto de Abreu, informando o mesmo sobre o teor da referida portaria. Fazendo-se de desentendido, o chefe do Estado praticamente ignorou os interesses de Dom Joaquim, o que alvoroçou mais ainda as contendas entre Igreja e Maçons. Na edição seguinte, *O Apóstolo* trouxe, na sua primeira página, um artigo com o título: *O ensino sem Deus*, de Brasílio Machado, numa referência clara às ações de Miguel Rosa. No primeiro parágrafo, o articulista já afirmava que a instrução, apartada do ensino religioso, seria incapaz

de formar moralmente os homens²⁰⁰, em clara tentativa de rebater e contrariar a mensagem de Miguel Rosa. Nos números de *O Apóstolo* subsequentes, diversas matérias contra o maçonismo e os senhores Abdias Neves e Miguel Rosa foram publicadas, algumas respondendo a artigos publicados no jornal *O Comércio*, que, segundo o periódico católico, eram armações contra o Bispo e o clero, outras, procuravam alertar os leitores católicos sobre as mentiras que eram publicadas em *O Monitor*, que pertencia à Anísio de Abreu.

Claramente, o jornal *O Apóstolo*, agora, não mais direcionava sua orientação editorial somente para a divulgação dos dogmas católicos, das ações pastorais do bispo, para a defesa da moral cristã e da pátria. Embora essas diretrizes fossem seguidas até a sua última edição, a partir daquele momento havia outros interesses a serem defendidos. Assim, na edição de 9 de janeiro de 1910, *O Apóstolo* estampa, na sua primeira página, na coluna editorial, a importância do pleito presidencial, que estava próximo, ao tempo em chamava a atenção dos eleitores católicos para os parâmetros que deveriam ter na sua escolha eleitoral. O jornal mencionava claramente quais eram seus candidatos à Presidente e Vice-Presidente da República, respectivamente, Ruy Barbosa e Albuquerque Lins, fazendo elogios às suas qualificações e imprimindo um certo caráter de “obrigatoriedade” de seus eleitores em aderir à sua campanha e apoiá-los

Nós, os católicos, não temos somente o dever cívico de exercer um direito magno, mas também a obrigação imperiosa de agirmos pela vitória dos nossos princípios, contribuindo com o voto para que os escolhidos da Nação sejam homens do valor intelectual, virtuosos e amigos da Religião e da Pátria. Pedimos, pois, a todos os amigos com a máxima instância que sufraguem os nomes dos nossos candidatos, fazendo franca e esforçada propaganda pelo seu triunfo. Não é somente a União Popular que trabalha em prol de Ruy Barbosa e Albuquerque Lins; muitos outros piauienses, como inúmeros grupos de brasileiros ilustres em todos os Estados, com o apoio de eminentes representantes do país, prestam-lhes igualmente espontâneo e eficaz concurso. A todos aconselhamos acordo no trabalho da causa comum. O futuro da pátria está em jogo; o Piauí espera que cada um de nós cumprirá o seu dever.

Subscrevemo-nos com estima e consideração²⁰¹

O artigo de primeira capa do jornal *O Apóstolo* era assinado pelos seus redatores, padres e membros da sociedade local: Elias Martins, Cônego Raymundo Gil, Collect Fonseca, Coronel José Portela, Conego Joaquim de Oliveira Lopes, Augusto Ewerton e Silva, Conego Fernando Lopes e Silva e Padre Amâncio Ramalho. Ao mesmo tempo que expressava e conclamava os eleitores a apoiar e votar nos candidatos indicados, *O Apóstolo*, por meio de seus articulistas e editores, desqualificava a candidatura de seu opositor, Marechal Hermes da Fonseca.

²⁰⁰ A educação sem Deus. Id. Ibid., Ano III, nº 104, Teresina, 6 de junho de 1909, p. 1

²⁰¹ Teresina 1 de janeiro de 1910! ”. Id. Ibid., Ano III, nº 135, Teresina, 9 de janeiro de 1910, p. 1.

Ao mesmo tempo, as publicações nos jornais maçons alertavam a população para a importância do pleito presidencial e agraciava com elogios o candidato de oposição à Rui Barbosa. Para os maçons, o Marechal Hermes merecia apoio e consideração, por representar a glória nacional pelo seu espírito de ordem, de moderação e pelo seu bom senso prático, sendo, além disso, um devotado à República, o que suscitava o mais caloroso entusiasmo.²⁰²

As edições seguintes de *O Apóstolo* já traziam estampadas, na primeira página, os nomes de Ruy Barbosa e Manoel Joaquim de Albuquerque Lins²⁰³, como candidatos da *União Popular*. Se, de modo genérico, podemos afirmar que o periódico católico se tornou instrumento de propaganda dos candidatos da *União Popular*, também é possível afirmar que a aproximação dos membros da sociedade ligados à Igreja com a eleição presidencial não era um caso singular. Essa aproximação se fazia presente na política local há alguns anos, por exemplo, com o governo de Álvaro Mendes e Areolino de Abreu. As possibilidades, que poderiam vir com a vitória de Ruy Barbosa, estavam bem definidas entre os partidários do bispo. O catolicismo brasileiro já experimentara antes os sabores de sua convivência e participação no parlamento político, agora, com a República e desde a separação do Estado e da Igreja, os dissabores eram maiores.

O apoio católico a Rui Barbosa tinha raízes nos momentos finais da relação entre igreja e estado no Brasil, após a Proclamação da República. É fato que, logo após a instalação da República brasileira, o próprio Estado, agora sob os domínios do liberalismo, do positivismo, tomou medidas desfavoráveis à Igreja, pondo em risco o catolicismo. O decreto de laicização do Estado 119-A, de 07 de janeiro de 1890, pôs fim ao regime do padroado e, uma semana depois, outro decreto, definindo o calendário republicano, suprimiu todas as datas comemorativas ligadas à religião católica, incluindo o natal. Logo, a alta hierarquia da Igreja procurou meios de combater tais medidas ou, pelo menos, de fazer acordos, a fim de que a Igreja não percesse diante do novo regime. Assim, Dom Antonio de Macedo Costa, um dos bispos protagonistas da Questão Religiosa, na década de 1870,²⁰⁴ procurou, então, Rui Barbosa, político influente no novo regime, para que esse intermediasse e amenizasse as possíveis ameaças direcionadas à Igreja naquela circunstância delicada:

Aproveitando-se do fato de ter sido professor de Rui Barbosa no Colégio da Bahia, D. Antônio de Macedo Costa escreveu-lhe ainda em dezembro de 1889, no calor da proclamação da República realizada em 15 de novembro daquele

²⁰² A eleição de março. **O MONITOR**. Ano V, nº 176, Teresina, 17 de fevereiro de 1910, p.1

²⁰³ No dia 16 de agosto de 1909, Rui Barbosa, escreve a Manuel Joaquim Albuquerque Lins solicita que este interceda junto ao partido para que Rodrigues Alves aceite sua indicação para Presidente da República. A carta pode ser encontrada digitalizada em <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/1300/1/Carta%20Manoel%20Joaquim%20Albuquerque%20Lins.pdf>. Acesso em: 13 dezembro de 2017.

²⁰⁴ Questões já discutidas no capítulo um e dois deste trabalho.

ano, para lembrar-lhe de suas raízes católicas, das promessas de importantes republicanos, como Quintino Bocaiúva (1836-1912) e Marechal Deodoro da Fonseca (1827-1892), acerca da manutenção dos direitos católicos, bem como aconselhar-lhe no sentido de que o novo regime brasileiro se espelhasse no modelo estadunidense, de liberdade religiosa, e, não, no modelo francês, de perseguição religiosa. As propostas de D. Macedo Costa foram parcialmente aceitas.²⁰⁵

O pedido de Dom Macedo não foi atendido na íntegra, mas teve seus efeitos, sobretudo em relação à garantia de manutenção das propriedades religiosas pertencentes à Igreja católica, algo que atemorizava a alta hierarquia da instituição.

Nas questões locais, no cenário piauiense, nos poucos meses que antecederam a eleição presidencial de 1910, os problemas acometidos pela intensificação das disputas entre maçons e membros ligados à Igreja atingia um estágio de agravamento nunca antes visto. O governo estava apático e não demonstrava interesse em intervir nas disputas acirradas que se davam entre membros da alta administração governamental, o que fez com que os membros da *União Popular* solicitassem ao governo do Presidente Nilo Peçanha as providências devidas, “O que é urgente, o que é urgentíssimo, é que S. Ex.^a intervenha no caso, oficial ou oficiosamente, por seus agentes diretos no Estado ou indiretamente por seus amigos políticos”²⁰⁶. O próprio Bispo diocesano enviou telegramas ao Presidente pedindo providências, pois, segundo *O Apóstolo*, até ameaça de morte o Bispo já tinha recebido.

Os articulistas do jornal *O Apóstolo*, encabeçados pelo seu redator chefe, Elias Martins, vinham publicando no hebdomadário que os fatos que se desenrolaram no dia 2 de dezembro, a saber, a invasão do palácio episcopal por parte dos maçons, havia sido planejado antecipadamente pelos invasores. Acusavam o chefe de polícia, Coronel João Rosa²⁰⁷ de aproveitar-se da doença do governador Anísio de Abreu, para, junto com juiz substituto, Abdias Neves, tramar contra o bispo diocesano, Dom Joaquim Antonio de Almeida, versão que foi prontamente negada e desmentida pelos articulistas do jornal maçom *O Piauí* e o *Monitor*. O fato desencadeou uma série de manifestações de solidariedade, sobretudo de outros bispos de outras dioceses, para com o prelado piauiense.

O pedido de intervenção, dirigido à autoridade maior da Presidência da República, teve como causa os fatos que ocorreram no dia 2 de dezembro. A solicitação dos articulistas do jornal *O Apóstolo* foi publicado no próprio jornal na edição de nº 136 de 16 de janeiro de 1910

²⁰⁵ AQUINO, Maurício de. **A implantação da República e a Igreja Católica no Brasil e em Portugal: o caso das congregações femininas portuguesas em diáspora (1911-1921)**. Revista Brasileira de História das Religiões – ANPUH, São Paulo, Ano IV, n. 10, maio 2011, p. 2

²⁰⁶ O governador agonizante. **O APÓSTOLO**. Ano III, nº 136, Teresina, 16 de janeiro de 1910, p. 2.

²⁰⁷ Devemos lembrar que o Coronel Rosa tinha como filho o bacharel Miguel Rosa, personagem que já citamos e que voltaremos a falar dele posteriormente.

e ressaltava todas as possibilidades que poderiam vir a suceder e o “atentado” que estava por acontecer para com o bispo. Os articulistas estavam se referindo às diversas investidas que eram feitas pelos maçons contra Dom Joaquim Antonio de Almeida, bispo da diocese do Piauí, que culminou com a invasão do palácio episcopal e, possivelmente, uma tentativa de encarceramento do bispo. Segundo o próprio jornal, a intenção era fazer com que o prelado abandonasse a Diocese e voltasse para Caxias. A matéria, publicada em *O Apóstolo*, tinha as seguintes chamadas: “**VIOLENCIA INAUDITA. Apelo ao Presidente da República. Atentado que planejam os maçons do Piauí. A expulsão do Bispo de Teresina. AMEAÇA DE EMPASTELAMENTO. O Governador agonizante**”²⁰⁸.

No pedido de intervenção, feito ao governo central, os signatários do jornal *O Apóstolo* ressaltam as possíveis consequências que poderão advir com a omissão do governo de Nilo Peçanha, ao mesmo tempo que emitia advertência pela displicência do governo local, que se tornou refém do maçonismo. O jornal fazia referência diretamente ao juiz titular, tecendo-lhe elogios, ao mesmo tempo em que bravejava contra o seu substituto na pessoa de Abdias Neves,

A confusão neste ponto já fizemos desaparecer, dirigindo-nos agora mesmo ao colega. O Juiz federal, na seção deste Estado. É um magistrado íntegro, incapaz de compactuar, neste ponto, com o seu substituto. É um homem educado que, com quanto pense diferente de nós, em matéria de religião, nunca deixou de respeitar o modo de pensar de quem quer que seja. O Juiz substituto é que foi um dos exasperados agressores do monsenhor Lopes na Igreja do Amparo.²⁰⁹

O pedido, estampado em *O Apóstolo*, expressava o receio que tinham os partidários, ligados ao bispo, de que as contendas alcançassem as ruas e partissem para o confronto físico, algo que não era improvável, devido a efervescência que tinha tomado conta dos atores envolvidos, não somente por parte dos maçons, mas porque a população católica começava a se movimentar em favor da Igreja católica, “A agressão que no Piauí, tanto quanto o sr. Bispo, sofre, os católicos brasileiros. Não podem ficar sem corretivo imediato e enérgico. O passo da audácia da maçonaria. É perigoso. Tudo tem limites, e a paciência dos católicos também é limitada.”²¹⁰. O acontecimento do dia 2 de dezembro, ocorrido na capital, não tardou a ser divulgado, e se espalhou, tornando-se a notícia mais propagada daquele momento, e não tardou em chegar aos cantos mais remotos do Estado. Em resposta ao pedido feito pelo bispo D. Joaquim e seus defensores, Nilo Peçanha, tomando de sua autoridade como Presidente da

²⁰⁸ Violência inaudita. Apelo ao Presidente da República. Atentado que planejam os maçons do Piauí. A expulsão do bispo de Teresina. Ameaça de empastelamento. O governador agonizante. Id. Ibid. Ano III, nº 136, Teresina, 16 de janeiro de 1910, p. 2.

²⁰⁹ Ibidem.

²¹⁰ Ibidem

República, telegrafou às autoridades das forças federais aquarteladas em Teresina, ordenando que prestassem o auxílio necessário ao bispo, dando-lhe proteção e garantia de vida, possibilitando o exercício de suas sagradas funções.

Nas primeiras edições do jornal *O Apóstolo*, no ano de 1910, ano das eleições presidenciais, algumas colunas do jornal, contendo notícias e informações acerca da invasão do palácio episcopal, bem como alguns pronunciamentos em defesa do bispo, somente foram publicadas pouco mais de um mês depois, precisamente em janeiro. Citamos aqui a carta telegrama do jornal, solicitando providências ao governo federal, datada de 5 de dezembro de 1909, e publicada na edição de *O Apóstolo* de nº 136 de 16 de janeiro de 1910, e o discurso do deputado Barbosa Lima,²¹¹ pronunciado na Câmara Federal na sessão de 15 de dezembro de 1909, sobre o ocorrido, manifestando seu apoio à Dom Joaquim e demonstrando preocupação com o fato, ao tempo em que solicitava providências por parte das autoridades federais. O pronunciamento do deputado Barbosa Lima foi publicado na edição de 30 de janeiro de 1910.

No decorrer das edições seguintes, o jornal *O Apóstolo* continuou a relatar o ocorrido no dia 2 de dezembro, ao tempo em que propagava, no jornal, os nomes de Rui Barbosa para presidente e Manoel Joaquim de Albuquerque Lins como vice, com colunas publicadas no jornal enaltecendo as qualidades e honradez dos candidatos. Alguns registros específicos no jornal recebiam o título de *Ruy e Lins*, sendo publicados diversas vezes pelo hebdomadário.

Na edição de 20 de fevereiro de 1910, *O Apóstolo* traz, na sua coluna logo na primeira página, uma circular intitulada, Igreja Católica. Circular de seis Bispos. Católicos só devem votar em católicos²¹², assinados pelos bispos, datado de 24 de dezembro de 1909 e assinado pelos bispos, Silvério, arcebispo de Mariana; Eduardo, bispo de Uberaba; Joaquim, bispo de Diamantina; Antonio, bispo de Pouso Alegre; Prudêncio, bispo de Goiás e João, Bispo de Copacabana. O teor da circular estava centrado em alguns pontos básicos: a liberdade de imprensa, o ensino leigo, o divórcio e o maçonismo empenhado na perseguição da igreja, recomendando aos fiéis que não votem para cargos públicos naqueles que não são considerados bons católicos e conclamando a todos que trabalhem pelas eleições dos indicados pela igreja.

²¹¹ Alexandre José Barbosa Lima nasceu em Recife no dia 23 de março de 1862, filho de Joaquim Barbosa Lima e de Rita de Cássia Cintra Barbosa Lima. Com a proclamação da República (15/11/1889), atuou desde os dias na consolidação do novo regime e, por essa campanha, foi eleito deputado constituinte pelo Ceará. Assumiu sua cadeira em 15 de novembro de 1890, quando foi instalado o Congresso Nacional Constituinte no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIMA.,%20Alexandre%20Barbosa.pdf>. Acesso em: 17 de novembro de 2018.

²¹² Igreja Católica. Circular de seis Bispos. Católicos só devem votar em católicos. **O APÓSTOLO**, Ano III, nº 141, Teresina, 20 de fevereiro de 1910, p. 1.

No Piauí, alguns fatos ocorridos em Teresina merecem atenção, devido ao caráter de competição e adversidade que se injetou na sociedade por causa das eleições presidenciais. No dia 6 de março de 1910, o telégrafo anuncia que os candidatos Rui Barbosa e Lins Albuquerque estão com maioria de votos e, para comemorar tal fato, um grupo de apoiadores ligados à Igreja católica piauiense realizam uma passeata nas ruas da capital. À noite, logo após a *União Popular* ter realizado sua reunião, saem às ruas acompanhado da banda guarani ao mesmo tempo que se faziam cumprimentos ao bispo diocesano, Dom Joaquim, a redação de *O Apóstolo*, o Desembargador Helvídio Aguiar e Dr. Demosthenes, juiz federal e apoiadores da causa. O percurso tinha como destino a casa de Elias Martins. Os manifestantes faziam saudação à Rui Barbosa. Terminada a manifestação, quando estavam prestes a ir para suas casas, um grupo opositor, formado por apoiadores do Marechal Hermes da Fonseca, aparece na mesma rua em que se encontravam os manifestantes. Vejamos como o jornal *O Apóstolo* faz a narrativa dos fatos:

Quando o povo se preparava para retirada, um grupo de Hermistas, resumidíssimo, apareceu, na rua, precedido da banda de música da polícia. Esse grupo, no auge do desespero, organizou uma passeata, dizem, para abafar o entusiasmo dos Ruistas, e com verdadeira imprudência atravessou pelo meio daquela multidão, que, ao avistai-os, rompeu em calorosa apoteose a Rui Barbosa. Dizemos imprudência, porque se não fora a intervenção do nosso venerado chefe e de alguns sacerdotes ali presentes, que continham o povo, certo teria se dado grave conflito. A atitude dos srs. Hermistas foi temerária, e ainda mais pela circunstância de passarem, muitos desses senhores, ostensivamente de revólveres em punho. O que mais indignou o povo, foi a estupidez do anarquista italiano Giardini, que ia à frente dos adversários, armado de revolver, cuspido assim, na face deste povo bom o ordeiro a maior das afrontas. Não, o anarquista Giardini não pode afrontar a 'sociedade Teresinense. Fiquem aqui registradas estas considerações e o público já terá feito o seu juízo, condenando a temeridade dos nossos adversários o a prudência com quais agimos.²¹³

Evidenciavam-se as características de disputa entre adversários, agora sob os mandos das eleições presidenciais. Passando-se pouco mais de uma semana, no dia 15 de março de 1910, assume o governo do Estado Antonino Freire, para o mandato até primeiro de julho de 1912. Logo os membros da *União Popular* trataram de dar as boas-vindas através de *O Apóstolo* ao novo governante.

Na edição de nº 144, de 20 de março de 1910, o jornal *O Apóstolo*, em um artigo denominado de as “Eleições de 1º de março”, faz pesadas críticas à administração governamental do Piauí, às possíveis fraudes nas mesas eleitorais com respaldo de pessoas ligadas ao governo e cita, explicitamente, os personagens centrais das contendas contra a Igreja,

²¹³ Sempre os mesmos. Id. Ibid. Ano III, nº 143, Teresina, 13 de março de 1910, p. 3.

Abdias Neves e Miguel Rosa, que segundo o jornal, são participantes e líderes dos ilícitos cometidos.²¹⁴

A questão não está mais centrada apenas no caráter pessoal, mas numa cisma de viés político, sem menosprezar as causas originais das desavenças entre os dois grupos. Os dois pilares da discórdia, desde o primeiro momento em que teve início a contenda, estão bem definidos e respondem pelo nome de Miguel Rosa e Abdias Neves. Os momentos mais tensos entre Igreja e maçonaria agora estavam bem presentes. Não foram somente os romances, as publicações nos jornais maçons, as diversas ações governamentais dos anticlericais contra o catolicismo ultramontano do bispo que intensificaram as divergências.

Para os defensores de Dom Joaquim, enquanto líder maior da Igreja piauiense, todos estes tinham como objetivos bem definidos a desqualificação das ações desenvolvidas por Dom Joaquim e sua derrocada. Isto poderia ser feito por todos os meios possíveis, inclusive pela política. O que antes era tido como “a concretização de um dos grandes sonhos do povo piauiense, uma vez que a maioria da população era católica”²¹⁵, tornou-se um pesadelo para os anticlericais, cuja única forma de acabar era com a deposição daquele que representava todos os vestígios do passado, de todos os princípios contrários à República, do liberalismo e do jansenismo.

Para Áurea da Paz Pinheiro, “as críticas não são feitas à religião, mas ao fanatismo religioso. Era preciso que se respeitasse o sentimento religioso. A sociedade precisava de instrução e liberdade, não de ignorância e fanatismo”²¹⁶. Acreditamos que, embora a princípio, houvesse certo interesse na instalação de um bispado no Piauí em vista de não mais se manter a dependência do Maranhão, ou mesmo porque eram um dos grandes desejos da população de maioria católica, o que percebemos, através da pesquisa, e a reafirmação destes princípios, mas não somente estes. A institucionalização de um poder centralizador romano, determinante, seja do ponto de vista ideológico ou político, foi percebido pelos anticlericais, o que tornou a revolta mais acirrada. O surgimento de uma nova aurora dos tempos modernos não poderia ser ofuscado pelas matrizes conservadoras de poder que antes existira.

Se, para alguns anticlericais e maçons, o perigo estava na Igreja e no clero, para outros, aqueles mais acirrados, o perigo estava em Dom Joaquim e suas ações reformistas, cujo único objetivo era implantar uma forma de poder centralizadora ao seu redor tendo como suporte o

²¹⁴ Eleições de 1º de março. Id. Ibid., ano III, nº 144, Teresina, 20 de março de 1910, p. 1.

²¹⁵ PINHEIRO, Áurea da Paz. **As ciladas do inimigo: as tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX**. Teresina. Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001, p. 116.

²¹⁶ Ibidem. P. 117

catolicismo ultramontano. O jornal *O Monitor*²¹⁷ de 17 de fevereiro de 1910, faz diversas críticas de formas pejorativas e irônicas ao clero e a Dom Joaquim:

O Piauí, sereno e feliz - que já o foi-, viu um dia invadir-lhe o solo uma enfiadora negra desses vampiros que, sagazes, captar, souberam a simpatia e a esforço do povo piauiense que jubiloso e cheio de fé resolveu depositá-la aos pés do bispo, os atributos do seu respeito e homenagem... E todos eles com a cara mais hipócrita tomaram uns ares religiosos e com gestos bestas e requintes de delicadeza eles dobravam o pescoço, muito modestos, muito acanhados, franzia os cantos dos lábios.²¹⁸

O jornal também fazia referência ao acordo feito entre Rui Barbosa e membros da alta hierarquia da Igreja, em que esta centrava seus esforços em apoiá-lo na sua candidatura para Presidente da República. As publicações de *O Monitor* vinham carregadas de tom sarcástico, típico dos literatos da época, o que dava uma dimensão, de certa forma, mais “arrogante”, na mensagem transmitidas. Criticava o jornal católico por tentar convencer os eleitores através das promessas de participação ativa na Igreja,

[...]. Ontem, por exemplo, ao definir *O Piauí*, o posto que devem ocupar os nossos correligionários no próximo pleito, era motivo para violenta agressão ao suposto responsável pelo artigo – É o regime do terror! Gritava com fúria! Hoje, dizendo-se autorizado pelo diocesano, arvora o senador Rui Barbosa em ponto de fé, e escreve que, quem lhe der o voto ficará dentro da Igreja (católica). Quem votar no outro candidato terá se afastado da Igreja e o faz textualmente referindo-se ao juízo de Dom Joaquim sobre o candidato clerical, obrigando como lei a sentença do poder competente a quem Deus confiou a guarda de nossa fé para resolver sobre a espécie.²¹⁹

A matéria veiculada em *O Monitor* chama atenção de imediato com o título, “*Católicos e políticos*”, numa referência direta aos articulistas de *O Apóstolo* e do próprio bispo, Dom Joaquim. O conteúdo criticava o fato de membros da igreja, ligados ao bispo, entre eles, clérigos e leigos, tomarem parte direta nas eleições presidenciais, apoiando e advertindo os fiéis católicos a tomarem posição diante da candidatura de Rui Barbosa. As intrigas eram constantes de ambos os lados, e publicadas em cada edição dos jornais, fossem eles *O Apóstolo*, *O Monitor* ou *O Piauí*. As constantes disputas de palavras saíram do campo estritamente religioso católico para o político, o que transformava os discursos de ambas as partes em retóricas de forma debochada e zombeteira.

²¹⁷ As edições 104 a 112 de 1908; 114 a 140 de 1909; 176 a 183 de 1910 e edição 240 de 1911, encontram digitalizadas na Hemeroteca da Biblioteca Nacional para consulta pública. O jornal *O Monitor*, tinha como redatores: Abdias Neves, Miguel Rosa, Waldívino Tito e Mathias Olympio. Era produzido na oficina tipográfica localizada na Rua Coelho Rodrigues, nº 7.

²¹⁸ Os frades e nós. **O MONITOR**, ano V, nº 176, Teresina 17 de fevereiro de 1910, p. 4

²¹⁹ *Católicos e políticos*. Id. *Ibid.*, Ano V, nº 177, Teresina, 24 de fevereiro de 1910, p.2

Do outro lado, o periódico católico insistia nas proposições sobre as eleições presidenciais, publicando artigos e editoriais, desqualificando o candidato da situação, Marechal Hermes da Fonseca. Numa coluna de *O Apóstolo*, da edição de 24 de abril de 1910, com o título, “CIDADÃO? - SIM. ELEITOR? -NÃO... Eleito? —Não pode ser!”, fazia uma descrição do que seria o direito do cidadão ao voto e às qualidades para ser eleito Presidente da República. Afirmava que Hermes não teria as qualidades para assumir cargo tão importante e que este não apresentava os princípios constitucionais exigidos para ser um governante:

Aplicando tais princípios à hipótese controversa, é indubitável que, não obstante sua qualidade de cidadão brasileiro, não exercita o marechal Hermes todos os direitos políticos, porque não é eleitor, sendo, como ninguém contesta, o direito do voto o primordial direito político entre as nações livres, quer sejam monárquicas, quer sejam republicanas.²²⁰

Não há como afirmar se esta publicação tem algo a ver com o teor dos discursos de Rui Barbosa durante sua campanha eleitoral, em que o candidato desqualificava seu opositor, frisando as qualidades necessárias para ser um Presidente da República. Já o Marechal Hermes e seus partidários faziam chacota com a imagem magra de Rui Barbosa, tentando desacreditá-lo, ao mesmo tempo em que não aceitavam a forma como desenvolvia sua campanha eleitoral, tão próxima do povo, o que, para os padrões dos governos anteriores, no caso, militares, eram inconcebíveis²²¹. Tanto *O Monitor* como *O Apóstolo* dedicaram seu apoio público aos seus candidatos através de suas publicações durante o período que faltava para divulgação do resultado das eleições presidenciais. Cada um a seu modo.

Numa publicação do periódico católico do dia 8 de maio de 1910, havia uma certa animosidade em relação ao possível resultado, que alguns apoiadores do candidato Marechal Hermes já anunciavam, muito embora o resultado oficial ainda não tivesse sido divulgado, e não havia prazo para tal. O colunista referia-se a uma notícia publicada pelo jornal *O Piauí*, que foi divulgada por telegrama assinado pelo deputado João Gayoso, que já dava a vitória do Marechal Hermes como certa. Prontamente a notícia era desmentida pelo articulista da matéria jornalística, que criticava o deputado por se antecipar um resultado que nem foi divulgado oficialmente, o que provavelmente explique uma eleição de “cartas marcadas”, como foi a eleição presidencial de 1910, o que não nos convém, neste trabalho entrar em detalhes.

²²⁰ Cidadão? - Sim. Eleitor? -Não... Eleito? —Não pode ser! **O APÓSTOLO**, Ano III, nº 143, Teresina, 24 de abril de 1910, p. 1

²²¹ Ruy tratava de desconstruir a imagem de Hermes. Num dos meetings, chamou-o de bronco: — O meu competidor tem sido até agora homem exclusivamente de sua classe, militar dado só e só aos misteres da sua profissão. Disponível em: (<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ruy-barbosa-desafiou-elite-e-fez-la-campanha-eleitoral-moderna>). Acesso em: 20 de maio de 2018.

Realizada a eleição presidencial em 1 de março de 1910, os resultados da apuração dos votos somente foram divulgados no dia 27 de julho do mesmo ano, confirmando-se a vitória do candidato da situação, Marechal Hermes da Fonseca. No Piauí, o resultado não foi aceito por aqueles que defendiam a candidatura e vitória de Rui Barbosa. Os partidários da *União Popular* se apressaram em publicar diversos artigos que descaracterizavam a eleição de 1º de março de 1910, devido às fraudes cometidas, sobretudo, nas mesas de votação. Abaixo transcrevemos documento de confirmação do candidato vencedor.

A edição 122, de 10 de outubro de 1909, num destaque de primeira página de *O Apóstolo*, com o título, “*Declaração necessária!*”, Elias Martins manifesta seu repúdio aos “inimigos da Religião” na pessoa de Anísio de Abreu, isentando Dom Joaquim de participação nas matérias veiculadas pelo jornal da “*União Popular*” e de influenciar o pleito eleitoral para intendente municipal, realizado no dia quatro de outubro daquele ano. Em três páginas do jornal, Elias Martins tentava, a todo custo, desacreditar a eleição, que teve como vitorioso o candidato do partido governista, com 879 votos; já o candidato da União Popular, Cônego Raymundo Gil da Silva Brito fora derrotado, alcançando a margem de 249 votos. A vitória do candidato do governo foi comemorada com foguetório, banquetes, música e muita gritaria pelas ruas da cidade, o que atiçou a fúria de Elias Martins.

A matéria de *O Apóstolo* fazia uma série de referências políticas sobre o governo com possíveis desvios de recursos públicos, com o aumento de impostos que atingia o comércio, a indústria, a criação e a lavoura. Também mencionava os 280 contos de réis que foram deixados pelo seu antecessor, Álvaro Mendes, cujo valor, após gasto, não foi prestado contas, e ao mesmo tempo criticava o atraso no pagamento dos servidores públicos e as contas do telégrafo.

O redator de *O Apóstolo* explorou muito bem o assunto, a ponto de publicar, em sete edições do jornal, ferrenhas críticas ao atual governo, Anísio de Abreu, desde o início de sua administração. As matérias de Elias Martins tinham o título de “*O Eixo dos Fatos*”, cujo principal objetivo era expor as possíveis incompetências do governador. Tecia elogios ao governo de Álvaro Mendes e isentava das críticas os seus sucessores, seu vice, Areolino de Abreu, que, pouco tempo depois de assumir o governo, veio a falecer, assumindo em caráter provisório o Dr. José Lourenço, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, posteriormente, tem lugar, na cadeira do governo, Anísio de Abreu, “Que, apesar de ilustrado, saliente na política, e, sobretudo, já maduro na idade, não dispõe da lisura simpática e nobre dos seus predecessores, na gestão dos negócios públicos”.²²²

²²² O eixo dos fatos! ”. Id. Ibid., Ano III, nº 120, Teresina, 26 de setembro de 1909, p. 1

Em quatro colunas escritas, Elias Martins mencionava os diversos banquetes e bailes realizados com dinheiro público durante oito dias seguidos, que eram patrocinados pelo atual governador comemorando a sua posse. “S. Exc.^a ouvia e retribuía o discurso mais laudatícios que se tenham dito, neste começo de século. Entusiasmado pela febre das aclamações, o novo governador, fitando a nossa pobre capital, gritava das varandas do seu palácio: “Pretendo, brevemente, endireitar esta *capoeira*”²²³. Os interesses políticos eram visíveis e tinham, como palco, os jornais católicos e anticlericais. As cismas não eram somente por ocupar espaços sociais, mas eram por conquistas de lugares de poder na política. Para Áurea da Paz Pinheiro,

Os livres-pensadores eram atuantes na sociedade de sua época. Viveram o momento de tensão das relações entre Igreja e Maçonaria no Piauí. Tinham projeção no governo do Estado, onde eram fortes e agressivas as disputas entre as duas instituições, que pretendiam conquistar posições de mando no cenário político.²²⁴

O jornal *O Apóstolo*, através de seus redatores, com destaque para Elias Martins, tinha proposições e interesses bem definidos em relação à política piauiense e o jornal católico, sob o manto da Igreja, era o propagandista destas proposições. A linguagem dos jornais é aquela que transforma o discurso em objeto estratégico de convencimento da população leitora. O aparelho eclesiástico torna-se instrumento de construção de uma identidade tanto política como religiosa e os atores sociais são “dignos” representantes desta engrenagem que, racionalmente, se impõe intencionalmente como legítimo aparelho de construção de uma hegemonia religiosa, tendo por trás da cortina, a tentativa de institucionalização do ultramontanismo.

Dentro desta perspectiva, as disputas anticlericais, entre Igreja e maçons livres pensadores, ultrapassam o campo das discussões, alcançando o campo do convencimento do leitor. As divergências centralizavam-se em campos diversos desde a publicação de uma nota explicativa nos jornais até fatos concretamente mais significativos que eram tratados de forma pejorativa e algumas vezes irônica. A *União Popular*, entidade criada para administrar *O Apóstolo*, tinha propósitos bem definidos e que foram motivos de exposição no jornal. Para os redatores do jornal

Não foi como intento de fazer oposição sistemática ao Governo do Estado que se criou nesta cidade a União Popular, cujas sementes já se vão lançando em alguns municípios, dando-nos a promessa de uma proliferação fecunda, e deixando as lisonjeiras esperanças de um futuro pleno dos mais benéficos resultados em proveito dessa cruzada santa a que, de coração, nos entregamos. Sua fundação obedeceu aos dispositivos e instruções emanados da Santa Sé, das Cúrias Episcopais, dos Círculos Católicos, e sob esses auspícios ela vai em marcha, orientando-se. Pelo movimento de suas congêneres, procurando

²²³ Id. Ibid.

²²⁴ PINHEIRO, Áurea da Paz. **As ciladas do inimigo: as tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX**. Teresina. Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001, p. 140.

elaborar, também, os meios eficazes para desfazer os efeitos que a ação de ideias más possa, por ventura, obter contra a propaganda dos princípios evangélicos.²²⁵

A partir da perspectiva de reforma do catolicismo piauiense, tendo como período balizador o recorte entre a primeira década do século XX, temos que atentar para o fato que, embora todas as medidas implantadas por Dom Joaquim em vista de reestruturar a igreja piauiense a partir das diretrizes emanadas de Roma, o contexto social, a formação precária dos sacerdotes, as questões envolvendo os cultos e as devoções populares, o envolvimento dos líderes católicos no meio político, as constantes divergências entre membros da Igreja e os livres pensadores maçons e as dificuldades financeiras acabaram comprometendo os planos do bispo. É certo que as ações iniciadas, sobretudo nos quatro primeiros anos de sua administração, alcançaram seu propósito, sobretudo no campo da educação e da organização da diocese, mas esbarraram nas intrigas diretamente lideradas por Elias Martins, Cônego Gil e Padre Lopes.

4.5 O Apóstolo: dogma, moral e política em guerra de palavras

Uma das críticas mais contundentes feitas por Elias Martins, enquanto redator de *O Apóstolo*, ao governador Anísio de Abreu, estava relacionada à indicação do senador Gervásio Brito, representante do Piauí no Senado da República. O redator de *O Apóstolo* desqualificava o senador, afirmando que se tratava de um homem analfabeto, “[...] um pobre fazendeiro do nosso alto sertão, habituado ao traquejo da criação, ao trato rústico do vaqueiro e às patranhas de política de aldeia”.²²⁶ Elias Martins acusava Anísio de Abreu de manter e apoiar o senador apenas para tê-lo como uma espécie de fantoche, servindo às suas ordens. Tem início uma longa peleja política entre *A União Popular* e o governo, que tinha ao seu lado uma trupe de maçons, entre eles os bacharéis Miguel Rosa e Abdias Neves.

Embora Elias Martins, através de *O Apóstolo*, afirmasse que a intenção dos correligionários de Dom Joaquim não era manter oposição aos governos de Anísio de Abreu e posteriormente de Antonino Freire, percebia-se claramente que os articulistas do jornal católico tentavam a todo custo demonstrar a incompetência dos governantes piauienses, pois reafirmavam, raivosamente, através do periódico, as perseguições sofridas por parte de membros do governo ocupantes de altos cargos. Um dos episódios mais acirrados, relatados em todos os jornais locais, foi o cerco do paço episcopal, residência oficial do bispo diocesano, Dom Joaquim Antonio de Almeida, ocorrido no dia 02 de dezembro de 1909.

²²⁵ A União Popular e a eleição para governador! Id. Ibid., Ano III, nº 133, Teresina, 26 de dezembro de 1909, p. 1

²²⁶ O eixo dos fatos! ”. Id. Ibid., Ano III, nº 122, Teresina, 10 de outubro de 1909, p. 1

Já moribundo por causa de sua doença, o governador Anísio de Abreu não usava mais das prerrogativas de governo para administrar. As decisões governamentais ficaram por conta de alguns assessores e membros da polícia local, entre estes Coronel João Rosa, secretário de fazenda e, ao mesmo tempo, secretário de polícia, que, segundo os redatores de *O Apóstolo*, acusavam o mesmo de perseguição: “O que, porém, merece acurada apreciação é esse sem número de medidas arbitrárias e ilegalmente tomadas, vindo algumas postergar os nossos direitos o ofender nossa liberdade.”²²⁷

O fato se deu envolvendo os membros adeptos da *União Popular*, o senhor Pedro Melchiades e seu filho, Aurélio Britto, além do chefe de polícia, coronel João Rosa. Em uma edição do jornal *O Monitor*, do dia 25 de novembro de 1909, o filho do senhor Melchiades através de um artigo, acusava os diretores da *União Popular* e redatores do jornal *O Apóstolo*, de o insultar publicamente através do jornal católico. Os redatores do periódico acusavam o dito senhor de proferir ofensas e palavrões contra 356 membros da *União Popular* e da *Sociedade de São José* na questão da venda da fazenda de Piracuruca. O jornal acusava o senhor Melchiades de mandar um empregado da polícia deixar na porta das casas de cada diretor do jornal católico e membros da *União Popular* um exemplar original de *O Monitor* com o artigo de seu filho, ato que teve a anuência do chefe de Polícia, Coronel Rosa.

Os redatores de *O Apóstolo* e os membros da *União Popular* isentaram o bispo de suas ações no tocante à questão de Piracuruca e tomaram para si as responsabilidades do ato,

Não tememos assumir responsabilidades dessa ordem e achamos que andaram bem quando consideram responsáveis todos os supra alegados. Queremos, no entanto, que fiquem bem certos de que o Exmo. Sr. Bispo nada tem a ver com estas coisas. Os responsáveis somos nós outros. Acha o sr. Melchiades que o seu filho é que pode escrever o quanto lhe convier contra tudo e contra todos? Engana-se. Acha sr. Melchiades que andou bem fazendo-nos responsáveis diante da polícia? Errou duplamente. Devia, se o quisesse, protestar perante a justiça local. Não o fez, e nada vale o seu protesto, porque depois teremos a justiça ao nosso lado, ao lado de quem combate nas dignificantes pelepas: *pro bono Patriae et pro bono paeis*.²²⁸

O jornal fazia referência ao apadrinhamento do Coronel Rosa que, enquanto chefe de polícia, usou de suas prerrogativas de mandatário público para apoiar amplamente o ato cometido pelo filho do Sr. Melchiades, o que provocou a ira dos membros do jornal e ativistas da *União Popular*. O fato gerou uma enxurrada de protestos por parte de membros ligados à Igreja. Associações religiosas, Padres, leigos, comerciantes... manifestaram o seu repúdio contra o senhor Aurélio Britto, através de um manifesto escrito e assinado por todos que foi

²²⁷ Protesto nulo! ”. Id. Ibid. Ano III, nº 130, Teresina, 5 de dezembro de 1909, p. 2

²²⁸ Ibid.

publicado no jornal *O Apóstolo*. Teresinha Queiroz nos dá uma perspectiva do que seriam as possíveis “causas” que ascenderam as disputas de palavras dispostas nos jornais ao afirmar que “Elementos centrais dessas polêmicas eram as suscetibilidades ferinas de ambas as partes. Haviam fortes reações às questões de honra[...]”²²⁹.

As temáticas sobre essas polêmicas, suas causas e possíveis consequências no contexto social local, os anonimatos dos autores nos jornais e as questões pessoais que levaram membros da cúpula da Igreja e autoridades do governo bem como membros da alta sociedade teresinense a se embrenharem nestas disputas, denominadas por Áurea da Paz Pinheiro, Teresinha Queiroz, Padre Cláudio Melo entre outros pesquisadores da temática, como anticlericais, merecem um estudo à parte, algo que não faremos neste trabalho por não ser o nosso objeto de pesquisa.

Um fato, que não pode passar despercebido, e que fazemos questão de mencionar, pois, através dele, podemos entender como a saída do Bispo D. Joaquim da diocese piauiense, começou a ser orquestrada através do viés político. Na edição de nº 128 de 21 de novembro de 1909, numa coluna denominada “*Coronel João Rosa*”, o jornal *O Apóstolo* faz menção a um pedido de Rosa às intendenções centrais do estado, para fazerem um abaixo assinado pedindo à nunciatura a remoção ou retirada do bispo diocesano. Foi dito ao encarregado do abaixo assinado que informasse aos assinantes que se tratava apenas de uma moção de apoio ao governador do estado, sendo, segundo *O Apóstolo* uma forma insidiosa de enganar todos aqueles que assinassem o documento.

O jornal também acusava João Rosa de não somente atentar contra a permanência do bispo, mas ser contrário ao desenvolvimento extraordinário do espírito religioso, da fé e dos mandamentos de Deus. Transcrevemos o teor do telegrama enviado pelo senhor João Rosa ao intendente: “Secretario de Polícia. Telegrafou. Coronel Leitão. Pedindo requeresse. Câmara extraordinária apresentar moção solidariedade. Governador. Atos este praticar. Relação Bispo. Exigindo também. Câmara representar. Núncio pedindo retirada prelado. PICOS, 14.”²³⁰

Tão logo os assinantes tomaram conhecimento sobre os devidos fatos, encabeçado pelo senhor João Rosa, publicados em *O Apóstolo* esclarecendo sobre o verdadeiro teor do abaixo assinado, muitos manifestaram seu repúdio, expondo que foram enganados. As mensagens daqueles que assinaram e se arrependeram foram publicadas no jornal *O Apóstolo*. As intrigas entre o chefe de polícia, João Rosa e defensores da Igreja, na pessoa do bispo, continuaram até

²²⁹ QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os literatos e a República, Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo**. 3ª ed. Teresina: EDUFPI, 2011, p. 263.

²³⁰ Coronel João Rosa!”. **O APÓSTOLO**, Ano III, nº 128, Teresina, 21 de novembro de 1909, p. 2

as últimas edições de 1909 e primeiras de 1910, alimentadas por informações de aliados da *União Popular* oriundas do interior do Piauí.

Com a morte do governador Anísio de Abreu, em 06 de dezembro de 1909, assume o governo provisoriamente, o Presidente da Assembleia Legislativa, Manuel Raimundo da Paz. Mais uma vez, houve certa animosidade entre membros do governo e a hierarquia da Igreja; isto porque os padres da diocese não foram convidados para as honras ao morto, algo que gerou colunas inteiras explicativas nos jornais, publicadas ou mandadas publicar por ambas as partes.

A partir deste período, o jornal *O Apóstolo*, que já vinha adotando uma política de proteção e defesa do Bispo diocesano, intensifica suas ações e passa a agir como um ente fiscalizador contra qualquer ato, publicação, injúria ou ofensa pública ao prelado. A presença do jornal, enquanto meio impresso de comunicação, também se tornou presença ativa no campo político, indicando e apoiando candidatos ligados ao partido católico, tanto que, já na primeira edição de 2 de janeiro de 1910, através de um artigo cujo título era, “*Candidaturas Presidenciais*”, iniciou também sua atuação em prol da campanha presidencial de primeiro de março de 1910, em que o eleito governará o país no quadriênio, 1910 – 1914,

Pedimos aos nossos amigos que são eleitores de outros municípios, mas que residem neste, que procurem o nosso gerente, Capitão Agostinho Basílio Alves, a fim de que possa ele instruir-lhes o modo por que deverão requerer seus alistamentos, na revisão eleitoral que começará neste mês, lembrando-lhes que não deverão perder tempo.²³¹

4.6. Uma queda anunciada

Segundo Higino Cunha²³², “Dom Joaquim Antonio de Almeida, era um tipo moreno, de mameluco, nortista, legítimo representante do jagunço, alto, forte, com muito nervo e pouca carne, olhos vivos e cintilantes, palestra agradável, assaz ilustrado, mestre do seu ofício[.]”²³³, características inerentes a quase todo nordestino. Homem sagaz no seu discurso, ainda mais quando estava celebrando. Zeloso nas palavras sobretudo quando eram dirigidas às autoridades civis, como podemos perceber num telegrama enviado ao Coronel Emílio Burlamaqui em que o bispo o felicitava pela passagem de seu aniversário²³⁴:

CORONEL EMÍLIO BURLAMAQUI.
Meu bom amigo, coronel Emílio Burlamaqui,

²³¹ A *União Popular!*”. Id. Ibid. Ano III, nº 134, Teresina, 2 de janeiro de 1910, p. 5.

²³² Higino Cícero da Cunha nasceu no município de Flores (PI) no dia 11 de janeiro de 1858, filho de Luís José da Cunha e de Ludgera Maria da Conceição. Bacharel, jornalista e magistrado. Atuou como militante do Partido Liberal onde trabalhou no jornal *A Imprensa*. Foi um dos colaboradores como articulista do jornal *O Apóstolo*.

²³³ CUNHA, Higino. **História das Religiões no Piauí**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015, p. 122.

²³⁴ Coronel Emílio Burlamaqui, foi intendente municipal de Teresina que renunciou no dia 06 de setembro de 1909 para assumir o cargo de delegado fiscal.

Sentindo profundamente não poder ir pessoalmente abraçá-lo pela data de hoje, festejada pelos seus bons amigos, venho por intermédio de meu secretário, Padre Alfredo Pegado, cumprir tão grato dever enviando-lhe uma afetuosa bênção e fazendo votos a Nosso Senhor pela conservação de sua existência, por muitos anos para a felicidade de sua excelentíssima família e do Piauí que muito lhe deve e muito espera de seu dedicado coração. Há dias, fui acometido de febres, a ponto de não sair e é este o motivo que me priva de ir abraçá-lo. Os meus votos sinceros partem de um coração leal que o estima e venera e como um dos mais sincero e dedicado amigo e filhos em Jesus. Aceite, pois, as saudações de seu amigo e servo. Joaquim, Bispo Diocesano.²³⁵

Dom Joaquim mantinha uma relação saudável e amigável com diversas autoridades políticas no início de seu governo, algo que não continuou posteriormente, sobretudo a partir do governo de Anísio de Abreu. Amado pelos fiéis, cuidadoso com as associações de leigos católicos, que viram nele alguém que poderia reorganizar o catolicismo piauiense. Para padre Cláudio Melo, “Dom Joaquim de Almeida não veio ao Piauí para receber honrarias, e sim para trabalhar, para revitalizar uma diocese recém-criada e carregada de esperança”²³⁶

Tanto Higino Cunha como Padre Cláudio Melo enfatizam as características do homem e do bispo; encontramos nas duas versões complacentes de uma mesma pessoa. Não nos interessa discutir o tipo de personalidade de Dom Joaquim, muito menos suas qualidades, sejam elas de homem ou de bispo. No entanto, não podemos deixar de mencionar tais qualidades, visto que elas, indiretamente, irão personificar a ideia, por parte daqueles considerados anticlericais, de alguém que merece ser combatido. Neste ponto, poderíamos perguntar: as contendas entre anticlericais e Dom Joaquim tiveram como ponto de ebulição o homem ou o bispo? Partindo deste tópico, discutiremos outras questões que nos permitirão entender as causas que levaram à deposição daquele que representava a autoridade hierarquicamente superior da Igreja católica no Piauí.

Tomando, como premissa inicial, as palavras da Professora Teresinha Queiroz que afirma: “Todas as manifestações de conteúdo anticlerical ganham sentido, se remetidas a um contexto mais amplo, que é o da realidade das condições históricas de secularização do mundo moderno”²³⁷, essa perspectiva já nos remete a uma questão principal que é a situação organizacional da Igreja católica no Piauí diante dos acontecimentos ocorridos na França e que acabaram contaminando o Brasil e o Piauí. As ideias iluministas propagavam-se igual “rastros de pólvora”. A escola de Recife tornava-se um celeiro de formação do pensamento liberal. O advento da República trouxe novas luzes sobre a nação, que agora não tinha mais a “escuridão”

²³⁵ CORONEL Emílio Burlamaqui. **REPÚBLICA**. Ano XIV, nº 562, Teresina, 2 de outubro de 1908, p.2

²³⁶ MELO, Cláudio. **Piauí, diocese e província eclesiástica**. Teresina. Arquidiocese de Teresina, 1993, p.27

²³⁷ QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os literatos e a República, Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo**. 3ª ed. Teresina: EDUFPI, 2011, p. 257

do catolicismo que cegava a todos. A igreja não mais interferiria no andamento do progresso e do liberalismo pelas vias conservadoras de um Estado anteriormente em decadência. Os bacharéis chegavam ao Piauí vindos de Recife agora para disseminarem os princípios republicanos que eram oriundos do iluminismo francês. Se na França ocorreu uma revolução dos “novos tempos”, no Piauí não seria diferente.

Do mesmo modo que as elites intelectuais e os dirigentes do Estado estão subordinados aos fundamentos republicanos, a Igreja vai seguir um caminho paralelo, na sua reforma e adaptação ao novo regime. Como estabelecer neste momento uma aliança com o povo piauiense? A resposta veio através das ações reformistas do primeiro diocesano do Piauí, Dom Joaquim Antonio de Almeida. Em um primeiro momento, quando ainda colhia os louros de sua chegada, com direito a pronunciamento eloquente do literato, Higino Cunha pode experimentar a tranquilidade desejada, mas por pouco tempo. Já era possível perceber, no discurso do bacharel, o que estes esperavam do bispo,

“Vós vindes, Exmo. Sr., as pragas piauienses pregar a nova cruzada, não como Pedro o eremita para salvar o santo sepulcro e os cristãos das garras opressoras dos infiéis, pois já encontrais aqui erguida bem alto a cruz, símbolo da religião cristã, e acatada e venerada a imagem do divino mestre. Vindes antístite de uma nova diocese, revigorar a fé e trabalhar pelo engrandecimento moral e material de uma parte da nossa querida pátria”²³⁸

O tom firme das palavras de Higino Cunha foi dado por alguém que já tinha sentido os dilemas do catolicismo piauiense sob o comando dos padres²³⁹. Segundo o professor Paulo Gutemberg, Higino Cunha chegou a ser um dos redatores do jornal *O Apóstolo*, episódio este provocado “pela inimizade política com o governador Miguel Rosa, fez campanha pelo partido católico *União Popular*, fato inusitado, considerando sua posição de livre-pensador e anticlerical”²⁴⁰.

Ao instalar-se como bispo diocesano, Dom Joaquim concentrou suas ações em alguns empreendimentos básicos: a educação religiosa das crianças e dos jovens, a criação de novas paróquias e a organização e formação do clero e o apoio às associações religiosas. Embora Dom Joaquim fosse um homem pacato, moderado, suas ações acabaram desencadeando a ira dos

²³⁸ CUNHA, Higino. **História das Religiões no Piauí**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015, p. 112.

²³⁹ Por ter publicado na *Revista Mensal* um artigo sobre o livre arbítrio, Higino Cunha foi proibido, pelo cônego Honório Saraiva, de celebrar seu casamento na Igreja Católica, segundo o padre, este infringia as leis canônicas. O casamento seria realizado no dia 30 de junho de 1887 na Igreja de Nossa Senhora do Amparo e seria celebrado pelo pároco Cônego Tomás de Moraes Rego. O fato, desencadeou indignação contra o Cônego Honório que via na sua atitude abuso de poder. Para Higino Cunha, este somente foi impedido de contrair matrimônio na Igreja por causa de suas divergências políticas com o Cônego.

²⁴⁰ SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. **História e Identidade: as narrativas da piauiensidade**. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas e Letras/Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008, p.213.

anticlericais maçons que viam nele a personificação do antigo regime. Os jornais anticlericais iniciaram uma série de investidas contra sua pessoa e suas iniciativas. As críticas concentravam-se sobretudo na modernização ultramontana que era perceptível aos olhos dos anticlericais. Os opositores de Dom Joaquim usavam, como argumentos, além do fato da institucionalização da República, as inovações trazidas pela ciência, que, embora não fossem absorvidas na totalidade em termos de conhecimento, eram usadas como ferramentas de oposição à atuação do bispo.

Por outro lado, a Igreja, através do seu periódico semanal, *O Apóstolo*, procurava descaracterizar as investidas dos anticlericais contra Dom Joaquim. Uma das polêmicas, que envolveu diretamente o bispo, foi sobre educação, sobretudo o fato de ter sido proibido, pelo diretor da instrução Pública, Miguel Rosa, o ensino Religioso nas escolas leigas. Em uma publicação na edição de nº 161 de 17 de julho de 1910, *O Apóstolo* fazia críticas severas à forma como estava sendo conduzida a educação nas escolas:

Discutir a instrução pública, dizer leal e resolutamente sobre os seus processos recônditos e cavilosos, — é molhar a pena no veneno letal que escorre insidiosamente pelo organismo da nação. De muito trabalha-se na sombra, — mina-se o terreno da obra cristã, — prepara-se o advento do paganismo, vestindo-se lhe o velho e repulsivo arcabouço com as engalanadas roupagens das artes e das ciências; — é a raça fatal dos Julianos, proliferando através do tempo o do espaço²⁴¹

A matéria do jornal católico estampava 5 colunas da primeira e segunda página do hebdomadário, desenvolvendo argumentação sobre o que antes já era reafirmado pelo jornal em artigos anteriores, o ensino sem Deus. As polêmicas envolvendo Dom Joaquim não se concentraram somente na capital Teresina, mas ganharam intensidade também em outras cidades do estado. O fato é que a combinação de política e religião não deu muito certo. O que pudemos perceber e ficou evidente através da pesquisa, é que o jornal *O Apóstolo*, desde que passou às rédeas da *União Popular*, perdeu suas características de órgão de divulgação da Diocese de Teresina, tornando-se um instrumento de propaganda do Partido Católico pelas mãos de Elias Martins e seus partidários. A pessoa de Dom Joaquim, de uma certa forma, foi utilizada como divulgação de uma ideia que tinha o suporte da Igreja como seu manto.

Embora o jornal *O Apóstolo* dirigisse suas investidas através de publicações no periódico católico em defesa do bispo contra os maçons, o silêncio do prelado se fez presente. O bispo, reformador, querido pelo seu povo, não mais apresentava a mesma vitalidade em suas palavras, o que podemos perceber a partir da entrega de *O Apóstolo* à administração da *União Popular*. Os problemas, que surgiram desde suas primeiras inciativas como bispo diocesano

²⁴¹ A mensagem! **O APÓSTOLO**, Ano IV, nº 161, Teresina, 17 de julho de 1910, p. 1

desde a divergência, no campo educacional, envolvendo Miguel Rosa; os problemas envolvendo o clero, que a cada dia se entusiasmavam com assuntos politiquieiros; os desentendimentos entre os maçons anticlericais, sobretudo Abdias Neves; a desarmonia entre assuntos da diocese com assuntos dos governos locais; as constantes discordâncias entre seus defensores e adversários e por fim, um fadado fracasso administrativo do patrimônio diocesano, algo que já tinha experimentado quando foi Reitor do Seminário da Paraíba, acabaram, de certa forma por “minar” a força do bispo.

O homem, o bispo, que percorreu em apenas uma das visitas pastorais, as cidades de Amarante, Regeneração, Valença, Picos, Pio XIX, Jaicós, Paulista, São Raimundo Nonato, São João do Piauí, Oeiras, num total de 309 léguas a cavalo, 84 à vapor, num tempo de 5 meses, apenado com tantas adversidades, ainda teria que suportar o tiro certo que o fez chegar ao chão: a má administração do espólio da Fazenda de Piracuruca, que foi integrado ao patrimônio da Diocese, após uma disputa entre a Diocese e membros de uma sociedade civil criada por membros da irmandade maçônica local, agora passaria ao governo estadual de Antonino Freire, encarregando-se de vendê-la.²⁴²

Embora os jornais como *República* e o próprio *O Apóstolo* se lançassem em defesa deste, o dilaceramento moral e ético aliado a debandada de seus supostos amigos, acabou esvanecendo o prelado, que não via mais sentido em permanecer na diocese. Mesmo com o advento do governo de Antonino Freire, substituindo Anísio de Abreu, cuja forma de administrar situava-se entre a moderação e a situação, não foi possível estabelecer um vínculo

²⁴² Por uma antiga doação de Manuel Dantas Correia e Heitor Correia, havia a diocese do Piauí entrado em plena posse de seis fazendas: Macambira e Curral dos Cavalos no município de Campos Salles ou Batalha, e Peru, Pitombeiras Boqueirão, e Veados, em Piracuruca, organizando-se em 1843 a Confraria de N. S. do Carmo, cujo compromisso foi aprovado pelo prelado diocesano, sendo desde então considerado presidente nato da Confraria o vigário da freguesia. Em 1892 a Confraria reformou o compromisso, mas essa reforma não foi efetivamente aprovada pelo prelado diocesano, que era nessa época o bispo do Maranhão. A 12 de Outubro de 1896 os mesários renunciaram os cargos, passando a administração exclusivamente ao vigário da freguesia, até que foi instalado o bispado com a posse do atual antístite Dom Joaquim Antonio de Almeida. O vigário pediu então sua exoneração, nomeando o Sr. Dom Joaquim, um procurador para o patrimônio da diocese ao qual patrimônio já se achavam incorporados aqueles bens, conforme se vê da Bula de instituição ou criação do bispado. Ultimamente, a maçonaria do Piauí, obedecendo a uma palavra de ordem passada a todas lojas do Brasil para guerrearem surdamente a Igreja e se apossarem, de qualquer modo, dos seus bens, como fizeram na França e estão fazendo em todo o Brasil, fez organizar a *Sociedade Fraternidade Piracuruquense*, cujo título tresanda maçonismo por todos os lados, e que era de fato constituída e dirigida pelos maçons. Combinados estes, por intermédio das lojas, com os seus irmãos *trilhas* de Teresina, que eram a quase totalidade das autoridades federais e estaduais (presidente do Estado dr. Anísio inclusive) fácil lhes foi um audacioso golpe, invadindo e fazendo invadir as propriedades, e apossando-se pela violência material. [...] O Dr. Antonino Freire, atual “presidente” do Estado, é -incontestavelmente um estadista muito superior ao seu antecessor. Compreendeu perfeitamente a situação e, reconhecendo a justiça e o prestígio enorme da organização católica, tratou desde logo de harmonizar quanto possível à família piauiense. O contrato firmado em tabelião abaixo publicado, é fruto dos bons ofícios do Dr. Antonino Freire que mostrou assim ser verdadeiramente digno do lugar que ocupa. (**O Apóstolo**. Ano IV, nº 163, Teresina, 31 de julho de 1910, p.2-3

de harmonia entre os protagonistas envolvidos nas disputas anticlericais e o grupo de Elias Martins. Para o desânimo daqueles que tinham no bispo um leal defensor de suas ações e investidas, Dom Joaquim, em sua carta de despedida, publicada no jornal *Piauhy*, *Órgão do Partido Republicano Conservador* e jornal oficial do governo, atribuiu toda a culpa sobre as “lutas passadas”²⁴³ a *União Popular* (Partido Católico) e ao seu dirigente maior, Elias Martins.

Assim se pronuncia o Padre Claudio Melo sobre o caso:

Dom Joaquim, cansado de tanta violência e desejoso de paz, aceitou as propostas de trégua que lhe fazia o novo governante. Não apenas capitulou, se fez protegido de Antonino Freire que o cumulou de favores e lhe deu o ilusório apoio para a solução dos problemas econômicos da Diocese, intermediando a venda do patrimônio de Piracuruca. O clero não entendeu o gesto de seu bispo e não aceitou a nova conduta do pastor e, por isso, os problemas se avolumaram. Dom Joaquim conseguiu a paz com os maçons que o odiavam, mas não os converteu; jogou para longe a paz com o clero que o amava e o afastou de seu convívio. A intenção de Antonino Freire valeu apenas para abafar os insultos contra o bispo, mas a imprensa de ambas as partes continuou acérrima. Corajoso, Elias Martins e seu grupo mais fiel, atacou com aspereza os autores do cerco, por mais de dois meses. Dom Joaquim tudo fez para forçá-lo ao silêncio. Não conseguindo, o bispo caiu no outro extremo, passando a ser contra os seus fiéis guardiães. O Dr. Elias Martins que arriscara a vida na defesa de seu pastor, foi por ele marginalizado, ou melhor, repellido. Graças a Deus que os padres em luta e os principais dirigentes do laicato eram pessoas de fé e provaram isto não tomando posição contrária ao bispo nem lhe dirigindo pela imprensa qualquer palavras menos respeitosa. Apenas se afastaram. Sem apoio da maioria de seus padres e dos católicos mais atuantes, Dom Joaquim se sentiu sem condições para governar a Diocese, e pediu afastamento. Ao ser transferido para Natal, na sua pastoral de despedida, não apenas esqueceu os favores e deferências recebidas dos mais fiéis amigos, antes da capitulação, mas acusou o Dr. Elias Martins de responsável por todos os problemas acontecidos.²⁴⁴

Não podemos deixar de mencionar o fato que nos chamou atenção. Embora a carta de despedida de Dom Joaquim tenha sido publicada, em partes, pelos editores do jornal *Piauhy* e publicadas na íntegra respectivamente nas edições 1121,1122,1123,1124 e 1125²⁴⁵, não encontramos a mesma publicação nas 93 edições de *O Apóstolo* posteriores ao período de seu recolhimento à Granja Pirajá, sede do governo, e muito menos após sua transferência para Natal, mas apenas pequenas notas sobre sua posse como bispo na sua nova diocese, fato que ainda merece ser analisado. E por fim, Dom Joaquim Antonio de Almeida deixa a Diocese do Piauí no dia 31 de março de 1911 e, diferentemente do que foi a sua chegada, sua despedida foi melancólica e triste, aqui comentada pelo Padre Claudio Melo: “Sua partida teve a presença do

²⁴³ CUNHA, Higino. **História das Religiões no Piauí**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015, p. 121.

²⁴⁴ MELO, Cláudio. **Piauí, diocese e província eclesiástica**. Teresina. Arquidiocese de Teresina, 1993, p.32

²⁴⁵ Infelizmente não encontramos digitalizados na Hemeroteca da Biblioteca Nacional os números 1121 e 1125 do jornal *O Piauhy*. As informações obtidas sobre as datas de publicação extraímos do próprio jornal.

grupo político, do clero residente em Teresina e de certo número de féis que apesar da distância, foi ao Pirajá para o último adeus. Foi uma despedida triste, com o peso das mágoas recíprocas e sem a marca da saudade. Levou consigo alguns pacotes que trouxera em 1906”²⁴⁶. Segundo Higino Cunha, “Dizem Que, anos depois, tendo enlouquecido e cegado, Dom Joaquim Antonio de Almeida, foi internado numa casa de saúde do Rio de Janeiro, vivendo da caridade dos seus coestadanos”²⁴⁷

4.7 A “Mão Negra” se abate sobre o catolicismo

Logo após a transferência de Dom Joaquim para Natal, é nomeado pela Santa Sé um administrador apostólico da diocese do Piauí, cabendo a responsabilidade ao Monsenhor Raimundo Gil da Silva Brito que, durante o governo do bispo diocesano, assumiu a incumbência de Vigário Geral e pároco da Igreja de Nossa Senhora do Amparo. Homem de posse, que doou muitos de seus bens para a Diocese, entre eles a chácara onde funcionou a residência oficial do bispo, atualmente, Colégio Diocesano. A sua nomeação teve imediata aceitação pela *União Popular*. Embora fosse um homem de diálogo, sábio nas palavras, não conseguiu evitar ou pôr fim às desavenças entre maçons e membros ligados à Igreja, que continuaram no governo de Antonino Freire e se intensificaram durante a administração de Miguel Rosa.

Para agravar mais ainda os embates, o intendente municipal Thersandro Gentil Pedreira Paz, sob a alegação de que havia necessidade de rebaixamento da calçada de fundo da Igreja de Nossa Senhora do Amparo, a fim de que se pudesse criar um jardim na praça Uruguaiana²⁴⁸, solicitou a Dom Joaquim autorização para realização dos trabalhos, prometendo ao bispo que não havia nenhum perigo para a estrutura da Igreja. Permissão dada, os trabalhos foram iniciados, tendo à frente os engenheiros José Pires Rebelo e Justo Jansen Ferreira, ambos funcionários da intendência. No entanto, os trabalhos não saíram como se esperava. As cavas ficaram por alguns dias abertas, ocasionando acúmulo de água das chuvas, e, ao mesmo tempo, foram retiradas as pedras que formavam os alicerces da Igreja sob o pretexto de usá-las para a

²⁴⁶ Id. P, 34

²⁴⁷ CUNHA, Higino. **História das Religiões no Piauí**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015, p. 123

²⁴⁸ A praça anteriormente teve as denominações de Praça do “Comércio” e “Uruguaiana”. É a praça mais antiga, que vinha das origens da capital, onde aconteciam as reuniões sociais e políticas. Praça classificada como jardim público, de lazer recreacional, Área de 4.410m². Localização: Entre as Ruas Coelho Rodrigues, Areolino de Abreu, Simplício Mendes e Rui Barbosa, zona centro da cidade (Acesso em 21 / 07/2018: <http://semplan.teresina.pi.gov.br/pracas/>)

construção do jardim da praça, provocando um “abalamento” nos alicerces da capela mor do templo, provocando a ira do coadjutor da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo, Padre Lindolpho Uchôa, e dos partidários do bispo.

Como o vigário da Igreja, Monsenhor Joaquim de Oliveira Lopes, encontrava-se ausente, Padre Uchoa, acompanhado das testemunhas, Agostinho Basílio Alves e José Pereira de Sousa, impetrou um protesto judicial ao magistrado da 2ª vara da capital, Dr. Arthur Coêlho que fez o despacho no dia 24 de março de 1911 devidamente subscrito pelo escrivão judicial Samuel Cunha. A petição ao juiz, avaliava os prejuízos causados pela obra em cem contos de réis, ao mesmo tempo em que mencionava que todos os materiais de realização dos cultos pertencentes à Igreja, como alfaias, imagens e bens móveis, serão transferidos no dia seguinte para a Igreja de São Benedito. No mesmo dia, 24 de março, o escrivão fez intimar o responsável pela obra, Thersandro Gentil Pereira Paz, para prestar esclarecimentos.

No dia seguinte ao fato, na parte da tarde, Monsenhor Gil, administrador apostólico da diocese e o vigário da Igreja de Nossa Senhora das Dores, cônego Fernando Lopes, tomam à frente da procissão do povo, que no dia anterior já havia sido convidado pelo próprio monsenhor Gil a se fazerem presentes. Como forma de dar visibilidade ao ato, foram distribuídos diversos panfletos na hora das missas, alertando e “intimando” o povo a participar do ato. Este fato nunca poderia passar despercebido ao olhar atento dos articulistas do jornal *O Apóstolo*, que aproveitaram do momento para enfatizar a participação do povo, seu “sofrimento” pelo ocorrido dimensionando-o ao máximo,

Às 3 horas da tarde o templo começou a encher-se com rapidez; às 4 já ninguém podia mover-se, espremendo-se os fiéis pelas imediações. Eram quase 5 horas, quando o préstito pôs-se a caminho. As imagens, umas em andores, outras a mão, partiram vagorosamente, vendo-se erguida no centro, por dezenas de pulsos, uma pesada cruz; todos disputavam um objeto para; conduzir. No momento em que o cortejo saía, ouviu-se um grande sussurro, misto de soluços e lamentos; era o gemido da multidão, lanceada nos seus sentimentos mais íntimos. Alguém das janelas de palácio presenciava aquele doloroso desterro; tinha as formas de um homem e dissimulava-se nas dobras de um reposteiro.²⁴⁹

Higino Cunha descreve assim como o periódico católico se manifestou: “O órgão clerical deu o grito de alarme e recrudescer na campanha oposicionista, numa série de artigos sob a epígrafe sinistra de *A Mão Negra*”²⁵⁰. Para Cunha, estava provado que os articulistas de *O Apóstolo* se aproveitaram do momento para dar ênfase e acirrar cada vez mais a oposição ao governo de Antonino Freire, que de imediato se pronunciou através do jornal oficial *O Piauí*

²⁴⁹ A procissão. **O APÓSTOLO**. Ano IV, nº 198, Teresina, 2 de abril de 1911, p.1

²⁵⁰ CUNHA, Higino. **História das Religiões no Piauí**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015, p. 121-122

com matérias publicadas no jornal sob o título de *A mão Torpe*, contradizendo as acusações feitas no periódico católico pelos seus principais redatores, Elias Martins e o Padre Joaquim Lopes, além do Padre Lindolfo Uchôa. O jornal da situação não mencionava, em nenhum momento, o nome do Bispo Joaquim como um dos “incitadores” oposicionistas, ao contrário, alguns atribuíram ao bispo uma intensa colaboração nas matérias veiculadas pelo jornal oficial contrárias ao jornal católico. Nesta ocasião, Dom Joaquim se encontrava no seu recolhimento na quinta do Pirajá, prestes a retornar à Paraíba.

Este fato, ocorrido na Igreja de Nossa Senhora do Amparo, teve o amparo jornalístico dos redatores de *O Apóstolo* que, em dez artigos de grande amplitude, denominados de *A Mão Negra*, intensificaram as discórdias entre os partidários do governo e os defensores da Igreja e do grupo de padres liderados pelo Monsenhor Joaquim Lopes. Os articulistas de *O Apóstolo* são bem incisivos e por vezes sarcásticos ao referir-se ao governo atual e seus partidários, demonstrando cabalmente que as disputas de cunho político efloresciam cada vez mais. Por vezes, as críticas eram dirigidas diretamente aos opositores de forma agressiva, alcançando uma feição pessoal, tendo como componentes Miguel Rosa, Higino Cunha e Antonino Freire, governador do Estado do Piauí.

Higino Cunha apresenta uma visão positivista destas contendas de mais de oito anos. Para ele, resultaram dois proveitos para a sociedade piauiense, a “criação da Escola Normal em contraposição ao Colégio Sagrado Coração de Jesus e a publicação da *Psicologia do Cristianismo* do Dr. Abdias Neves”²⁵¹. Tendo, como predecessores do ensino laico, Miguel Rosa, Mathias Olímpio de Melo, secretário de governo na administração de Anísio de Abreu e Antonino Freire, foram publicamente declarados por Higino Cunha como propositores da mensagem de criação da Escola Normal. Já a *Psicologia do Cristianismo* de Abdias Neves publicado em 1910, tinha o firme propósito de colocar em xeque os dogmas da religião, sua evolução através dos tempos, apresentando uma crítica histórica moderna da religião cristã.

Usamos das próprias palavras do bacharel Higino Cunha para descrever como o periódico católico *O Apóstolo*, que foi palco de tantas “desavenças” político-religiosas, teve seu fim de forma trágica e melancólica, “À Meia noite de 11 para 12 de dezembro de 1912, foram destruídas as oficinas tipográficas d’*O Apóstolo* e da *Cidade de Teresina*. Terminou assim a luta político-religiosa contra o Padre Lopes, principal fator da criação do bispado no Piauí”²⁵².

²⁵¹ Id. Ibid., p, 124

²⁵² Id. Ibid.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Optamos, em nosso esquema de análise e tentativa de interpretação da imprensa católica, história, identidades e representações culturais do catolicismo no Piauí dentro do recorte temporal de 1907 a 1912, procurando seguir passo a passo os momentos chaves desse período, buscando as articulações entre as ações da Igreja no Brasil e no Piauí a partir de processos ultramontanos de modernização do catolicismo; instalação do bispado no Piauí, as ações romanizadoras do primeiro bispo da Diocese do Piauí, tendo como fonte e objeto o jornal *O Apóstolo*.

A história do catolicismo no Brasil se reveste de períodos distintos, desde os idos da colônia até a sua consolidação no período republicano. O período colonial estava restrito ao manto católico. No império, no regime do padroado, a Igreja busca sua consolidação, procurando novas formas de agregar valores reformistas que mantivesse os fiéis sobre sua tutela. Já na República, há necessidade de se adaptar aos “novos tempos”, agora não mais tendo a tutela do Estado.

As reformas religiosas se fizeram presentes mais por necessidade da própria Igreja de consolidar seu papel de poder religioso no meio do povo, cujo fator primordial sobreveio com a Questão Religiosa dos bispos em 1872, influenciando as igrejas locais e determinando parâmetros de transformações, que seguiam um padrão estabelecido desde o encarceramento dos bispos de Olinda e do Pará. No entanto, foi com Dom Antonio Ferreira Viçoso, na Diocese de Mariana, que se consolidou um processo de Reforma Ultramontana ou de Romanização do catolicismo brasileiro no período de 1844 a 1875.

Estas reformas consolidaram um projeto de reestruturação do catolicismo que se espalhou pelas igrejas locais, entre estas, a do Piauí. Desde que as elites piauienses se revestiram de “donatárias” do desejo de institucionalização de um bispado piauiense, a alta hierarquia do clero, liderada pelo Monsenhor Joaquim Lopes, tomou posição e realizou uma empreitada que perdurou por 81 anos, conforme já foi dito pelo Padre Cláudio Melo. A subordinação eclesiástica do Piauí ao Maranhão por muitos anos atendeu aos anseios do bispado maranhense, sobretudo na relação econômica entre os dois em detrimento do primeiro. Depois de muitos entraves políticos e burocráticos, além dos próprios interesses do bispado maranhense em manter sob sua tutela a província eclesiástica do Piauí, veio a tão sonhada independência através da Bula Papal subscrita pelo pontífice Leão XIII.

Por fim, no dia 02 de janeiro de 1903, Padre Lopes recebe a notícia de que a Bula de criação da Diocese Piauiense havia chegado. Embora tivesse se confirmado a

institucionalização do primeiro bispado piauiense, ainda sobreveio mais um desalento: aquele que foi nomeado para assumir a responsabilidade administrativa da Diocese não aceitou e pediu que fosse dispensado deste “fardo!”. A responsabilidade recaiu então, sobre o Reitor do Seminário da Paraíba, Monsenhor Antonio de Almeida que logo se tornou Dom Joaquim Antonio de Almeida pela Bula Papal “*Cunctis ubique peteat*” de 14 de dezembro de 1906 passando a exercer o título de primeiro bispo diocesano do Piauí.

Com uma proposta ultramontana bem definida, Dom Joaquim iniciou suas ações reformistas através de vários atos, cujo objetivo principal era a introdução dos princípios romanizadores. A criação de colégios religiosos, seminários, formação do clero, assembleias pastorais, organização das Irmandades e criação de Associações Religiosas, além da instituição de um jornal católico *O Apóstolo*, cujo objetivo era divulgar e disseminar os valores e princípios ultramontanos junto aos fiéis. A Igreja Católica no Piauí instituía sua própria identidade romanizadora, tendo à frente seu mais novo representante.

No entanto, aquele que parecia um dos grandes sonhos realizados dos piauienses acabou tornando-se um pesadelo para o próprio bispo e seus seguidores. As ações do bispo atraíram os olhares daqueles que começavam a perceber, nas iniciativas do prelado, uma ameaça aos novos valores republicanos. Liderados pelos bacharéis Miguel Rosa e Abdias Neves, teve início uma das maiores contendas históricas dentro do contexto de existência administrativa do bispo Joaquim e a mais alta hierarquia do clero piauiense, cujo fim trágico foi a transferência de Dom Joaquim para Natal e a destruição da tipografia do jornal *O Apóstolo*, pondo fim à sua função de “Órgão de Divulgação das Ações da Igreja no Piauí”.

FONTES

Arquivo do Senado Federal

Arquivo Público do Piauí

Biblioteca Estadual Desembargador Cromwell de Carvalho

Biblioteca Municipal de Teresina

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Hemeroteca da Biblioteca Nacional

Livro do centenário da Parnaíba / Documentário da cidade.

SEPLAM – Secretaria Municipal de Planejamento

Revista da Academia Pernambucana de Letras n.º 37, fls. 61/61v

ASV Nunciatura do Brasil, Despacho 2273, fascículo 2, ff, 94-95

JORNAIS CONSULTADOS

A Cruz (1891)

A Luz (1911)

Amarante (1908)

Gazeta (1908, 1910,1911)

O Apóstolo – Todas as 280 edições – 1907 a 1912

O Bom Ladrão (1873)

O Monitor (1910,1910)

O Piauí (1904,1908,1909,1910,1911)

Pátria (1902, 1903)

República (1908)

SITES PESQUISADOS

<http://arquidiocesedenatal.org.br/especiais/historia>

<http://semplan.teresina.pi.gov.br/pracas/>

<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

http://www.institutojosejorgemaciel.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=232:dom-joaquim-antonio-de-almeida&catid=95:religiosos&Itemid=112

https://digital.bbm.usp.br/simple-search?query=o+ap%C3%B3stolo&submit_search-filter-controls_add=Buscar

<https://www.meionorte.com/blogs/josefortes/remexendo-o-bau-e-a-historia-de-piracuruca-livro-de-maria-do-carmo-fortes-de-brito-1-205>

<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

http://www.institutojosejorgemaciel.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=232:dom-joaquim-antonio-de-almeida&catid=95:religiosos&Itemid=112

https://digital.bbm.usp.br/simple-search?query=o+ap%C3%B3stolo&submit_search-filter-controls_add=Buscar

<https://www.meionorte.com/blogs/josefortes/remexendo-o-bau-e-a-historia-de-piracuruca-livro-de-maria-do-carmo-fortes-de-brito-1-205>

<http://arquiocesedeteresina.org.br/2016/05/16/%E2%81%A0%E2%81%A0primeiro-livro-da-coletanea-sucessores-dos-apostolos-e-lancado-em-teresina/>

<http://arquiocesedeteresina.org.br/2016/05/16/%E2%81%A0%E2%81%A0primeiro-livro-da-coletanea-sucessores-dos-apostolos-e-lancado-em-teresina/>

<https://crcfundacpiau.wordpress.com/2017/01/02/praca-marechal-deodoro-da-fonseca/>

SSVP Brasil. Disponível em: <http://www.ssvpbrasil.org.br/fundadores/> Acesso em: 18 de setembro de 2018

DECRETO Nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/185_1-1899/D119-A.htm. Acesso em: 17 abr. 2014.

Brasil. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em 09 de março de 2019.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha. **O Império do Divino. Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ALMEIDA, Luís Castanho de. “**A Igreja em São Paulo no período Imperial**”. In **Igreja nos quatro séculos de São Paulo**, v. I. São Paulo: Edonal, 1955.

AMARAL, Deivision. **Cultura confessional e luta por direitos no mundo do trabalho: Belo Horizonte, 1909-1921.** Estud. hist. (Rio J.) vol.28 no.55 Rio de Janeiro Jan./June 2015. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862015000100065

AQUINO, Maurício de. **A implantação da República e a Igreja Católica no Brasil e em Portugal: o caso das congregações femininas portuguesas em diáspora (1911-1921).** Revista Brasileira de História das Religiões – ANPUH, São Paulo, Ano IV, n. 10, Maio 2011

AZEVEDO, Thales de. **Igreja e Estado em tensão e crise: a conquista espiritual e o padroado na Bahia.** São Paulo: Ática, 1978.

_____. **O catolicismo no Brasil: um campo para a pesquisa social.** Ciências Humanas, Florianópolis, EDUFSC, n. 30, out 2001. Coleção nordestina. EDUFBA – Salvador – Bahia, 1995.

AZEVEDO, F. “Os antecedentes históricos do conflito entre D. Vital e o regalismo brasileiro e a sua resolução ineficaz”, in REB 247 (2008) pp. 91-126; BARROS, R. S. M de. “A questão religiosa”, in HOLANDA, S. B. de. **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil monárquico.** Tomo II vol. 6, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

AZZI, Riolando. **A instituição eclesiástica durante a primeira época colonial: História da Igreja no Brasil.** 3ª edição. Edições Paulinas/Vozes, 1983. Petrópolis, Brasil.

BELLOTTI, Karina Kosicki. **Identidade, Alteridade E Religião na Historiografia Colonial.** In: REVISTA DE HISTÓRIA E ESTUDOS CULTURAIS. Ano II, Nº 02, Campinas/SP, UNICAMP, jan, fev, mar, 2005.

BRANCO, Pedro Vilarinho Castelo. **Mulheres Plurais: a condição feminina na primeira república.** Teresina. EDUFPI, 2013

BARROS, Silvânia de Matos. **Sociedade São Vicente de Paulo, Conferência de São Pedro (SSVP), nas décadas de 1940 e 1950.** Monografia. Universidade Federal do Piauí, Picos. Piauí, 2012

BOXER, Charles. **A Igreja militante e a expansão ibérica (1440 – 1770).** São Paulo: Companhia das Letras, 2007

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2004.

CAMPOS, Germano Moreira. **Ultramontanismo na diocese de Mariana: o governo de D. Antonio Ferreira Viçoso (1844 – 1875)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais/Departamento de História, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto.

CHAVES, Joaquim (Mons.). **Obra completa**. 1ª ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2005.

_____. **Obra Completa**. 2ª Ed. EDUFPI, 2013.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CERTEAU, Michel de. **Invenção do Cotidiano, 1: Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **A escrita da história**. Rio de Janeiro, Forense. 1982.

_____. **As produções do lugar**. IN: **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense universitária. 200.

CORONEL Emílio Burlamaqui. **República**. Ano XIV, nº 562, Teresina, 2 de outubro de 1908.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República. Momentos Decisivos**. 7ed. Rev. São Paulo, Brasiliense, 1995.

COSTA, Macedo (Dom). **A questão religiosa no Brasil perante a Santa Sé ou a missão especial a Roma em 1873 à Luz de Documentos publicados e inéditos**. Lisboa: Lallemand Frères, 1886.

CUNHA, Higino. **História das Religiões no Piauí**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Trad. Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Juazeiro**. Tradução de Maria Yedda Linhares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. [Publicado em inglês no ano de 1970].

FILHO, Eurípedes de S. Dourado Filho. **Questão Religiosa no Piauí: a influência da Imprensa Piauiense no conflito entre Igreja Católica e Maçonaria no Período**. Teresina: UFPI, 1991

FONTINELI FILHO, Pedro Pio. **(Re) conduzindo rebanhos: literatura piauiense nas trilhas da fé e da razão**. Fronteiras, Dourados, MS, v. 12, n. 21, jan. /Jun. 2010

GODELIER, M. **Considerativos théoriques et critique es sur le problème des rapports entre l'homme et son environnement**. Social Sciences Information, 13, 1974.

GONÇALVES, Thiago Werneck. **Periodismo maçônico e cultura política, política na corte imperial brasileira – (1871-1874)**. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/Programa de Pós-Graduação em História/UFF

HALL, S. (1997). **A centralidade da cultura: Notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo**. *Educação e Realidade*, 22(2).

_____. **Identidades na Pós-modernidade**. 11ª ed. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP& A, 2006.

HOORNAERT, E. **Para Uma História da Igreja No Brasil**. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 33, n.129.

JÚNIOR, José Pereira de Sousa. **O processo de restauração católica no Brasil na primeira república**. *Revista fatos & versões*. V. 7, n 14(2015).

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

LEON, Adriana Duarte. **O jornal Estrela do Sul como uma estratégia de intervenção no debate educacional na primeira metade de 1930**. *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v.23, n.50, p. 88-110, fev. 2017 a mai. 2017.

LÖWY, Michael. **Marxismo e Teologia da Libertação**. Trad. M. V. Baptista, São Paulo: Cortez, 1991.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **Separação da Igreja e do Estado no Brasil (1890); uma passagem par a libertação**. *REB*, vol. 35, n. 139, p. 624-647, 1975.

_____. **Igreja e política no Brasil: do Partido Católico à L.E.C. (1874/1945)**. São Paulo: Loyola/Cepehib, 1983, p. 72.

MARIA, Júlio. **A Igreja e a República. Biblioteca do Pensamento Político Republicano**. Câmara dos Deputados. Editora Universidade de Brasília, 1981.

MARIN, Jérri Roberto. **História e historiografia da romanização: reflexões provisórias**. *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis: EDUFSC, nº 3, 2001, p. 152

MARTINS, Karla Denise. **Cristóvão e a romanização do inferno verde: as propostas de Dom Macedo Costa para a civilização da Amazônia (1860-1890)**. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP: Campinas, SP, 2005, p. 52.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema: a formação do Estado imperial**. São Paulo: HUCITEC, 1987.

MELO, Carlos Wellington Martins de. **A nação é católica”: educação e cidadania nas primeiras décadas republicanas (1890 A 1930)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista - Campus de Franca, Franca, SP.

MELO, Cláudio. **Piauí, Diocese e Província Eclesiástica**. Arquidiocese de Teresina, 1993.

MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. **Bahia, Século XIX uma Província no Império**. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteiras. A, 1992

NEVES, Guilherme P. das. **E receberá mercê: a mesa de consciência e ordens e o clero secular no Brasil. 1808-1828**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Regeneração política no Brasil: os movimentos de 1821/1882 na Bahia e os primórdios da edificação do império do Brasil**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH São Paulo, julho 2011, p.1-2.

NETO, Antônio Fonseca dos Santos; LIBÓRIO, Paulo de tarso Batista. **Joaquim**. Arquidiocese de Teresina, Teresina, 2016.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. **Religião e Dominação de Classe: Gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil**. Petrópolis: editora vozes, 1985, p. 155.

PINHEIRO, Áurea da Paz. **As ciladas do inimigo: as tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX**. Teresina. Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001

PINTO, Jefferson de Almeida. **A Congregação da Missão e a “Questão Religiosa” no Segundo Reinado**. XXVII Simpósio Nacional de História. Natal, RN, 22-26 de julho de 2013. p. 1, disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1372722226_ARQUIV_O_Anpuh2013ACongregacaodaMissaoeaquestaoreligiosanoSegundoReinado.pdf

QUADROS, Elton Moreira. **CAMINHOS**. Goiânia, v. 15, n. 2, p.300, jul. /dez. 2017.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os literatos e a República, Clodoaldo Freitas, Hígino Cunha e as tiranias do tempo**. 3ª ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

REESINK, Mísia Lins. Por uma perspectiva concêntrica do catolicismo brasileiro. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, ano 17, volume 24(2): 2013, p.2

RIBEIRO, Emanuela Sousa. *Revista de Teologia e Ciências da Religião da UNICAP*. **Identidade Nacional e a escola católica na República Velha, segundo os intelectuais católicos: nela se educa o caráter, se forma o coração, se prepara o cidadão, se fortalece o crente**. Revista de Teologia e Ciências da Religião da UNICAP, Pernambuco, nº,v.1, dezembro de 2012.

RICHARD, Pablo. **Mort des chrétientés et naissance de l'Église – Analyse historique et interprétation théologique de l'Église em Amérique Latine**. Paris: Centre Lebret “Fet et Développement”, 1978.

SANTOS, Cristian José Oliveira. **Devotos e devassos: representações dos padres e beatas na literatura anticlerical brasileira**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2014

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **A Igreja a e construção do Estado no Brasil imperial**. XXVII Simpósio Nacional de História. 2013. Natal. Anais eletrônicos.

SANTOS, Israel Silva dos. **Catolicismo: identidade e significado no Brasil do século XIX.** ANPUH, São Paulo, julho 2011.

SANTOS, Patrícia de Sousa. **Pela Santa República: política e religião na Primeira República no Estado do Piauí (1891- 1924).** ANPUH, 2017.

SOUZA, Ney de. **Catolicismo, sociedade e teologia no Brasil Império.** Atualidade Teológica, Rio de Janeiro, v.46, p. 127-144, jan. /abr.2013.

SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. **História e Identidade: as narrativas da piauiensidade.** Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas e Letras/Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal do Piauí, Teresina,2008.

PINHEIRO FILHO, Celso. **História da Imprensa no Piauí.** Teresina. Projeto Petrônio Portela.1972.

RIBEIRO, Pedro A. de Oliveira. **Religião e dominação de classe. Gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil.** Vozes. Rio de Janeiro,1985.

TAVARES, Mauro Dillmann. **Progresso e civilização à luz ultramontana: jornais católicos no sul do Brasil -** Porto Alegre, século XIX. *Disponível em: <http://www.historica.Arquivoestado.sp.gov.br/materiais/anteriores/edicao12/materia03/Texto03.pdf>, p.1.*

VIEIRA, David Gueiros. **O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil.** Brasília: UNB, 1980.

WERNET, Augustin. **A Igreja Paulista no século XIX. A reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851 – 1861).** São Paulo: Ática, 1987.

WOODCOCK, G. **Anarquismo: introdução histórica.** In: _____. *Grandes escritos anarquistas.* Porto Alegre: L&PM, 1988. _____. *História das ideias e movimentos anarquistas.* Porto Alegre: L&PM, 2002.